

**AÇÕES EDUCATIVAS DO SENAR EM MINAS
GERAIS: A EXPERIÊNCIA DOS EGRESSOS
DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO**

ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA

2005

ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA

**AÇÕES EDUCATIVAS DO SENAR EM MINAS GERAIS: A
EXPERIÊNCIA DOS EGRESSOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Doutorado em Administração, área de concentração “Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento”, para a obtenção do título de “Doutor”.

Orientador:
Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL
2005**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Oliveira, Elias Rodrigues

Ações educativas do SENAR em Minas Gerais: a experiência dos egressos de cursos de capacitação / Elias Rodrigues Oliveira. - Lavras : UFLA, 2005.

234 p. : il.

Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Tese (Doutorado) – UFLA.

Bibliografia.

1. Desenvolvimento rural. 2. Capacitação. 3. Promoção social
Profissionalização rural. 5. SENAR. I. Universidade Federal de Lavras
Título.

CDD-306.852
-370.19346
-630.71

ELIAS RODRIGUES DE OLIVEIRA

**AÇÕES EDUCATIVAS DO SENAR EM MINAS GERAIS: A
EXPERIÊNCIA DOS EGRESSOS DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO**

Tese apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do curso de Doutorado em Administração, área de concentração “Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento”, para a obtenção do título de “Doutor”.

APROVADA em 28 de fevereiro de 2005

Prof. João Valdir Alves de Souza	UFMG
Prof ^a . Cláudia Maria Ribeiro	UFLA
Prof. Juvêncio Braga de Lima	UFLA
Prof. José Roberto Pereira	UFLA

Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

UFLA
(Orientador)

**LAVRAS
MINAS GERAIS – BRASIL**

*À minha esposa e filhas,
Emília Cristina, Ellen Cristina e Émilly*

Dedico

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela realização deste trabalho, minha gratidão. Também sou grato a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua concretização. Em especial, agradeço à Escola Agrotécnica Federal de Salinas pela minha liberação para o curso de doutorado e ao SENAR Minas, pelo apoio e informações que subsidiaram este trabalho. Externo meus agradecimentos aos agricultores e trabalhadores rurais de Minas Gerais, principalmente aos que entrevistei durante a pesquisa, etapa em que muito contribuíram os sindicatos rurais, os mobilizadores e os colegas ppjotenses Juliana, Natalino e Machado. A todos reservo minha sincera gratidão.

Aos instrutores e gerentes regionais, agradeço pela gentileza das entrevistas. Gratidão especial ao Francisco, a Rosa, ao Jésus, a Ana Lúcia e demais servidores do SENAR Minas, escritório central.

Deixo também meus agradecimentos aos colegas de curso Gustavo Souki e Daniel, pela aprendizagem compartilhada no pioneirismo da primeira turma do curso de doutorado em Administração da UFLA.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração e aos técnicos administrativos do Departamento de Administração e Economia da UFLA, agradeço a amizade e o apoio. Em especial aos colegas professores Edgard Alencar, Cristina Calegário, Jovino, Juvêncio, José Roberto, Mozar, Robson e Luiz Marcelo, pelo incentivo e ensinamentos, minha gratidão.

Agradeço, de modo especial, ao colegiado do PPGA, na pessoa de seu presidente, o Prof. Mozar, pela prorrogação, por mais um ano, do prazo para a conclusão da pesquisa.

Sou muito grato também ao Professor Eduardo Ribeiro, pela orientação que me conduziu à conclusão desse trabalho.

Ao Cirilo e Alberto, meu especial agradecimento pela amizade e pelo apoio constante. Obrigado por terem me ajudado a reconstruir a esperança. A vocês ofereço a realização deste trabalho.

De modo muito especial, expresso minha gratidão à minha esposa Emília Cristina e às nossas filhas, Ellen e Émilly, pela paciência, pelo incentivo e, sobretudo, pelo sacrifício da privação de vários momentos em família durante o doutorado. A vocês dedico o êxito deste trabalho que, com certeza, compartilharemos juntos. Dedico-o também à minha mãe, Genézia e à minha sogra, Sellene Dalva. Obrigado a vocês duas pelas orações e pelo incentivo constante.

A Deus, mais uma vez rendo graças pela saúde, a família, os amigos e a oportunidade de realizar este trabalho na Universidade Federal de Lavras e no Departamento de Administração e Economia, a quem me integro como docente.

SUMÁRIO

RESUMO	i
ABSTRACT	ii
1 INTRODUÇÃO	1
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	11
2.1 Desenvolvimento social em Minas Gerais.....	11
2.1.1 Dinâmica populacional atual.....	12
2.1.2 Alguns indicadores de desenvolvimento em Minas.....	16
2.2 Ocupação rural.....	21
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	25
3.1 Procedimentos de coleta de dados	26
3.1.1 População pesquisada e constituição da amostra.....	28
3.1.1.1 A seleção dos municípios.....	28
3.1.1.2 A seleção da amostra.....	32
3.1.2 A coleta de dados.....	37
3.2 Análise dos dados.....	38
4 DIMENSÕES DA ANÁLISE.....	40
4.1 Conceito de desenvolvimento.....	40
4.2 A idéia de uma intervenção pública educativa no meio rural	47
4.3 Capacitação rural: formação de atores para o desenvolvimento rural....	58
4.4 Os sujeitos da pesquisa: agricultura familiar e assalariado rural....	63
5 O PAPEL DO SENAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	70
5.1 O SENAR e suas ações educativas no meio rural.....	70
5.1.1 Estrutura e funcionamento.....	75
5.1.2 Custos e operadores das ações educativas.....	78
5.1.3 Recrutamento da clientela para os cursos de FPR e de PS e a metodologia do SENAR-MG frente à realidade local/regional	87
5.1.4 Operacionalização das ações educativas do SENAR em Minas Gerais	94
5.2 Efeitos das ações educativas do SENAR-MG.....	95
5.2.1 Os cursos do SENAR na agropecuária mineira.....	98
5.2.2 Os cursos do SENAR nos municípios de origem dos egressos....	112
5.2.3 Os egressos dos cursos do SENAR-MG.....	130
5.2.4 Efeito dos cursos nos egressos.....	159
5.3 O SENAR e o desenvolvimento rural de Minas Gerais.....	172

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	182
ANEXOS.....	190

RESUMO

OLIVEIRA, Elias Rodrigues de. Ações educativas do SENAR em Minas Gerais: a experiência dos egressos de cursos de capacitação. Lavras: UFLA, 2005. 234p. (Tese – Doutorado em Administração)¹

As múltiplas realidades que existem na sociedade brasileira, demonstrando ausência ou reduzida assistência de políticas públicas em alguns locais ou segmentos sociais, têm despertado o interesse de pesquisadores em estudar o fenômeno da desigualdade do desenvolvimento e oferecer subsídios para torná-lo menos assimétrico entre regiões, estados e municípios. Este estudo foi realizado nessa perspectiva, tendo como objetivo analisar a ação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) no desenvolvimento rural em Minas Gerais, considerando suas ações educativas de Formação Profissional Rural (FPR) e de Promoção Social (PS), desenvolvidas no período de 1993 a 2003. A metodologia utilizada envolveu ajustamentos e combinações de técnicas de pesquisa. Assim foi constituída uma amostra estratificada de egressos de cursos de FPR e de PS, segundo critérios não-probabilísticos ou intencionais - para a seleção dos municípios de origem dos egressos - e probabilísticos proporcionados - para a seleção dos egressos entrevistados. A análise dos dados obtidos permitiu constatar que os cursos do SENAR distribuíram-se de forma heterogênea pelas regiões do estado, havendo maior concentração em regiões de agropecuária extensiva e ou de agricultura familiar não integrada; que o público do SENAR para as ações de FPR e de PS é pluriativo, formado, na maioria, por pequenos produtores rurais que têm a produção, ou o que dela processam de modo artesanal, voltada em grande parte para o autoconsumo, embora haja casos de produtores com processos produtivos integrados quase que totalmente ao comércio da produção ou da sua agroindustrialização. Além disso, foi constatado que houve certo impacto dos cursos realizados sobre o conjunto de habilidades rurais e agrícolas, em específico naquelas relacionadas com o trabalho e a produção. Em conclusão, perceberam-se efeitos de melhoria das condições de vida dos entrevistados, como o aumento na renda familiar, decorrente da adoção de técnicas novas ou manejo diferenciado do habitual; melhorias implementadas na gestão dos processos produtivos, bem como o aumento na conscientização sobre melhor utilização dos recursos naturais. As melhorias nas relações sociais entre os egressos pesquisados não se devem exclusivamente às ações educativas do SENAR de que participaram, mas deriva da soma de seus resultados com o legado de experiências e aprendizagens que possuem esses indivíduos.

¹ Orientador: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro - UFLA

ABSTRACT

OLIVEIRA, Elias Rodrigues de. SENAR Educational Activities in Minas Gerais State: an experience of vocational courses graduates. Lavras: UFLA, 2005. 234p. (Thesis work in Administration)²

The great diversity of social contexts existing in Brazil caused by either a lack of or almost no assistance from public policies noticed in some social segments have raised researchers' interest in both studying the development inequality phenomenon and providing support in order to make it more similar among regions, states, and municipalities. This work was carried out with the objective of analyzing Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) educational actions concerning the rural development in Minas Gerais State, from 1993 to 2003 taking into account the educational actions towards developing Formação Profissional Rural (FPR) as well as Promoção Social (PS). The method used involved adjustments and combinations of research techniques. A stratified sample of RPS and SP graduates was taken by using intentional criteria – for selecting the municipalities the graduates came from- and probability criteria – to select the interviewed graduates. Data analysis showed what follows: SENAR courses delivery was homogeneous in the states. The highest concentrations occurred in places where extensive agricultural activity and/or family agriculture were noticed. SENAR target people for FPR and PS actions are those who develop different activities for livelihood or gain. They are small farmers who either produce or process their production by using handmade methods aiming at self-consumption, although some farmers also sell their products. Furthermore, SENAR courses had a great influence on farmers' rural and agricultural skills, in special those concerning work and production. Finally an increase in interviewees' life quality was noticed as follows: family income caused either by the new techniques adopted or the management measures; improvements implemented in the productive processes management as well as an increased awareness about the use of natural resources. As to the social interactions improvement they were found to be due not only to SENAR educational actions, but also to the results of individuals' experience added to their previous knowledge.

² Adviser: Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro - UFLA

1 INTRODUÇÃO

O atual dinamismo econômico de caráter global coloca questões específicas para o desenvolvimento de países e regiões, principalmente no que se refere à assimetria de ritmo nas diferentes sociedades e setores.

Estudos sobre desenvolvimento no Brasil convergem em apontar o quadro econômico e social do país - em que a pobreza, a miséria, o desemprego e a violência refletem uma situação de concentração de renda e de riquezas - como consequência direta do modelo de desenvolvimento instaurado entre meados da década de 1960 e início dos anos 1980.

A aceleração do crescimento econômico do país naquele período provocou o crescimento rápido da urbanização, do comércio exterior agrícola e a mudança na base técnica de produção rural derivada da “modernização conservadora” (Delgado, 1985).

As consequências ambientais e sociais advindas dessa mudança, agudizadas no país nos anos 1990 e início deste século, têm motivado ações, estudos e debates acerca do desenvolvimento com sustentabilidade e de metodologias valorizativas do local, que expressem as potencialidades e pluralidade dos formadores da riqueza local, regional e nacional. Os interesses individuais desses atores, diversos e distintos, convergem na busca por melhorias na qualidade de vida, na construção de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento local. Contudo, para isso requerem esforços públicos e privados no sentido de possibilitarem às populações locais protagonizarem seu próprio desenvolvimento.

Nesse sentido, realizou-se esta pesquisa visando contribuir com o debate em torno do desenvolvimento rural e seus mecanismos, com destaque para ações educativas voltadas para capacitação de força de trabalho para o setor agropecuário e de promoção social dos atores.

No debate sobre políticas de qualificação profissional figura a mudança no paradigma do desenvolvimento do país, que passa de um padrão menos exigente em escolaridade e qualificação profissional para outro centrado no desenvolvimento de um perfil de trabalhador dotado de novos conhecimentos e habilidades como requisitos indispensáveis aos processos produtivos e de gestão na agropecuária. Nesse cenário presume-se a necessidade de capacitação constante das pessoas envolvidas na produção agropecuária - agricultores e trabalhadores rurais -, de modo a sustê-los com capacidades compatíveis com as mudanças em curso.

Essa percepção do pesquisador emerge de sua participação em pesquisas sociais em algumas regiões do estado, sobretudo nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri. Nessas experiências, sua relação com agricultores familiares e trabalhadores rurais culminou com a idéia de realização de uma pesquisa que abrangesse todo o estado de Minas Gerais, dada a sua diversidade ambiental, cultural e de níveis de desenvolvimento do ponto de vista econômico e social. Essa diversidade torna-se um campo fértil para investigações científicas relativas à capacitação e treinamento de mão-de-obra, cujos resultados despertem sinergias entre o poder público e a sociedade na resolução dos problemas que afligem a maioria da população, sobretudo das pessoas que vivem e trabalham no meio rural. Dai o interesse na realização do presente estudo.

Incorpora-se ao interesse de estudar o tema proposto o caráter de relevância da pesquisa pelo que propôs, de forma inédita, analisar o impacto de ações educativas de capacitação voltadas ao meio rural, nas ocupações da agropecuária, sobre o desenvolvimento rural. Estas ações são desenvolvidas por uma instituição de aprendizagem cujo foco do trabalho é o segmento que congrega os pequenos produtores e os trabalhadores rurais, mas que, embora conte com a representação de membros do segmento dos trabalhadores rurais no

seu corpo deliberativo se identifica mais com a classe dos produtores rurais que representam o ‘patronato rural’.

Esta pesquisa insere-se no debate sobre o desenvolvimento rural no âmbito dos fatores intervenientes na sua promoção, sendo as ações de capacitação rural o foco central, no concernente aos efeitos nos egressos.

A qualificação para o exercício das ocupações no setor produtivo da agropecuária, como integrante da matriz educação no que tange à sua estreita relação com o trabalho, é coadjuvante no processo de desenvolvimento. Ela faz-se, portanto, necessária diante de mudanças que têm afetado os setores produtivos e o conjunto de atores sociais envolvidos. Essas mudanças incluem a tendência de incremento tecnológico nos processos produtivos; a ampliação do setor de serviços; nova divisão social do trabalho e de formas mutáveis do trabalho. Vive-se também uma realidade em que temáticas sociais e ambientais são valorizadas, do mesmo modo que há uma valorização do conhecimento como fator para o desenvolvimento e do novo rural, caracterizado pela incorporação de atividades não agrícolas às populações tipicamente rurais (Carneiro, 1999; Castells, 1998; Graziano da Silva, 1999; Graziano da Silva & Del Grossi, 1998; Lastres & Albagli, 1999).

Inserida nessa conjuntura, a qualificação profissional da família na agricultura associa-se à educação, trabalho e desenvolvimento. Estudos demonstram a ocorrência de maiores ganhos monetários conforme aumentam a escolaridade e a qualificação dos trabalhadores envolvidos. Alves (1976) constatou que capacitação de trabalhadores rurais na região cacaueteira da Bahia teve efeitos diferenciados na renda. Rocha (1997), ao analisar o impacto de capacitação em cinco ocupações rurais relatou que mais de 95% dos egressos afirmaram que, após os cursos, ficaram ‘mais conscientes da sua capacidade e valor como pessoa’ e cerca de 94% consideraram que ‘adquiriram mais confiança para fazer o serviço’. Lopes e Algarte (2001) destacam que, em ações

de capacitação rural, há impacto positivo das ações educativas junto aos egressos, principalmente nos aspectos da qualidade e do rendimento no trabalho, além dos aspectos de sociabilidade. Contudo, os autores afirmam que não foi observado aumento na renda pessoal, ou seja, que tais ações não impactaram as condições econômicas das famílias dos egressos. Configura-se assim uma contradição, uma vez que o aumento da produtividade no trabalho, geralmente pode implicar em algum ganho na renda.

Temas como capacitação e treinamento de mão-de-obra têm despertado a atenção de pesquisadores, sobretudo do meio rural, onde se verificam maiores carências de qualificação para o trabalho. Nesse sentido, Costa (2002), investigando os efeitos de ações de capacitação, constatou que há um certo despertar sobre a necessidade de ampliação das bases de conhecimento, cuja efetivação tem relação de dependência com aspectos internos (capacitandos) e externos, estes relativos a processos metodológicos empregados.

Uma questão central na relação entre demanda por competência profissional e conhecimento diz respeito à capacitação de agricultores familiares e de trabalhadores rurais em inovações tecnológicas e de gestão. Diante do histórico de exclusão destes atores do quadro de inovação, são necessárias políticas que possam inseri-los no acesso à educação, de modo a incorporarem novos conhecimentos e técnicas que resultem em incremento na produção, melhoria da qualidade dos produtos, acesso ao mercado e, portanto, maior competitividade do setor, proporcionando-lhes melhorias na qualidade de vida.

Do ponto de vista do setor empresarial da agropecuária, a preocupação central em termos da educação é a qualificação para o trabalho, pela agregação à força de trabalho de uma série de conhecimentos e habilidades. Já do ponto de vista do trabalhador rural e de agricultores familiares, essas questões são inerentes ao desejo de aumentarem a renda e de atendimento das necessidades materiais de consumo, de lazer e de realização profissional (Rosa, 2001).

O baixo rendimento desses atores está associado ao nível de pobreza maior que nos demais setores de atividade; o ganho médio das pessoas ocupadas no setor primário é muito inferior ao obtido nos setores secundário e terciário (Hoffmann, 2003). De acordo com o autor, é particularmente importante conhecer as características da desigualdade de renda na agricultura e os mecanismos da sua distribuição para que se possa discutir melhor o desenvolvimento de políticas favoráveis à maior equidade nas áreas rurais, onde grande parte da população trabalha na agricultura e onde vivem cerca de 40% da população pobre do país.

Hoffmann (2003) aponta que a escolaridade dos trabalhadores ocupados na agropecuária é menor que a média nacional. Considerando a média do período 1992 a 2001, o autor constatou que mais de 85% dessa força de trabalho possui, no máximo, 7 anos de estudo e que aproximadamente 1/3 dos trabalhadores rurais possui menos que um ano de estudo.

Poderia se argumentar que a atividade agrícola, por ser menos dinâmica, demandaria mão-de-obra menos qualificada. Entretanto, boa parte da diferença de escolaridade, entre os ocupados no setor primário e os ocupados nos setores secundário e terciário, resulta de uma grande desigualdade de oportunidade educacional desfavorável aos agricultores. De acordo com Barros et al. (2001), a disponibilidade de renda familiar per capita e o nível de escolaridade dos pais são fatores preponderantes na determinação do desempenho educacional dos filhos. Segundo os autores, um ano a mais na escolaridade dos pais eleva a escolaridade dos filhos em torno de 0,27 ano de estudo.

O baixo nível de escolaridade e a pobreza na agricultura tenderiam assim a se reproduzir, com maior gravidade, nas regiões onde o desempenho educacional é muito pior, aquelas de menor desenvolvimento. Um exemplo: mais da metade dos agricultores nordestinos tem escolaridade inferior a um ano e cerca de 90% têm menos de quatro anos de estudo, ou seja, não completaram a

metade do ensino fundamental (Hoffmann, 2003). Desse modo, pode-se observar que a mão-de-obra ocupada neste setor é constituída basicamente por trabalhadores com baixa escolaridade. Como, então, efetivar políticas e ações que resultem em mudança desse quadro de exclusão que aflige, sobretudo, o segmento da agricultura familiar?

Essa questão, aparentemente simples como se apresenta, é por demais complexa na implementação, haja vista as diferentes e múltiplas realidades que permeiam o conjunto da sociedade brasileira, demonstrando ausência ou reduzida assistência de tais políticas em alguns locais ou segmentos sociais. Daí que compreender questões como essa requer considerar que, na diferenciação do desenvolvimento das regiões do país, estados e municípios perpassam tratamentos e políticas de educação diferenciadas. Desse processo resultou um amálgama de questões sociais: para uma imensa maioria da população, prevalece a exclusão das benesses do desenvolvimento econômico e, em Minas Gerais, essa realidade é notada no fosso que separa regiões e municípios em termos de indicadores de desenvolvimento.

O setor agropecuário mineiro tem, em sua dinâmica produtiva, níveis diferenciados de tecnologia, de escala e de ocupações, tanto em quantidade como em qualidade da mão-de-obra. Essa diferenciação demanda ações educativas de capacitação rural e de promoção social.

A ligação entre ambiente e sistemas de produção é inerente ao grupo social de que fazem parte. Contudo, frente ao dinamismo das relações de produção e consumo e à diversidade de realidades da agricultura familiar, a capacitação de agricultores e trabalhadores rurais é indispensável.

Para compreender a realidade desses agricultores e trabalhadores rurais é preciso analisá-los numa perspectiva sócio-econômica. Nesse sentido, esta pesquisa apóia-se no aporte teórico sobre desenvolvimento em sua concepção holística, buscando destacar a relação da educação em seu caráter formador de

força de trabalho rural com o processo de desenvolvimento local. Esta relação é focada no contingente de pessoas do meio rural que foram excluídas dos processos formais de ensino, do trabalho e, em consequência, da cidadania reflexiva e da ação ativa para o desenvolvimento de suas localidades. Nestes ambientes, as disparidades percebidas com relação às pessoas excluídas materializam-se na noção de ausência de “desenvolvimento” e da redução de oportunidades no ambiente “local”. É nesse horizonte que ocorre a maior proximidade entre os habitantes, que conhecem de perto as potencialidades e problemas locais e, desta forma, o desenvolvimento pode apoiar-se na idéia de que a realização do projeto de vida individual e familiar depende, em grande parte, do “entorno” físico ou territorial em que habita, levando à criação de oportunidades que garantam melhores condições de vida para a população local.

A preocupação central desta pesquisa é, portanto, contribuir para o aprofundamento do debate sobre o tema do desenvolvimento em que a educação e a qualificação de mão-de-obra rural ocupam lugar central.

No plano das políticas públicas, esta pesquisa pode colaborar no norteamento de ações, planos e programas de capacitação para o segmento da agricultura familiar, indicando como focalizar mais as ações – cursos e treinamentos - nas diferentes categorias de agricultores familiares e trabalhadores rurais, em seus contextos sócio-produtivos e ocupacionais.

O desenvolvimento requer, portanto, melhor distribuição do conhecimento como condição necessária para a redução das desigualdades sociais e regionais de renda, riqueza e poder. Nessa perspectiva, o problema de pesquisa do presente estudo está circunscrito às seguintes questões: quais os efeitos das ações educativas do SENAR na percepção do seu público-alvo? Quais os resultados de suas ações no âmbito do desenvolvimento local?

Buscando respostas a essas questões de pesquisa, este trabalho foi desenvolvido com o objetivo geral de analisar a ação do SENAR (Serviço

Nacional de Aprendizagem Rural) no desenvolvimento rural em Minas Gerais, considerando as ações educativas, de Formação Profissional Rural (FPR) e de Promoção Social (PS),³ desenvolvidas por esta instituição no estado, entre 1993 e 2003. Como objetivos específicos procurou-se:

- a) reconstruir alguns aspectos da história do SENAR, considerando as ações educativas, de FPR e de PS, desenvolvidas por esta organização entre 1993 e 2003;
- b) identificar o público-alvo das ações educativas do SENAR, particularizando o perfil sócio-demográfico dos egressos dos cursos de FPR e de PS;
- c) avaliar os resultados das ações educativas do SENAR no âmbito do desenvolvimento rural das regiões onde atua.

O trabalho está estruturado em seis partes, incluindo esta introdução. Dentre as cinco partes restantes, a segunda apresenta, de forma resumida, uma contextualização do desenvolvimento social de Minas Gerais. São apresentados alguns aspectos da dinâmica populacional do estado, destacando-se a urbanização ocorrida nos anos 1990 nas diferentes regiões de planejamento. Também são apresentados alguns indicadores de desenvolvimento do estado como educação, longevidade e renda, além do quadro ocupacional do meio rural que revela uma tendência de redução no número de ocupação.

A terceira parte consiste na descrição da metodologia utilizada na pesquisa, destacando-se o processo de amostragem, a coleta e a análise dos dados.

A quarta parte consta de uma discussão teórica sobre desenvolvimento

³ As ações de capacitação desenvolvidas pelo SENAR são denominadas de ‘Formação Profissional Rural (FPR)’ e de ‘Promoção Social (PS)’ (SENAR, 1998).

em que se busca conceituá-lo e relacioná-lo a processos educativos voltados para capacitação de atores envolvidos com o processo produtivo do meio rural, agricultores familiares e trabalhadores rurais. Discute-se também nesta parte a idéia de uma intervenção pública educativa no meio rural buscando sensibilizar a participação do Estado nesse processo educativo, de modo que os benefícios da escolarização possam ser estendidos a amplas camadas da população excluídas. Ou seja, ações educativas desenvolvidas no contexto rural no que concerne à qualificação de atores, capacitando-os para interagirem no desenvolvimento rural e, por fim, conceitua-se os sujeitos da pesquisa: a agricultura familiar e seus atores, pequenos produtores e trabalhadores rurais.

A quinta e penúltima parte apresenta os resultados das análises em que se buscou identificar o papel do SENAR no desenvolvimento rural. Na descrição dos resultados apresenta-se o histórico desta organização, caracterizando-a em termos de sua estrutura e funcionamento, quanto aos custos e recursos despendidos para a realização de suas ações de capacitação profissional, mobilização e instrutoria. Também se descreve o processo de levantamento e recrutamento da clientela para as ações educativas, bem como a relação da metodologia que utiliza frente à realidade local e regional dos capacitandos. São também descritos nesta parte os números que traduzem a inserção dos cursos na agropecuária mineira, nas regiões de origem dos municípios pesquisados, relacionando-os ao perfil rural destes municípios. Descreve-se também o perfil sócio-demográfico dos egressos dos cursos de Formação Profissional Rural (FPR) e de Promoção Social (PS) e alguns efeitos dos cursos do SENAR no desenvolvimento rural.

Na sexta e última parte são feitas observações, em tom de conclusão, acerca dos principais aspectos que denotam impacto dos cursos da organização estudada na potencialização dos atores para o desenvolvimento rural e, finalizando esta parte, são deixadas algumas sugestões para futuras pesquisas

sobre o tema pesquisado, ou outros correlatos, de modo a contribuir para o processo de busca de soluções aos problemas que afligem a sociedade, sobretudo as populações rurais, visto serem geralmente menos alcançadas pelas políticas de desenvolvimento.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Nesta pesquisa procurou-se contextualizar o desenvolvimento de Minas Gerais, com ênfase no meio rural, aspecto que também exigiu considerações acerca da dinâmica populacional do estado, uma vez que pode influenciar regiões e municípios. Também foi feita uma discussão sobre indicadores sociais de desenvolvimento - como educação, saúde e renda -, verificados na última década do século passado e procurou-se levantar o quadro ocupacional no setor rural do estado. Estes aspectos são diretamente relacionados à criação e atuação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

2.1 Desenvolvimento social em Minas Gerais

O estado de Minas Gerais se destaca na agropecuária brasileira. Entretanto, apresenta vários contrastes de desenvolvimento, com regiões economicamente desenvolvidas, como o Sul de Minas, a Região Central e o Triângulo Mineiro, enquanto outras apresentam baixos indicadores, como o Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri. Além disso, o estado apresenta uma diversidade de expressões vinculadas ao seu processo histórico de povoamento e exploração econômica.

Espacialmente diferenciado, o estado mineiro possui algumas especificidades em seu desenvolvimento econômico e social. Ribeiro et al. (2002), analisando a relação da ocupação rural/desenvolvimento do estado nas décadas de 1980 e 90, apontam diferenças entre as fontes geradoras de dinamismo de ocupação nas mesorregiões do estado. Segundo os autores, não há relação direta entre desempenho econômico e geração de ocupações nas regiões. Assim, regiões de maior crescimento produtivo no período, podem apresentar modesto dinamismo na geração de ocupações; algumas podem apresentar estabilidade no desempenho econômico mas conservar o nível das ocupações

agropecuárias, e outras que, embora apresentem crescimento produtivo, revelam acentuado decréscimo das ocupações rurais. Os autores sugerem como motivadores desse quadro as políticas agrícolas, os processos de desenvolvimento rural e as especificidades da economia regional (Ribeiro et al., 2002). Essas características do estado mineiro demandam políticas e ações descentralizadas e locais, incorporando os agentes locais – produtores, trabalhadores e demais sujeitos ativos, em todas as etapas do processo de desenvolvimento, com vistas à promoção de um desenvolvimento menos desigual entre as regiões e mais equânime, nos aspectos econômico e social.

2.1.1 Dinâmica populacional atual

A dinâmica demográfica e migratória do estado acompanha o processo de crescimento da economia mineira (Brito & Horta, 2002). A expansão da siderurgia, a partir dos anos 1930 e o investimento na criação de infra-estrutura energética e de transportes, com a criação da CEMIG e do DEER, nos anos 1950, influenciaram essa dinâmica populacional. Contudo, os autores apontam os desequilíbrios regionais, derivados de um crescimento espacialmente concentrado da economia brasileira, como fator importante para o aumento das migrações dos mineiros para os estados com maior crescimento urbano e industrial, como São Paulo e Rio de Janeiro. Parte desse processo migratório deve-se à intensificação da ocupação da fronteira agrícola paranaense, já iniciada na década de 1940 e, com a expansão de Goiás, estimulada pela construção da nova capital da República (Brito & Horta, 2002). Para estes autores, as emigrações mineiras para os outros estados na década de 1960 foram acentuadas e superaram a posição nordestina de primeiro lugar no “raking” nacional.

Na década de 1970, considerada a “década de prosperidade”, a população total de Minas teve crescimento inferior à média nacional,

verificando-se grande aceleração do êxodo rural. A migração rural-urbana nesse período teve motivação na modernização da agricultura, em que inúmeros agricultores e trabalhadores rurais foram excluídos da política agrícola. O quadro demográfico mineiro também apresentou importante mudança nos anos 1980 e 90, em virtude da instabilidade econômica do país que agravou os problemas sociais, como a pobreza, o desemprego e a violência, provocando desaceleração no processo migratório. Brito & Horta (2002) apontam movimento de retorno para a população migrante entre 1981-1991, estimando que 47,7% dos imigrantes que chegaram a Minas eram mineiros que retornavam. Além da migração de retorno, verifica-se, nesse período, uma intensificação da urbanização no estado.

A população mineira cresceu a uma taxa média anual de 1,36% na última década do século XX, passando de 15.743.152 habitantes, em 1991 para 17.891.494 em 2000. De acordo com os critérios adotados pelo IBGE para definir as condições “urbano” e “rural” no estado, comparativamente à população total, a população rural, que era de 25% em 1991, passou a representar 18% da população total em 2000 (Tabela 1).

TABELA 1 População de Minas Gerais, segundo o domicílio, 1991 e 2000.

Situação de domicílio	1991		2000	
	População	%	População	%
População total	15.743.152	100,00	17.891.494	100,00
Urbana	11.786.893	74,87	14.671.828	82,00
Rural	3.956.259	25,13	3.219.666	18,00

Fonte: Censos demográficos – IBGE (1991, 2002).

Para essa dinâmica da população mineira contribuiu o processo de urbanização, destacando-se as regiões: Central, a mais populosa e mais urbana dentre todas, cuja população rural decresceu em 38,46% no período de

1991/2000; Centro-Oeste de Minas, com decréscimo da população rural de 38,10% naquele período e Noroeste e Alto Paranaíba, que tiveram redução na população rural de 35,90% e 30,77%, respectivamente. As regiões em que ocorreram menores variações na população rural no período foram: Jequitinhonha/Mucuri, Sul de Minas e Norte de Minas, cujas respectivas variações percentuais são -14,29%, -21,43% e -22,22 (Tabela 2).

TABELA 2 População segundo o domicílio (percentual) - Minas Gerais e Regiões, 1991/2000.

Região de planejamento	1991		2000		%Pop. urbana	% Pop. rural
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	1991/2000	1991/2000
Minas Gerais	75,0	25,0	82,0	18,0	9,33	-28,00
Central	87,0	13,0	92,0	8,0	5,75	-38,46
Mata	69,0	31,0	77,0	23,0	11,59	-25,81
Sul de Minas	72,0	28,0	78,0	22,0	8,33	-21,43
Triângulo	87,0	13,0	91,0	9,0	4,60	-30,77
Alto Paranaíba	76,0	24,0	84,0	16,0	10,53	-33,33
Centro-Oeste	79,0	21,0	87,0	13,0	10,13	-38,10
Noroeste	61,0	39,0	75,0	25,0	22,95	-35,90
Norte	55,0	45,0	65,0	35,0	18,18	-22,22
Jequitinhonha/Mucuri	51,0	49,0	58,0	42,0	13,73	-14,29
Rio Doce	67,0	33,0	76,0	24,0	13,43	-27,27

Fonte: FJP (2002); Censo demográfico – IBGE (1991 e 2000).

A estrutura etária da população de Minas Gerais apresenta um quadro que configura um certo envelhecimento da população, isto é, uma certa redução no estrato da população com idade inferior a 15 anos e aumento nos estratos superiores. Assim, no período entre 1991 e 2000, o estrato de idade inferior a 15 anos reduziu sua participação na população total do estado, de 33,89% para 28,37%; enquanto nos estratos de 15 a 64 anos e acima de 65 anos, a participação foi aumentada de 61,14% para 65,43% e de 4,97% para 6,21%, respectivamente (Tabela 3).

TABELA 3 Estrutura etária, Minas Gerais, 1991 e 2000.

Faixa etária	1991		2000	
	Número de Pessoas	%	Número de pessoas	%
Menos de 15 anos	5.335.542	33,90	5.075.513	28,37
15 a 44 anos	7.503.552	47,66	8.865.540	49,55
45 a 64 anos	2.121.438	13,47	2.840.058	15,87
65 anos e mais	782.620	4,97	1.110.383	6,21
População total	15.743.152	100,00	17.891.494	100,00

Fonte: FJP (2002); Censos demográficos – IBGE (1991, 2000).

2.1.2 Alguns indicadores de desenvolvimento em Minas

Analisando-se o desenvolvimento de Minas Gerais, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), observou-se um aumento, neste índice de 10,90% no período entre 1991 e 2000, passando de 0,697 em 1991 para 0,773 em 2000. O fator de maior contribuição para esse aumento foi a educação, com 43,4%, seguido pela longevidade, com 30,7% e pela renda, com 25,9%, (Tabela 4).

TABELA 4 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Minas Gerais.

IDH	1991	2000	Variação no período
IDH – Municipal	0,697	0,773	0,076
Educação	0,751	0,850	0,099
Longevidade	0,689	0,759	0,070
Renda	0,652	0,711	0,059

Fonte: PNUD (2003).

O IDH de 0,773, obtido em 2000 pelo estado, o coloca entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos 27 estados brasileiros, Minas Gerais está numa posição considerada boa, pois ocupa a 9ª posição (PNUD, 2003). Certamente, esse quadro mineiro reflete a conjugação das políticas públicas adotadas, no período, nas áreas social e

econômica, destacando-se as áreas da educação, com ampliação do acesso à escola pelas crianças em idade escolar; da saúde, com as campanhas de imunização em massa contra doenças infecto-contagiosas em crianças e idosos e de programas sociais do governo, de caráter compensatório, voltados para a população de baixa renda como Cesta Básica, Bolsa Escola, Bolsa Renda, etc.

Em Minas Gerais, a educação é um fator de desenvolvimento que tem apresentado melhoras expressivas, sobretudo na última década do século XX. O estado chegou ao final do período 1991-2000 com aumento na média de anos de estudo entre a população, que passou de 4,6 em 1991 para 5,6 em 2000. Isto, sem dúvida, é reflexo do aumento da freqüência à escola, uma vez que o estado chegou ao ano 2000 com menos de 5% de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, percentual que, em 1991, era próximo de 20%. Contudo, apesar de também ter avançado no período, entre os jovens de 15 a 17 anos ainda era elevado o percentual dos que estavam fora da escola no ano de 2000: sendo cerca de 25%, contra 52% em 1991. Não resta dúvida de que avançou muito a freqüência à escola nessa faixa, cerca de 28% de aumento no período. A continuar nesse ritmo, acredita-se que, ao final da primeira década do século em curso, o estado apresente um quadro com expressiva melhora no acesso à escola, ou seja, entre a população de pessoas com idade acima de 25 anos não se apresente um quadro semelhante ao observado para esta faixa etária no ano 2000. Naquele ano, cerca de 68% das pessoas nessa faixa etária tinham menos de 8 anos de estudo, e em 1991 era de 76%; com menos de 4 anos de estudo havia 43% em 1991 e 33% em 2000 e o percentual de analfabetos passou de 21,9%, em 1991 para 14,8%, em 2000, como mostra a Tabela 5.

TABELA 5 Nível educacional da população jovem e adulta de Minas Gerais, 1991 e 2000.

Faixa etária	Taxa de analfabetismo		Anos de estudo em percentual					
	1991	2000	% com menos de 4 anos		% com menos de 8 anos		% frequentando a escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
7 a 14	18,6	6,6	-	-	-	-	82,8	95,9
10 a 14	9,1	2,2	61,3	36,9	-	-	81,3	95,2
15 a 17	6,9	1,8	25,5	9,7	83,0	54,6	48,0	76,0
18 a 24	7,1	3,3	21,4	12,6	66,3	44,5	-	-
25 anos ou mais (*)	21,9	14,8	43,3	32,8	76,0	67,9	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos censos demográficos 1991 e 2000 e PNUD (2003). (*) A média de anos de estudo nessa faixa etária é de 4,6 em 1991 e 5,6 em 2000.

Como visto na Tabela 5, a educação avançou consideravelmente em Minas Gerais nos anos 1990. Entretanto, o analfabetismo entre jovens e adultos é uma realidade, sendo que a condição de analfabeto reduz a competitividade e tolhe o indivíduo de participar, com melhores possibilidades e condições técnicas, do processo produtivo. Em face disso, iniciativas de capacitação abrangentes no sentido da profissionalização e da promoção social fazem-se oportunas ao contribuir para a minimização dessas distorções.

Considerando-se o estrato da população com idade acima de 15 anos, a taxa de analfabetos no estado, em 2000, era de aproximadamente 12%. Na população rural, essa taxa é mais elevada que na população urbana, tanto no estado, como nas diferentes regiões. No estado, em 2000, a taxa de analfabetismo, para essa faixa etária, era de 24,05% na população rural e 9,46% na urbana. Entre as regiões, três se destacam como detentoras das maiores taxas de analfabetismo nessa faixa etária. São elas, nesta ordem: Jequitinhonha/Mucuri com 29,30%, Norte de Minas com 22,72% e Rio Doce com 16,45%; estas regiões também apresentam as maiores taxas de analfabetismo rural, respectivamente, 39,04%, 34,43% e 26,77%. Dentre as

demais regiões, a Central com 7,67%, o Triângulo com 8,12% e o Alto Paranaíba com 9,89%, apresentam, nesta ordem, as menores taxas de analfabetismo, sendo as menores taxas de analfabetismo rural as do Alto Paranaíba e do Triângulo, de, respectivamente, 12,89% e 13,54%, conforme mostra a Tabela 6.

TABELA 6 Taxa de Analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais por Situação de Domicílio, segundo Regiões de Planejamento de Minas Gerais – 2000.

Regiões de planejamento	Total	Urbana	Rural
Minas Gerais	11,96	9,46	24,05
Alto Paranaíba	9,89	9,31	12,89
Central	7,67	6,71	19,76
Centro-Oeste de Minas	9,98	8,89	16,42
Jequitinhonha/Mucuri	29,30	22,85	39,04
Mata	12,17	9,65	20,94
Noroeste de Minas	14,74	13,12	19,54
Norte de Minas	22,72	16,61	34,43
Rio Doce	16,45	13,31	26,77
Sul de Minas	10,80	9,28	16,34
Triângulo	8,12	7,63	13,54

Fonte: FJP (2002); Censo Demográfico 2000 – IBGE (2002).

No que se refere à longevidade ou esperança de vida ao nascer, têm-se alguns aspectos importantes que podem ser percebidos na mudança na estrutura etária da população do estado. A tendência ao envelhecimento da população, certamente, é reflexo do conjunto de fatores que impactaram a população do país nos anos 1990, dentre eles destacam-se a redução nas taxas de fecundidade (no número de filhos por mulher) e de mortalidade infantil e no aumento da expectativa de vida ao nascer. A melhoria nestes aspectos deve-se aos avanços alcançados nas ciências médicas, humano-reprodutivas, nutricionais e em outros aspectos ligados à vida humana que certamente produzem efeitos positivos na

qualidade de vida da população. Nesse sentido, o estado apresenta uma redução na taxa de fecundidade total, que passou de 2,7 para 2,2 o número médio de filhos por mulher entre 1991 e 2000; uma redução de, aproximadamente, 22% na taxa de mortalidade infantil entre 1991 e 2000, passando de 35,39 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 27,75 (por mil nascidos vivos) em 2000 e na esperança de vida ao nascer, que cresceu 4,19 anos, passando de 66,36 anos, em 1991 para 70,55 anos, em 2000 (Tabela 7).

TABELA 7 Indicadores de longevidade, mortalidade infantil e fecundidade, Minas Gerais - 1991 e 2000.

Indicador	1991	2000
Mortalidade até um ano de idade (por 1000 nascidos vivos)	35,4	27,8
Esperança de vida ao nascer (anos)	66,4	70,5
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,7	2,2

Fonte: PNUD (2003).

Outro indicador importante no estado é a renda per capita média, cujo crescimento foi de 42,87% entre 1991 e 2000, passando de R\$ 193,57 em 1991 para R\$ 276,56, em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50 - equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 31,21%, passando de 43,3% em 1991 para 29,8% em 2000. Entretanto, a desigualdade segue a tendência de se manter no mesmo nível segundo o Índice de Gini⁴, que foi de 0,61 em 1991 e em 2000 (PNUD, 2003). A Tabela 8 mostra que entre 1991 e 2000, houve uma ligeira redução na apropriação da renda gerada no estado entre o estrato correspondente aos 20% mais pobres da população. Contudo, estratificando-se a população considerada mais pobre, do ponto de vista da renda, em 40%, 60% e

⁴ Este índice representa concentração que cresce conforme o índice aumenta, na escala de que varia de zero a um.

80%, verifica-se que praticamente não há variação quanto à apropriação da riqueza gerada no período entre estes estratos, inclusive no estrato que representa os 20% mais ricos da população. Em 1991, as pessoas deste estrato se apropriavam de 65,8% da renda total do estado, situação que em 2000 passou para 65,7%. Verifica-se, portanto, uma pequena redução e a manutenção de um percentual elevado na concentração de renda no estado.

TABELA 8 Porcentagem da renda apropriada por estratos da população, Minas Gerais, 1991 e 2000.

Estrato	1991	2000
20% mais pobres	2,5	2,2
40% mais pobres	8,0	8,0
60% mais pobres	17,4	17,7
80% mais pobres	34,1	34,3
20% mais ricos	65,8	65,7

Fonte: PNUD (2003).

2.2 Ocupação rural

A realidade ocupacional do meio rural mineiro, em particular do setor agropecuário, apresenta uma retração no número de pessoas ocupadas. Recorrendo aos dados da Tabela 8 e fazendo-se a relação da redução na apropriação da renda pelo estrato mais pobre da população mineira com a realidade rural do estado, encontram-se evidências de que esse quadro é impactado pela redução do emprego e da ocupação verificada na agropecuária nos últimos anos do século passado. Confrontando-se os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 com os do ano de 1985, verifica-se que, nesse período, o total de pessoas ocupadas na agropecuária mineira, com idade acima de 14 anos, reduziu de 2,31 para 1,79 milhões. Estratificando-se esse quadro ocupacional entre homens e mulheres, constata-se que a perda de trabalho foi

mais acentuada entre os homens, que perderam cerca de 400 mil ocupações naquele período, conforme mostra a Tabela 9.

TABELA 9 Pessoal ocupado na agropecuária, com idade acima de 14 anos, em Minas Gerais - 1985, 1996.

Ano	Homens		Mulheres		Total de ocupações	
	Número	Percentual	Número	Percentual	Número	Percentual
1985	1.744.662	75,49	566.600	24,51	2.311.262	100,00
1996	1.323.918	73,84	469.132	26,16	1.793.050	100,00

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE (1985, 1996).

Nesse cenário de baixa na ocupação neste setor tem influenciado a retração na produção de alguns dos principais produtos da pauta produtiva do estado, com exceção do leite que teve expressivo aumento de produção e produtividade no período, como mostra a Tabela 10.

TABELA 10 Variação da produtividade e da produção dos principais produtos da agropecuária de Minas Gerais (1985/1996).

Produto	Produtividade (%)	Produção (%)
Batata	11,82	2,00
Leite	47,11	45,79
Cana-de-açúcar	-5,40	5,26
Arroz	9,37	-388,17
Feijão	26,33	-69,69
Mandioca	1,04	-43,26
Milho	67,49	27,31
Soja	9,41	35,44
Café	9,03	12,22

Fonte: Censos Agropecuários (1985, 1996) e Ribeiro et al. (1999).

Atribui-se a esta tendência o fato de haver um processo de regionalização da produção, em que a especialização contribui para a criação de grandes pólos de demanda ou produção, criando economias locais fortes,

atraindo mais investimentos agropecuários, concentrando mais atividades produtivas e impactando empregos e ocupações - positivamente nestes espaços agrários e negativamente noutras regiões e ou estados que se vêem tolhidos em crescimento (Ribeiro et al., 1999).

Em Minas Gerais, a maior redução na ocupação rural ocorreu nos grupos de estabelecimentos rurais com mais de 100 hectares. Como consideram Ribeiro et al. (1999), esses estabelecimentos tendem a comportar explorações com características de maior presença patronal, ao contrário do que, em geral, ocorre com os estabelecimentos de área abaixo desse limite. Nestes, os autores atribuem maior identificação com a agricultura familiar, pois trata-se de um segmento que tende a associar-se aos menores estabelecimentos rurais. A Tabela 11 mostra o número de ocupados distribuídos nesses dois estratos de área, por categoria de ocupação e setor de atividade.

TABELA 11 Pessoal ocupado na agropecuária, de 14 anos a mais, segundo tamanho de estabelecimento, ocupação e setor de atividade - Minas Gerais, 1985/1996 (mil pessoas).

Ano	Estabelecimentos		Categoria de ocupação			Setor de atividade		
	Até 100 ha	Acima de 100 ha	RMNRF(*)	Permanente	Temporários	Agricultura	Pecuária	Agropecuária
1985	1.530	773	1.275	360	496	1.073	1.019	71
1996	1.271	522	1.082	305	303	684	668	364
Diferença (%)	-16,93	-32,47	-15,14	-15,28	-39,91	-36,25	-34,44	412,67

Fonte: Censos Agropecuários (1985, 1995/96). Elaborado por Ribeiro et al. (1999). (*) RMNRF: Responsáveis e membros não remunerados da família.

Pelos dados da Tabela 11, percebe-se que a maior redução do emprego ocorreu entre trabalhadores temporários, ou seja, entre aqueles cuja ocupação se restringe mais às épocas de safras ou outras atividades agrícolas concentradas em períodos determinados; a menor redução ocorreu nas categorias de ocupação

de membros da família – “*Responsáveis e membros não remunerados da família*” – e trabalhadores permanentes, indicando maior persistência da ocupação estável no segmento da agricultura familiar e no trabalho assalariado de maior formalização (Ribeiro et al., 1999). Observa-se, ainda na Tabela 11, que nas atividades mais especializadas, que reúnem a agricultura e a pecuária, houve expressiva redução na ocupação, ao contrário do que ocorre nas atividades mistas (combinação de agricultura e pecuária) que são mais associadas às unidades de produção em regime de economia familiar, nas quais houve crescimento do número de ocupados evidenciando que diversificação na agropecuária constitui-se em importante absorvedor de trabalho familiar, como destacam Ribeiro et al. (1999).

A essa constatação acrescenta-se o fato de ser desses homens e mulheres trabalhadores do campo a força principal que tem colocado o país em evidência na produção de alimentos e de matérias-primas, desde o seu berço nos ciclos econômicos na era colonial à soja e outras commodities no atual contexto de globalização. Entretanto, o maior índice de analfabetismo entre os trabalhadores do país está entre os que percebem os menores salários, e são em grande parte expostos a situações degradantes de trabalho, em condições subumanas (Contag, 1998; Hoffmann, 2000). São os trabalhadores rurais os menos assistidos nos serviços públicos como saúde, saneamento, educação e no acesso a bens de consumo e culturais como bibliotecas públicas, teatro, cinema, dentre outros.

3 METODOLOGIA

Na realização desta pesquisa foram necessários ajustamentos e combinações de técnicas de pesquisa. Os passos dados, desde a definição do público-alvo, passando pelo processo de amostragem dos municípios de onde foram selecionados os entrevistados, à coleta dos dados e informações, estão descritos a seguir.

A necessidade de captar informações, sentimentos e impressões dos atores pesquisados - com certo grau de detalhamento acerca do envolvimento que tiveram com o SENAR por meio de cursos de capacitação - buscando levantar a repercussão quanto a possíveis ganhos auferidos por eles, foi decisiva na opção pela pesquisa qualitativa. Optou-se por esta metodologia porque ela possibilita captar melhor o universo dos significados atribuídos aos fenômenos. Ou seja, os métodos qualitativos podem ser empregados para desvendar e entender o que está por trás dos fenômenos sociais. Podem, também, fornecer detalhes intrincados de um fenômeno, os quais são difíceis de serem captados pelos métodos quantitativos (Alencar, 1998). Como, no presente estudo, busca-se conhecer os resultados da aprendizagem adquirida pelos egressos nos treinamentos e capacitações que participaram, essa metodologia é apropriada, uma vez que ela possibilita descrever o fenômeno em estudo, assim como são percebidos os efeitos decorrentes de processos educativos vivenciados pelos pesquisados, permitindo relacioná-lo às teorias existentes.

Os métodos qualitativos de pesquisa são capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerente aos *atos e às relações sociais*, pois são tomados como construções humanas significativas (Minayo, 1992). Este pressuposto teórico é corroborado por Martins (2000) que, refletindo sobre a complexidade da realidade social que exige procedimentos metodológicos coerentes com o processo histórico, afirma que “cabe ao

pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê” (Martins, 2000, p. 120).

A pesquisa qualitativa é entendida como uma atividade interativa, na qual se procura entender as relações sociais, as interpretações realizadas pelos diferentes atores a partir de seus pontos de vista, sabendo-se que estes não são definitivos (Alencar & Gomes, 1998).

A relevância da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais é apoiada no fato de não se apresentar como uma proposta rígida estruturada. Ela é flexível e permite que, nos estudos de fenômenos sociais, sejam explorados novos enfoques, utilizando-se a imaginação e a criatividade (Godoy, 1995). Concorda com esse ponto de vista a proposição de Bourdieu (2001) acerca da reflexividade que permeia as investigações científicas de cunho qualitativo. Para este autor, é na confrontação contínua das experiências e das reflexões dos participantes da pesquisa – pesquisador e pesquisado(s) - que o método vai pouco a pouco aparecendo, pela explicitação e codificação progressivas das providências realmente tomadas. Dessa forma, ele sugere que o pesquisador deve também ‘mobilizar todas as técnicas que, dada a definição do objeto de pesquisa, possam parecer pertinentes e que, dadas as condições práticas de coleta dos dados, são praticamente utilizáveis” (Bourdieu, 2001, p. 26).

3.1 Procedimentos de coleta de dados

A realização da pesquisa aconteceu por etapas, não segmentadas ou estanques, mas sincronizadas e, por vezes, simultâneas. Inicialmente, manifestado o interesse pela pesquisa contactou-se o SENAR-MG apresentando-lhe a proposta. O apoio institucional foi dado por meio da cessão do banco de dados sobre os cursos ministrados desde o início de atuação no estado. Foi permitido o acesso a documentos e relatórios anuais de atividades desenvolvidas

e a participação nos encontros de reciclagem entre o corpo de instrutores, de mobilizadores, gerentes, supervisão pedagógica e de Formação Profissional Rural e de Promoção Social bem como dos demais membros da diretoria. Além disso, a instituição pesquisada mediou o contato entre o pesquisador e os pesquisados, por meio das organizações conveniadas nos municípios de origem, no caso os sindicatos rurais, para fins de coleta dos dados da pesquisa.

Uma outra alternativa de pesquisa empregada neste trabalho foi a análise documental acerca do SENAR-MG. Procurou-se conhecer a instituição, desde sua origem, no tocante à estrutura, missão e objetivos. Estas informações foram complementadas por meio de entrevistas com alguns membros do corpo administrativo e operacional, nas ações educativas que desenvolve no estado de Minas Gerais.

Conhecido então o SENAR-MG, partiu-se para a coleta de dados, conforme processo detalhado adiante, por meio de questionário estruturado e entrevista com roteiro semi-estruturado, aplicado pessoalmente nas residências ou locais de trabalho dos atores pesquisados. Esse procedimento permitiu observações mais detalhadas sobre os pesquisados em seu convívio familiar e de trabalho, em que se procurou identificar aspectos do padrão sócio-econômico do pesquisado, das relações de trabalho no que concerne ao domínio e uso de técnicas apreendidas e do posicionamento reflexivo desses atores diante dos problemas relacionados ao dia-a-dia nas atividades de trabalho e ou produtivas. Antes, porém, esses instrumentos foram testados com alguns egressos de cursos do SENAR-MG para fins de adequação da coleta de dados aos objetivos propostos na pesquisa.

3.1.1 População pesquisada e constituição da amostra

Como população que constitui o universo desta pesquisa tomou-se o conjunto de egressos dos cursos de Formação Profissional Rural e de Promoção

Social, realizados no estado pelo SENAR-MG entre 1993 e 2003.⁵ Estes membros guardam em comum a característica de serem egressos de cursos do SENAR. Esse limite temporal da pesquisa foi adotado devido à expectativa de se conhecer o impacto de ações educativas de cunho profissionalizante no meio rural, no desenvolvimento rural, durante um período em que importantes mudanças ocorreram no cenário econômico e social brasileiro.

O tema de pesquisa é a identificação da contribuição do SENAR para o desenvolvimento rural. As fontes de informação foram os agricultores e trabalhadores rurais egressos de cursos de FPR e de PS realizados pelo SENAR-MG no período citado.

Levando-se em conta a dispersão espacial e temporal que marca os indivíduos alvo da pesquisa, optou-se por compor uma amostra estratificada de egressos segundo critérios não-probabilísticos ou intencionais - para a seleção dos municípios - e probabilísticos proporcionados – para a seleção dos egressos a serem entrevistados.

3.1.1.1 A seleção dos municípios

A construção da amostra teve início com a seleção do município dentre todos de cada região em que ocorreram cursos pelo SENAR no período observado.⁶ Levou-se em conta a distribuição total dos cursos nos municípios segundo suas respectivas regiões de planejamento e o perfil econômico municipal.

⁵ A escolha desse período se deve ao fato de o SENAR ter iniciado suas atividades em Minas Gerais no ano de 1993.

⁶ Na ocasião em que foi feita a amostragem (junho/2003) o SENAR-MG não dispunha de um banco de dados informatizado contendo a relação de todos os municípios onde ocorreram os cursos desde 1993. Então, foram tomados para efeito da seleção dos municípios os dados informatizados a partir de 1998 até maio/2003, ou seja, levantou-se o número de cursos de FPR e PS realizados por município entre 1998 e maio de 2003.

A seleção seguiu os seguintes passos: primeiramente foi levantado, junto ao SENAR, o total de cursos de FPR e PS realizados por município na respectiva região, entre 1998 e 2003. Em seguida, levantou-se o perfil econômico desses municípios, com base no Produto Interno Bruto Agropecuário (PIB) e na ocupação de mão-de-obra no setor agropecuário no ano 2000, segundo IBGE (2002) e FJP (2003). Esse procedimento visou conhecer a contribuição da produção do setor primário na economia municipal nos aspectos da produção e na ocupação de mão-de-obra. Na Tabela 12 encontra-se o total de cursos realizados naquele período, bem como o número de municípios de cada região em que ocorreram tais eventos. Foram realizados 15.766 cursos em todas as regiões, sendo 11.554 de FPR e 4.212 de PS, em 354 municípios, totalizando 189.192 participantes, sendo 138.648 de FPR e 50.544 de PS.

TABELA 12 Total de municípios que realizaram eventos de FPR e PS entre 1998 e 2003 e o total de eventos por região.

Região	Total de municípios que ocorreram eventos de FPR e		Total de cursos realizados/região		
	PS	FPR	FPR	PS	TOTAL
I – Central	48	1.266	456	1.722	
II – Mata	59	1.710	616	2.326	
III – Sul de Minas	80	1.942	589	2.531	
IV – Triângulo	24	677	232	909	
V – Alto Paranaíba	21	692	160	852	
VI – Centro-Oeste de Minas	29	948	287	1.235	
VII – Noroeste de Minas	14	697	309	1.006	
VIII – Norte de Minas	25	1.477	737	2.214	
IX – Jequitinhonha/Mucuri	24	1.135	466	1.601	
X – Doce	30	1.010	360	1.370	
Total	354	11.554	4.212	15.766	

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do banco de dados do SENAR -MG, 2004.

Para a seleção dos municípios, um em cada região, foi levado em conta o perfil econômico dos municípios em que ocorreram cursos do SENAR no período analisado, tomando-se como base os setores da economia municipal (FJP, 2003), primário, secundário e o terciário. Adotou-se o percentual de 33,33% como o nível de equilíbrio entre estes três setores na participação da economia global do município, mesmo procedimento adotado com a mão-de-obra ocupada nesses três setores.

Desse modo, fez-se o agrupamento dos municípios, cuja relação percentual do PIB agropecuário com relação ao PIB total é igual ou superior a 33,33% e que, concomitantemente, apresentam a relação percentual de ocupação de mão-de-obra no setor agropecuário, com relação à mão-de-obra ocupada total do município, igual ou superior a 33,33%, no ano 2000. O total de municípios, por região, com essas características pode ser visto na Tabela 13.

Busca-se verificar a incidência dos cursos SENAR nos municípios mais fortemente baseados na agropecuária e com maior ocupação neste setor.

TABELA 13 Total de municípios com eventos de FPR e PS, entre 1998 e 2003 e PIB agropecuário igual ou superior a 33,33% do PIB total e taxa de ocupação de mão-de-obra na agropecuária igual ou superior a 33,33%, em 2000.

Região	Total de municípios em que ocorreram eventos de FPR e PS	Total de municípios com % PIB agropecuário e % de ocupação de mão-de-obra na agropecuária igual ou superior a 33,33% em 2000		
		Nº de municípios	Percentual do total	Percentual da região
I – Central	48	6	1,69	12,50
II – Mata	59	8	2,26	13,56
III – Sul	80	27	7,63	33,75
IV – Triângulo	24	12	3,39	50,00

Continua...

TABELA 13 Continuação

Região	Total de municípios em que ocorreram eventos de FPR e PS	Total de municípios com % PIB agropecuário e % de ocupação de mão-de-obra na agropecuária igual ou superior a 33,33% em 2000		
		Nº de municípios	Percentual do total	Percentual da região
V – Alto Paranaíba	21	10	2,82	47,62
VI- Centro-Oeste	29	3	0,85	10,34
VII – Noroeste	14	8	2,26	57,14
VIII – Norte	25	7	1,98	28,00
IX – Jequitinhonha/Mucuri	24	3	0,85	12,50
X – Doce	30	7	1,98	23,33
Total	354	91	25,71	-

Fonte: Dados do SENAR-MG, 2004 e FJP (2003).

Dentre os municípios com as características citadas (PIB agropecuário e ocupação neste setor) foi selecionado o que apresentou maior média ponderada entre os totais de cursos de FPR e de PS realizados entre 1998 e maio de 2003 (Ver Anexo A). Os dez municípios assim selecionados, um de cada região, com seus respectivos totais de capacitandos no período de 1993 e 2003 (Tabela 14), compuseram os estratos na delimitação da amostra probabilística proporcionada que reuniu os egressos entrevistados.

TABELA 14 Número de cursos e egressos (FPR e PS), entre 1993 e 2003, por município selecionado.

Região	Município	Total geral de 1993-2003					
		FPR		PS		FPR + PS	
		Cursos	Pessoas	Cursos	Pessoas	Cursos	Pessoas
I – Alto Paranaíba	Campos Altos	38	396	16	183	54	579
II – Central	Santana do Pirapama	37	411	15	170	52	581
III - Centro Oeste	Pimenta	47	472	12	130	59	602
IV – Doce	Mutum	71	748	44	505	115	1.253

Continua...

TABELA 14 Continuação

Região	Município	Total geral de 1993-2003					
		FPR		PS		FPR + PS	
		Cursos	Pessoas	Cursos	Pessoas	Cursos	Pessoas
V – Jequitinhonha/Mucuri	Novo Cruzeiro	47	432	16	181	63	613
VI – Mata	Simonésia	24	254	12	128	36	382
VII – Noroeste	Arinos	103	1.223	30	359	133	1.582
VIII – Norte de Minas	Grão Mogol	59	644	14	192	73	836
IX – Sul	Nova Resende	75	752	25	284	100	1.036
X – Triângulo	Monte Alegre de Minas	79	857	12	138	91	995
TOTAL		580	6.189	196	2.270	776	8.459

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do SENAR – MG, 2004.

3.1.1.2 A seleção da amostra

Para completar o processo de amostragem, os egressos foram selecionados por meio de técnica probabilística e de estratificação, sendo a amostra estratificada obtida de modo proporcionado.⁷

A estratificação consistiu, portanto, em dividir a população dos egressos em subpopulações ou estratos, segundo os seguintes aspectos considerados na estratificação: a) a ação do SENAR na região - representada pelo tipo de curso (FPR, e PS) e o número de cursos realizados nos respectivos municípios; b) o perfil econômico dos municípios com base no PIB agropecuário e na ocupação de mão-de-obra na agropecuária; c) o período de ocorrência dos cursos e d) o perfil dos capacitandos egressos. Cochran (1965) assegura ser esta uma forma de garantir aleatoriedade na escolha dos elementos de cada estrato, sendo os estratos mutuamente excludentes e coletivamente exaustivos, no sentido de que cada elemento da população deve ser atribuído a um único estrato e que nenhum

⁷ Na amostragem probabilística, as unidades amostrais são escolhidas ao acaso, ou seja, cada elemento da população tem uma chance fixa de ser incluído na amostra. Desse modo, é possível determinar a precisão das estimativas amostrais das características de interesse; e calcular os intervalos que contenham o verdadeiro valor populacional com determinado grau de certeza, permitindo assim se fazer inferências ou projeções sobre a população-alvo da qual se extraiu a amostra (Cochran, 1965).

elemento da população deve ser omitido. Na amostra estratificada proporcionada, a fração amostral é a mesma em todos os estratos (Cochran, 1965).

O tamanho da amostra e das subamostras (estratos) foi determinado segundo as fórmulas a seguir.

Determinação do tamanho da amostra (Cochran, 1965):

$$n = \frac{\frac{1}{V} \sum_{h=1}^{k=10} W_h.P_h(1 - P_h)}{1 + \frac{1}{N} \left(\frac{1}{V} \sum_{h=1}^{k=10} W_h.P_h(1 - P_h) \right)} \quad W_h = \frac{N_h}{N} \quad n_h = \frac{N_h}{N} n$$

$$V = \left(\frac{d}{Z \frac{\alpha}{2}} \right)^2 \quad CV = \frac{\sqrt{V}}{P} \quad V = (P.CV)^2$$

Legenda:

- n = Tamanho da amostra
- n_h = Tamanho da subamostra (estrato)
- N = Tamanho da população
- N_h = Tamanho do estrato
- P_h = proporção no estrato h
- CV = Coeficiente de variação
- V = Variância desejada

Considerando-se o coeficiente de variação (CV) = 0,5, a proporção (P) = 0,9 e um erro amostral (d) estimado, a priori, de ± 8,8%, o tamanho da amostra

(n) foi de 44 entrevistas, aumentado posteriormente para 60, distribuídas nos estratos,⁸ conforme a Tabela 15.

TABELA 15 Número de egressos entrevistados em cada município.

Município	Total de entrevistas
Campos Altos	4
Santana de Pirapama	4
Pimenta	4
Mutum	9
Novo Cruzeiro	4
Simonésia	3
Arinos	11
Grão Mogol	6
Nova Resende	8
Monte Alegre de Minas	7
TOTAL	60

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Na composição da amostra, fez-se a estratificação, segundo o tipo de curso realizado pelos egressos (FPR ou PS) e segundo o tempo em que ocorreram os cursos, em dois períodos: um entre 1993 e 1998 e o segundo entre 1999 e 2003. A estratificação nesses dois períodos deve-se às diferentes conjunturas do país em ambos os períodos, de ordem econômica, política e social, que podem ter influenciado a demanda de capacitações.⁹ Pressupõe-se,

⁸A decisão por estes parâmetros na definição do tamanho da amostra deve-se a problemas de custos da pesquisa (Cochran, 1965). Optou-se para $P = 0,9$ com base em pesquisas anteriores (Rocha, 1997; Lopes & Algarte 2001), que apontam um percentual acima de 90% entre os respondentes que consideram como positiva a relação que mantiveram com o SENAR, por meio de cursos, na melhoria das condições de vida e de trabalho.

⁹ Em 1993 o país vivia sob os efeitos do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor; na economia, a inflação crescente culminou com a implantação do Real em substituição ao Cruzeiro. A partir de 1994, com a estabilização da moeda brasileira, verificou-se um impacto positivo sobre a renda, repercutindo na redução dos preços relativos dos alimentos, resultando em aumento do seu consumo e, conseqüentemente, da produção agropecuária do país (Barros & Miranda, 1998). Contudo, segundo os autores citados, a estabilização da moeda ocasionou uma redução na renda agrícola em 1995, provocada por um quadro excedente de oferta, o que desestimulou a produção, tendo havido redução na área plantada na safra de 95/96. Já na safra seguinte, ajustes nos preços relativos de alimentos e também da alta nos preços de *commodities* agrícolas no mercado externo levaram ao aumento da produção. A partir de 1999 a economia do país, sob os efeitos da crise asiática e da desvalorização cambial do Real frente ao Dólar, incrementa a produção, principalmente de *commodities* voltadas para o mercado externo.

portanto, que nesses dois períodos o efeito dos instrumentos econômicos sobre a produção rural se faça sentir. As Tabelas 16 e 17 mostram a distribuição dos cursos entre os municípios em ambos períodos.

TABELA 16 Número de cursos e egressos (FPR e PS) entre 1993 e 1998, por município selecionado.

Região	Município	PERÍODO I (1993 - 1998)					
		FPR		PS		Total do período	
		Cursos	Pessoas	Cursos	Pessoas	Cursos	Pessoas
I – Central	Santana do Pirapama	11	125	9	113	20	238
II – Mata	Simonésia	3	23	6	60	9	83
III – Sul de Minas	Nova Resende	42	409	16	175	58	584
IV – Triângulo	Monte Alegre de Minas	21	211	9	90	30	301
V – Alto Paranaíba	Campos Altos	9	93	2	20	11	113
VI - Centro-Oeste	Pimenta	6	63	1	12	7	75
VII – Noroeste de Minas	Arinos	25	270	4	43	29	313
VIII – Norte de Minas	Grão Mogol	11	111	4	55	15	166
IX – Jequitinhonha/Mucuri	Novo Cruzeiro	17	157	6	71	23	228
X – Doce	Mutum	32	325	26	288	58	613
TOTAL		177	1.787	83	927	260	2.714

Fonte: elaborado a partir de dados do SENAR–MG, 2004.

TABELA 17 Número de cursos e egressos (FPR e PS), entre 1999 e 2003, por município selecionado.

Região		FPR		PS		Total do período	
I – Central	Santana do Pirapama	26	286	6	57	32	343
II – Mata	Simonésia	21	231	6	68	27	299
III – Sul	Nova Resende	33	343	9	109	42	452
IV – Triângulo	Monte Alegre de Minas	58	646	3	48	61	694
V – Alto Paranaíba	Campos Altos	29	303	14	163	43	466
VI - Centro Oeste	Pimenta	41	409	11	118	52	527
VII – Noroeste	Arinos	78	953	26	316	104	1.269
VIII – Norte de Minas	Grão Mogol	48	533	10	137	58	670
IX – Jequitinhonha/Mucuri	Novo Cruzeiro	30	275	10	110	40	385
X – Doce	Mutum	39	423	18	217	57	640
TOTAL		403	949	113	211	516	5.745

Fonte: elaborado a partir de dados do SENAR–MG, 2004.

Com base na distribuição dos egressos entre os municípios e os períodos considerados, bem como os tipos de cursos realizados, fez-se a estratificação quanto ao número de entrevistas, conforme mostrado na Tabela 18.

TABELA 18 Número de Egressos entrevistados em cada município, segundo o tipo de curso (FPR ou PS) e o período de realização.

Município	Período I (1993-1998)		Período II (1999-2003)*		Total de entrevistas		
	FPR	PS	FPR	PS	FPR	PS	TOTAL
Santana de Pirapama	1	1	2	0	3	1	4
Simonésia	0	0	2	1	2	1	3
Nova Resende	2	1	3	2	5	3	8
Monte Alegre de Minas	2	1	4	0	6	1	7
Campos Altos	0	0	3	1	3	1	4
Pimenta	0	0	3	1	3	1	4
Arinos	2	2	5	4	7	4	11
Grão Mogol	0	0	4	2	4	2	6
Novo Cruzeiro	1	0	2	1	3	1	4
Mutum	2	2	3	2	5	4	9
TOTAL	10	5	31	14	41	19	60

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

*2003 somente até o mês de maio.

Assim construída a amostra, os entrevistados foram selecionados aleatoriamente por meio de listas¹⁰, numeradas em ordem crescente, obedecendo-se à estratificação e considerando-se também o perfil dos capacitandos que foram tipificados em pequeno produtor rural (PPR), trabalhador rural assalariado (TRA), autônomo (AUT) e outros (OUT).¹¹

¹⁰ Essas listas pertencem ao banco de dados do SENAR.

¹¹ A estratificação com base na tipificação dos capacitandos reflete o público-alvo do SENAR. A missão do SENAR: ‘Contribuir para o desenvolvimento do meio rural e do ‘homem do campo’ e seus familiares, pela educação, através de Formação Profissional Rural (FPR) e de Promoção Social (PS)’, a seleção dos egressos deve ser proporcionada entre as diferentes categorias de cada município selecionado.

3.1.2 A coleta de dados

Após a definição da amostra e a seleção dos egressos no banco de dados do SENAR-MG, aplicou-se um questionário seguido de entrevista gravada. Esse procedimento foi feito na residência do entrevistado, em meio aos familiares, e em alguns casos, no próprio local de trabalho ou nas sedes dos sindicatos rurais ou associações. Este trabalho de coleta de dados aconteceu entre os meses de janeiro e fevereiro de 2004, contando com o apoio dos Sindicatos Rurais dos municípios integrantes da amostra, por meio de seus presidentes e mobilizadores que agendaram os encontros entre pesquisador e pesquisados.

Os dados para esta pesquisa foram obtidos por meio da aplicação de questionário estruturado, com respostas ordenadas em escala decrescente¹² (Anexo B) e também de entrevistas semi-estruturadas gravadas cujo roteiro encontra-se no Anexo C.

O questionário foi estruturado visando obter informações sobre os egressos do SENAR-MG, como seu histórico econômico, sua relação com a terra, os apoios externos recebidos nas atividades produtivas ou de trabalho e o destino da produção agrícola, sua relação com o SENAR-MG e sua participação em organizações sociais.

3.2 Análise dos dados

Após tabulação eletrônica dos dados, feita por meio do software SPSS (*Statistical Package for the Social Science*), procedeu-se à sua análise buscando descrever qualitativamente o perfil dos pesquisados, relacionando-o às percepções e opiniões individuais. Buscou-se também compreender a realidade deles, suas atitudes e perspectivas quanto ao problema delineado na pesquisa,

¹² Esse procedimento foi adotado visando maior comodidade na tabulação eletrônica dos dados.

bem como a interpretação que dão ao aprendizado adquirido nos cursos feitos no SENAR-MG, quanto às potencialidades desenvolvidas.

A partir de tabelas simples ou cruzadas, contendo informações sobre algumas variáveis de destaque para a pesquisa, foram feitas análises qualitativas confrontando tais informações com as impressões colhidas nas entrevistas, buscando responder às questões investigadas e o alcance dos objetivos propostos. Na perspectiva das ações educativas por que passaram os pesquisados, centradas na capacitação rural e na promoção social, procurou-se descrever suas percepções sobre o que tais ações provocaram de mudanças no agir e fazer. Para tanto, foram analisados os cursos de maior frequência entre os entrevistados, centrando-se a análise na contribuição que teriam dado à melhoria das suas condições de vida e ao enfrentamento de problemas, além da melhoria do papel de agentes do desenvolvimento nas respectivas localidades de origem.

Dessa forma, acredita-se que o enfoque qualitativo dado à pesquisa expressa melhor a aproximação com a realidade dos agricultores e trabalhadores rurais, principalmente no tocante às avaliações que fazem dos resultados econômicos e sociais advindos das ações produtivas e profissionais obtidas nos cursos do SENAR-MG.

4 DIMENSÕES DA ANÁLISE

As dimensões da análise desta pesquisa foram o desenvolvimento, com ênfase no local, a intervenção pública educativa no meio rural, a ação educativa no contexto rural para formação profissional para o desenvolvimento rural e, por fim, a conceituação dos sujeitos da pesquisa: a agricultura familiar e trabalhadores rurais.

4.1 Conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento busca compreender a melhoria das condições materiais humanas em distintas sociedades.¹³

No período entre o final da Segunda-Guerra até a década de 1970 o conceito de desenvolvimento apoiava-se quase que exclusivamente na idéia de crescimento econômico. Assim, desenvolvimento econômico equivale ao aumento, ao longo do tempo, da produção per capita de bens materiais (Baran, 1977; Furtado, 1974).

Na perspectiva de Furtado (1974), desenvolvimento significa aumento da disponibilidade de bens e serviços para fins de consumo e investimento. Mas, não há aumento de investimento numa economia de livre empresa, sem haver também aumento de consumo e aumento do consumo não pode ser identificado como forma de sacrifício. Ocorre, então, que desenvolvimento também significa criação de expectativa de melhoria para o conjunto da população: ampliação da oferta de ocupação - no campo e nas cidades -, e da mobilidade social. Em síntese, o desenvolvimento projeta-se na consciência como uma expectativa

¹³ Desenvolvimento segundo Michaelis (1998) deriva do verbo “desenvolver”. O prefixo “des” significa “coisa ou ação contrária àquela que se expressa pelo termo primitivo” + “envolver” que significa abarcar, prender, cercar, cobrir. Neste sentido, significa desimpedir, romper, liberar do que se prende, etc., o que pode ser relacionado tanto a grupos, organizações ou mesmo para pessoas.

permanente da melhoria material (Furtado, 1974).

A conscientização do desenvolvimento exige a aplicação econômica do conhecimento técnico e o investimento em unidades produtivas adicionais; estas, segundo Baran (1977), são as fontes mais importantes do crescimento econômico. Este conceito permite pensar a totalidade social como sendo uma estrutura em que o sistema econômico é determinante. O autor caracteriza, assim, o desenvolvimento econômico como permanentemente impulsionado por classes e grupos interessados em uma nova ordem econômica e social; por isso, sempre encontrou a oposição e a obstrução dos interessados na preservação do *status quo*, dos que usufruem benefícios, dos que se afinam com o pensamento prevalecente. Por essa razão, o processo de desenvolvimento sempre foi marcado por choques mais ou menos violentos; efetuou-se por ondas, sofreu retrocessos e nunca foi suave e harmonioso (Baran, 1977).

As mazelas e desigualdades criadas pelo modelo de desenvolvimento produtivista do Pós-Guerra estimularam debates, reflexões e novas amplitudes no conceito de desenvolvimento surgiram. Uma delas, certamente a base de toda a reflexão contemporânea sobre o tema, elaborada inicialmente por Sachs (1986), sugere que desenvolvimento econômico e social deve ser sustentável a longo prazo. Para o autor, desenvolvimento econômico é a melhora sustentável na qualidade de vida de uma sociedade e no qual os fins e os meios são definidos pela sociedade mesma que o está buscando ou vivenciando. Esta conceituação foi incorporada à perspectiva de organismos como a FAO e a ONU, para as quais o desenvolvimento não significa mais apenas crescimento econômico: é um conceito que implica distribuição de renda e ampla participação cidadã de todos os setores da sociedade nas instituições; deve envolver a participação na construção do seu próprio desenvolvimento e nos benefícios da riqueza e da cultura criados, numa perspectiva de autonomia e de liberdade. Mais recentemente, conforme Sen (2000), outro autor que investiu na elaboração do

conceito, acredita-se que desenvolvimento é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolha. Este autor pressupõe um tipo ideal de desenvolvimento, entendido não como expansão exclusivamente econômica, mas também como expansão da educação, da liberdade política, do acesso à saúde, das condições de saneamento, da segurança, do trabalho, e da melhoria para a juventude – com esperança - e para os adultos – com emprego.

Para expressar uma idéia não exclusivamente material do desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹⁴ introduziu, em 1990, um novo alcance ao conceito, centrado nas pessoas e não na acumulação de riqueza, denominando-o de “Desenvolvimento Humano Sustentável” (DHS). Esse Programa instituiu três princípios do DHS:

- a) desenvolvimento das pessoas, por meio da ampliação das capacidades, oportunidades, potencialidades criativas, e direitos de escolha;
- b) desenvolvimento para as pessoas, levando a que a riqueza produzida por uma nação seja apropriada eqüitativamente pelos seus membros; e
- c) desenvolvimento pelas pessoas, por meio da participação ativa dos indivíduos e das comunidades na definição do processo de desenvolvimento do qual são, ao mesmo tempo, sujeitos beneficiários (PNUD, 2004, p. 5).

O conceito de DHS teve maior repercussão no cenário nacional quando da elaboração do primeiro relatório de desenvolvimento humano em 1996, que

¹⁴ Esse Programa desenvolve parceria com o governo do Brasil em projetos sociais desde os anos 1960, seja como doador de recursos seja em cooperação técnica em áreas como educação, gestão ambiental, saúde, agricultura, telecomunicações e preservação das florestas brasileiras.

revelou a dimensão dos problemas e carências em termos de pobreza e desigualdades no país.¹⁵

Esse Índice¹⁶ foi criado como um complemento a outro indicador de desenvolvimento, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país¹⁷, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação.¹⁸

Esse conceito se justifica amplamente pelo fato de ser a pobreza um fenômeno multidimensional, muito embora, na prática, a insuficiência de renda tenha adquirido maior destaque no conceito de pobreza do que outras dimensões, como o acesso ao conhecimento e às condições de saúde. Para Barros et al. (2003, p. 1), a dimensão renda continua a se destacar porque, atualmente, em grande parte dos países do mundo, as famílias têm acesso aos mercados e, para

¹⁵ A partir de 1998, vem sendo publicado o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, numa ação conjunta entre o PNUD e alguns de seus principais parceiros no país: Fundação IBGE, Fundação João Pinheiro e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). O importante desse Atlas é o grau de desenvolvimento humano sustentável que ele apresenta para todos os municípios brasileiros, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

¹⁶ O IDH foi criado por Mahbud ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen (PNUD, 2004).

¹⁷ A renda é mensurada pelo PIB per capita em dólar PPC (Paridade do Poder de Compra), que elimina as diferenças de custo entre os países (PNUD, 2004).

¹⁸ Para aferir a longevidade, o indicador utiliza a expectativa de vida ao nascer, em anos. A educação é avaliada pela taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais (peso 2/3) e pela taxa de matrícula nos três níveis de ensino (peso 1/3). Após a apuração dos dados estatísticos de cada dimensão, é feita uma média aritmética dos três índices (IDH-Renda, IDH-Longevidade e IDH-Educação), sendo o resultado expresso numa escala de zero a um. O PNUD considera o IDH uma forma inovadora de medição do desenvolvimento, a partir da identificação dessas três dimensões básicas relacionadas ao ser humano: sua longevidade, como consequência do acesso à uma alimentação adequada, abrigo para residência, saneamento básico e saúde; suas possibilidades de educação como meio de acesso ao conhecimento e à informação e o acesso aos meios para uma vida digna, através de uma renda que garanta a provisão de bens de que necessita (PNUD, 2004, p. 6).

participar destes, é preciso ter recursos monetários, de forma que a insuficiência de renda representa um indicador quase universal de carência das famílias.¹⁹

O desenvolvimento humano constitui-se numa meta e desenvolvimento, tomado em todas as suas dimensões que, historicamente, tem sido buscado via políticas gerais elaboradas sob uma visão macro, cujos resultados se mostram no quadro diferenciado entre regiões, estados e municípios do país. Essa diferenciação que compõe a realidade brasileira se dá na observação de que poucos têm acesso a muito e muitos têm pouco ou quase nada de acesso ao conjunto da riqueza produzida e aos bens e serviços disponíveis à população. Por isso o desenvolvimento passou a ser pensado localmente, exatamente para possibilitar às populações locais a participação na elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos planos de desenvolvimento e que este seja sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental.

A expressão *desenvolvimento local* deriva de duas grandes mudanças nas últimas décadas. Primeiro, a multiplicação de ONGs, que criaram uma estratégia de “ação local”, em oposição aos impactos dos processos globalizantes. A outra mudança refere-se aos processos de descentralização política em curso que valorizaram o “local” (Navarro, 2001). O desenvolvimento local é entendido, assim, como um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar – de maneira sustentável – as condições de vida dos habitantes de uma localidade. Por ele, o desenvolvimento

¹⁹ Apesar de não negarem a importância do IDH, os autores apresentam algumas limitações desse indicador de desenvolvimento. Dentre elas destacam três: em primeiro lugar, a restrição nas dimensões e indicadores que compõem o cálculo do IDH; a segunda é que nem o IDH e nem outros indicadores similares estão adaptados para serem calculados para cada família, pois, em geral, esses indicadores são estimados apenas para áreas geográficas e por último, citam as dificuldades de agregação que tanto o IDH como seus similares apresentam (Barros et al., 2003). Para a superação dessas limitações, os autores desenvolveram o índice de desenvolvimento da família (IDF). Esse indicador pode ser calculável no nível de cada família e pode ser agregado para qualquer grupo demográfico.

estimula a ampla participação de todos (Dowbor, 1995). Refere-se, pois, a um processo de desenvolvimento em que os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações entre si e com o meio em função de metas e projetos que convirjam para o atendimento de necessidades individuais e coletivas.

Desenvolvimento local é associado também a um entorno econômico-sócio-territorial, no qual as vantagens competitivas devem ser aproveitadas na construção de processos integrados de desenvolvimento social, político, ambiental, cultural, tecnológico e institucional (Parente & Zapata, 1998).

O local não pode ser entendido apenas como um espaço. Para Santos (1996), ele representa um território cujas peculiaridades são valorizadas por meio das ações de comunidades. Ou seja, a ação local é praticada pelo conjunto da sua população que é conhecedora da realidade cultural e social de suas unidades produtivas. O caráter sustentável no desenvolvimento exige o envolvimento da sociedade em sua concepção, planejamento e execução, tendo os diversos setores sociais representação em igualdade de participação.

À luz desses conceitos, o desenvolvimento local se dá à medida que ocorre a potencialização do desenvolvimento sócio-econômico, tomando como base a mobilização de recursos, sobretudo humanos. Isso pode significar uma reorganização institucional que permita o desencadeamento de um processo de acumulação de forças por meio de pequenos empreendimentos, do associativismo e do direcionamento da ação local à integração do mercado com o circuito de produção associado à reestruturação econômica a que países e regiões estão submetidos desde meados da década de 1980 (Abramovay, 1999).

A percepção do desenvolvimento é subjacente à maneira como se articulam os atores frente às suas necessidades e às possibilidades de atendê-las. Portanto, diante dessa proposição, é prudente considerar que o desenvolvimento sustentável de uma localidade é aquele que os membros da população constroem

interagindo com o ambiente, sem comprometê-lo às gerações futuras e com outros atores externos (Abramovay, 1999).

Entre os aspectos importantes para o processo de desenvolvimento local destaca-se o conjunto das relações sociais existentes entre os membros da população. O fenômeno da ‘proximidade social’ permite uma coordenação entre os atores sociais e é capaz de transformar o ambiente em que atuam por meio de empreendimentos inovadores, superando as vantagens competitivas advindas dos atributos naturais, de localização ou setoriais (Santos, 1996). Contudo, esse fenômeno da ‘proximidade social’, por si só, não garante o êxito da transformação desejada. É necessário, além disso, que existam indivíduos dotados de uma base de conhecimentos articulada com a realidade, no que diz respeito às tendências tecnológicas dos processos de produção, transformação e distribuição, nas diferentes cadeias produtivas, tendo em vista os perfis dos consumidores; processos de gestão maximizadores de resultados econômicos, sociais e ambientais também são importantes e indispensáveis na dinâmica do desenvolvimento local. Ou seja, pressupõe-se, então, que o incremento no capital humano por meio de ações educativas, comprometidas e compartilhadas com os interesses pessoais e da comunidade, certamente refletirá no processo de desenvolvimento local.

Sob esse ponto de vista, pode-se inferir que as ações educativas numa comunidade levam a um certo empoderamento,²⁰ isto é, que os seus membros atuem como sujeitos ativos nas decisões que afetam a coletividade com autonomia. O poder assim conquistado insere-se no fato característico de ser a sociedade, em geral, marcada por antagonismos entre os interesses de classes e grupos sociais, que se manifestam em relações de poder com prevalência daqueles que detêm o poder econômico, político e cultural. Nesse sentido, sendo

²⁰ O vocábulo empoderamento deriva de empoderecer cujo sentido é de tornar poderoso (Michaelis, 1998).

a prática educativa a expressão de uma determinada forma de organização das relações sociais na sociedade e que cada forma de organização social resulta de ações humanas, a educação constitui-se num agente de transformação. Ou seja, ela é meio capaz de provocar a mudança nas relações sociais, conferindo poder e capacidade de influir aos indivíduos de uma sociedade.

Essa ação autônoma pode se dar, inicialmente, no plano local por meio de células locais de lideranças que, com outras células de outras comunidades ou grupos, tecerão um tecido social cuja representação política poderá se estender para além do município ou da região. Contudo, essa construção não se dá de forma linear, consensual, rápida e simétrica. Nela, a conjugação dos interesses imediatos dos indivíduos é que dará o tom do processo.

Assim, o desenvolvimento local se dará a partir da conjugação de esforços entre os diversos atores sociais, locais e externos, e de ações educativas que tenham o caráter de promover desenvolvimento.

4.2 A idéia de uma intervenção pública educativa no meio rural

O ambiente rural tem algumas peculiaridades que o distinguem do urbano. Uma delas é o conjunto de relações que se referem ao trabalho, à produção, às condições de vida da população, bem como à relação homem-natureza e com outros homens. Em todas essas relações o homem apresenta-se como elemento central, sendo a qualidade dessas relações e seus resultados diretamente relacionados ao aprendizado adquirido nas lidas diárias e que compartilha com os demais atores sociais das comunidades a que pertencem. Ou seja, são resultados influenciados pela educação partilhada no meio social.

Um conceito corrente de educação é, segundo Libâneo (2002), uma série de ações visando à adaptação do comportamento dos indivíduos e grupos a determinadas exigências do contexto social. O autor afirma que existem vínculos reais entre o ser humano que se educa e o meio natural e social, havendo,

portanto, um certo grau de adaptação às exigências desse meio. É pela experiência, nas interações entre organismo e meio, que o indivíduo desenvolve suas funções cognitivas. A educação, além de sua configuração como processo de desenvolvimento individual ou de mera relação interpessoal, insere-se no conjunto das relações sociais, econômicas, políticas, culturais que caracterizam uma sociedade. Entretanto, a sociedade política constituída pelo aparelho de Estado compõe-se dos setores hegemônicos da sociedade, que detêm o poder econômico, político, social e cultural. Esses setores é que se beneficiam da situação vigente e, por isso, uma transformação profunda da sociedade quase sempre contraria seus interesses (Souza, 1985).

São várias as formas que o homem tem de aprender e, no percurso do aprendizado, capacidades são desenvolvidas e posicionadas no campo estratégico das múltiplas possibilidades de uso do aprendido. O trabalho é uma forma histórica do homem aprender. Um conceito que exprime bem essa relação foi formulado por Fleury & Fleury (1997), para quem a aprendizagem é um processo de mudança resultante de prática ou experiência anterior. Nesse sentido, o homem tem historicamente desenvolvido diferentes relações de aprendizagem, nos grupos sociais a que pertence, sempre buscando sua reprodução, alterando o presente e modelando o futuro com base em experiências passadas.

No campo da produção, principalmente nas duas últimas décadas do século XX, as dinâmicas produtivas têm estreitado a relação educação e trabalho por meio da incorporação de novas técnicas e modelos gerenciais (Fleury & Fleury, 1997). Esses arranjos objetivam racionalizar os processos, visando aumentar a eficácia e a eficiência produtiva, cujo alcance exige investimentos na capacitação dos envolvidos.

Essa necessidade de investimentos na aprendizagem ou capacitação voltada para a produção tem relação com a realidade em termos de escolaridade

da população em geral e particularmente da classe trabalhadora. De acordo com Pochmann (2000), a população brasileira na faixa etária entre 15 e 24 anos, que corresponde a aproximadamente 20% da população total, apresenta algo em torno de 55% de jovens sem escolarização fundamental, apesar de ter ocorrido redução no índice de analfabetismo nesse estrato, de 15,7%, em 1980 para 5,8%, em 2000. Esse quadro, segundo Soares et al. (2003), tem relação com políticas educacionais ineficazes adotadas no país.

O abandono da escolarização formal em diversas fases da vida educacional dos alunos não é recente e constitui um problema social cujo contorno e propostas de solução se delineiam conforme as mudanças que o desenvolvimento social coloca e a agenda política absorve.

O problema da baixa escolaridade, que afeta grande parte da população de jovens e adultos do país, é histórico. Di Pierro et al. (2001), apresentando uma visão retrospectiva da educação brasileira, destacam a educação desse público como tema de política educacional desde a primeira metade do século XX. A preocupação, segundo os autores, é a de o Estado oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população excluídas da escola, conforme determinação constitucional, desde a Constituição de 1934.

Entretanto, a ineficiência do Estado nesse atendimento tem contribuído para o crescente número de pessoas jovens e adultas analfabetas ou com pouca escolaridade e ele tenta resolver esse problema por meio de campanhas voltadas para alfabetização dessa população. Foram criados alguns programas voltados para este fim destacando-se o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, criado em 1964, e o Movimento Brasileiro de Alfabetização, Mobral, criado em 1969 e extinto em 1985. Ressalte-se que, nos anos 1950 instaurou-se no Brasil um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas conseqüências psicossociais, mas somente no início dos anos 1960 é que derivou dessas reflexões uma metodologia específica para a alfabetização de adultos. O

educador Paulo Freire foi o precursor do paradigma pedagógico, com base no método dialógico, que se iniciava no Brasil.²¹

Entretanto, essas idéias não integravam o rol de ações do governo militar vigente no país entre 1964 e 1985. Principalmente nos anos 1970, houve a ideologização ampla dos sistemas de ensino sob a defesa da escolaridade como necessária para garantir capacidade competitiva e, conseqüentemente, o incremento progressivo da riqueza social e da renda individual. Como resultado, o tecnicismo em educação, a ênfase na escola e no mercado de trabalho e a importância da educação tornaram-se aspectos essenciais para o desenvolvimento econômico. A crença, à época e ainda vigente, entre os formuladores das políticas de desenvolvimento era de que a escolaridade da população constitui-se em atributo indispensável para o desenvolvimento.

Esses condicionantes do desenvolvimento econômico resultaram numa reforma na educação que culminou com a Lei 5692/71, que estendia a obrigatoriedade da escolaridade para oito anos e introduzia a profissionalização compulsória em todo o ensino; dez anos depois a profissionalização no sistema de ensino tornou-se facultativa, por meio da Lei nº 7.044 de 1982. As formações técnica e profissional, desenvolvidas pelas escolas técnicas federais e pelo sistema ‘S’, respectivamente, permanecem ancoradas no poder burocrático, nas diretrizes empresariais e na abundância de recursos públicos captados compulsoriamente.²²

²¹ Esse paradigma preconiza o diálogo como princípio educativo e os educandos adultos, de seu papel de sujeitos de aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo.

²² Esse sistema é composto pelo SENAI, SENAC, SENAR, SEST, SEBRAE, respectivamente voltados para a indústria, o comércio, o setor rural, transportes e pequena e média empresa. De acordo com Franco (2001), o SENAI dispõe de recursos na ordem de 1% sobre as folhas de pagamento dos empregados de todas as empresas industriais.

No entanto, essa mesma legislação limitou essa obrigatoriedade da oferta pública do ensino de primeiro grau (hoje ensino fundamental) às crianças e adolescentes na faixa de 7 a 14 anos. De acordo com Beisiegel (1999) e Di Pierro et al. (2001), o direito mais amplo à educação básica só seria estendido aos jovens e adultos na Constituição Federal de 1988. Nos anos 1990, de acordo com esses autores, foi mais privilegiado com recursos o ensino voltado para as crianças do que a educação de jovens e adultos.

Entretanto, no que se refere ao acesso e à permanência na escola de crianças provenientes da classe trabalhadora, sobretudo do meio rural, existe um grande hiato. Como pondera Cunha (1991), essas crianças têm menos chance de entrar na escola em relação às das camadas mais abastadas da sociedade, devido à oferta restrita de oportunidades escolares e, principalmente, à sua necessidade de trabalhar.

Dessa forma, por falta de escola ou impossibilidade de freqüentá-la, e por receberem um ensino de pior qualidade, o resultado se mostrará num baixo nível educacional na população de jovens e adultos oriunda da classe trabalhadora, sobretudo da oriunda do meio rural (Cunha, 1991). Esse aspecto incita a discussão sobre a relação da educação de adultos no desenvolvimento rural.

Werthein (1985), um dos autores que debatem essa temática na América Latina, traça um perfil do ambiente rural, observando que sua população tem como características, em geral, o não usufruto dos serviços sociais como educação, saúde e saneamento, serviços mais acessíveis nas áreas urbanas.

No caso da educação, segundo o autor, a cobertura que o sistema educacional oferece é insuficiente, tornando-se mais agudo nas áreas rurais. Nesses ambientes, predominam deficiências que tradicionalmente acompanham o processo educativo, como índices elevados de evasão escolar e de repetição, inadequação de currículos formais e não formais de crianças e adultos à

realidade rural, índices altos de analfabetismo, falta de professores bem preparados para o exercício da profissão e ausência de vínculo da escola com a comunidade. Diante desse quadro de exclusão, a educação da população adulta do meio rural é foco de debates teóricos sobre modelos que possam ser adotados para levar essas pessoas a superar tais dificuldades inserindo-se num contexto de bem-estar social.

Wertheim (1985), analisando as tendências em educação de adultos, cita os modelos propostos por Garcia Huidobro (1980) e Wanderley (1979). As três categorias defendidas por Garcia Huidobro (1980) são: 1 – Educação e integração (integradora): trata-se de um modelo centrado na educação técnica e profissional; o aspecto funcional é, em geral, definido pelos planejadores ou pelos políticos; privilegia-se a educação técnico-profissional em detrimento de um contexto mais amplo que abranja o político-social; 2 – Educação e libertação: em oposição à educação integradora a educação libertadora, cujo principal expoente é o educador Paulo Freire, tem como pilar básico o reconhecimento da importância da cultura popular e da conscientização da realidade, presumindo a tomada de um papel ativo no processo de transformação social; 3 – Educação popular: trata-se de um modelo com uma perspectiva política mais ampla, que defende o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária, eliminando as classes sociais.

As categorias apontadas por Wanderley (1979) são: 1 - Educação popular com orientação de integração: busca ampliar a hegemonia das classes dominantes e popularizar a educação oficial; 2 - Educação popular com orientação nacional-populista: o objetivo é distribuir os benefícios da educação oficial sem questionamentos possíveis sobre sua legitimidade e ideologia e 3 - Educação popular com orientação de libertação: esse modelo tem identificação com as experiências que estimulam e valorizam as potencialidades existentes nos setores populares, concentrando-as no eixo central das atividades educativas.

A importância de conhecer esses temas se dá no sentido de possibilitar a análise das tendências da educação de adultos nos processos de desenvolvimento dirigidos pelo Estado, bem como identificar qual categoria segue a instituição pesquisada. Entre os modelos que Werthein (1985) discute e apresenta, o que mais se identifica como capaz de atender os interesses das classes populares é o da educação popular. De acordo com Paiva (1980), a educação popular não se limita à educação de adultos, mas compreende toda a educação destinada às classes populares e, sendo estas detentoras de inúmeras carências nos aspectos sociais e econômicos, deve ser organizada pelo Estado como forma de possibilitar desenvolvimento social. Proposição com que também concorda Werthein (1985). Este autor considera não ser possível prescindir-se do Estado na sua implementação.

Analisando diversos contextos econômicos e sociais na América Latina, Werthein (1985) destaca a emergência dos vários movimentos sociais no meio rural, reivindicativos de inclusão social. Nesse processo de luta por dignidade, por acesso à terra e às condições melhores de produção e de vida no campo, as experiências associativas demonstram serem importantes estratégias de conquista desses e dos demais direitos sociais dessas camadas populares. Para o autor, no processo de desenvolvimento rural são preconizadas ações de caráter educativo que propiciem a organização dos pequenos produtores rurais, visto ser esta uma

“forma de se buscar a solução de problemas, ou, mais precisamente, o meio pelo qual esses produtores rurais tomam consciência de sua situação, formulando as diferentes alternativas de ação, e concretizam a transformação de suas reais condições de vida”(Werthein, 1985 p. 91).

A participação da população rural nas decisões que lhe competem é reconhecidamente uma necessidade a ser desenvolvida por meio de processos

educativos que conduzam os atores rurais à reflexão sobre o seu papel ativo no desenvolvimento, rompendo, então, com a idéia do paternalismo do Estado e das relações clientelísticas que só aumentam a assimetria do poder em todas as suas dimensões, política, econômica e cultural.

Ações educativas nessa dimensão guardam relação com as proposições de Freire (1981), para quem a educação não é um processo de adaptação do indivíduo à sociedade. Cabe ao homem o dever de transformar a realidade, posto que uma educação que pretendesse adaptar o homem estaria matando suas possibilidades de ação, pois “adaptar é acomodar e não transformar” (Freire, 1981, p. 32). Adverte o autor que o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e, com o seu trabalho, pode criar um mundo próprio. Isso implica a necessidade de educadores capazes de desenvolver a criticidade nos educandos, tornando-os sujeitos ativos do processo de desenvolvimento.

A contribuição de Paulo Freire na educação de adultos é um marco de referência e constitui um dos mais importantes paradigmas da pedagogia contemporânea. A sua concepção de educação é demarcada pela teoria do conhecimento, cuja premissa é o desencadeamento de ações democráticas e libertadoras (Freire, 2002). A base metodológica desta teoria prescreve o respeito pelo educando na conquista da autonomia, com pensar crítico, reflexivo e construtor de saberes confrontados com a realidade construída e que se constrói pelas experiências concretas. Esse pensar crítico e libertador do autor dinamiza a construção de novos paradigmas educacionais com base no conhecimento.

De acordo com Lopes (2003), uma das características do novo paradigma do processo de aprendizagem de adultos é a visão sistêmica que encerra do conhecimento, traduzida na aquisição de autonomia por parte do indivíduo, nas ações de aprender, criar, intuir e pensar. Como afirma Rosa

(2001, p. 87): “A capacitação e educação compõem parte integrante do desenvolvimento local (...) devido o seu caráter formativo de troca e produção de conhecimentos, voltados para a prática social e cidadã”.

A efetivação de ações educativas que promovam mudanças dotando os sujeitos com autonomia requer, além do envolvimento de aprendizes aptos para aprenderem, mediadores ou facilitadores da aprendizagem que sejam possuidores de capacidade técnica, humana e problematizadora da aprendizagem. É fundamental a metodologia centrada na participação e valorização das experiências dos participantes e conteúdos relacionados aos interesses dos aprendizes, à sua base local de trabalho e convivência social. Isso se faz importante porque, conforme Libâneo (2002), os objetivos e conteúdos da educação variam ao longo da história e são determinados conforme o desdobramento concreto das relações sociais, das formas econômicas da produção, das lutas sociais.

Portanto, para que ações educativas logrem resultados positivos na aprendizagem é necessária a utilização de métodos pedagógicos adequados. Nesse sentido, é importante conhecer a metodologia quanto aos aspectos explicativos de sua relação com a aprendizagem. Bordenave & Pereira (2002) consideram que o aprendiz sente necessidade de resolver um problema, seja por motivação espontânea, seja por motivação induzida por outros, como o professor e a avaliação a que será submetido, dentre outros aspectos. O problema pode ser dominar uma operação, adquirir conceitos ou vocabulário ou entender um assunto técnico. Em todos os casos, a pessoa tem uma necessidade e um objetivo.

Teorizando sobre o processo de aprendizagem do qual a metodologia ou estratégias de ensino e a avaliação são integrantes importantes, Bordenave & Pereira (2002), analisando as teorias da aprendizagem de Piaget, Skinner e Gagné, consideram que elas têm em comum a pressuposição de que o organismo

é naturalmente ativo e que a aprendizagem ocorre devido a tal atividade. Desse modo, pondera o autor que o agente da aprendizagem é o aluno, sendo o professor um orientador e facilitador. Entretanto, a teoria de Piaget, como fator de motivação para a aprendizagem, indica “o problema”, a situação -problema, enquanto Skinner confia na “recompensa” ou “reforço”. Nesse sentido, a aplicação da teoria piagetiana levaria a dar mais ênfase ao desenvolvimento da inteligência enquanto as idéias de Skinner levariam a valorizar mais o desempenho ou “performance”. Gagné, por sua vez, alerta para a análise da estrutura do assunto a ser aprendido e a identificação do tipo ou tipos de aprendizagem envolvidos. Ou seja, as idéias de Gagné levariam ao planejamento de uma metodologia variada, na qual cada assunto exigiria uma metodologia adequada à estrutura do assunto.

Todas essas três teorias apontam para a necessidade de prestar atenção às diferenças individuais entre os aprendizes e de acompanhar de maneira mais individualizada sua aprendizagem. Destacam também a necessidade de uma continuidade ou seqüência lógica e psicológica na aprendizagem de qualquer assunto. Entretanto, enquanto na teoria de Piaget, a seqüência favorecida parte do problema, na de Skinner ela parte dos elementos ou partes do assunto. Assim, para Bordenave & Pereira (2002), na instrução programada, baseada em Skinner, o aprendiz aprende em pequenas doses os conceitos e dados que o levarão, gradualmente, a compreender o todo. Fica evidente nessa teoria uma definição muito específica da “conduta terminal”, ou seja, do objetivo comportamental da aprendizagem, que deve traduzir-se em performance demonstrável e mensurável. Ao contrário, Piaget começa com o todo, na forma de situação-problema que o aprendiz deve analisar mediante sua própria reflexão. Ou seja, sua teoria dá mais importância à mobilização dos esquemas de assimilação, isto é, da capacidade operatória ou racionalizadora do aluno, podendo-se chegar ao mesmo objetivo por diversos caminhos (ou mesmo chegar

a um objetivo diferente). Bordenave & Pereira (2002) consideram a teoria piagetiana mais propícia ao emprego do diálogo e da dinâmica de grupos como atividades estimuladoras e reequilibradoras.

A aprendizagem é conseqüente da relação ensino-aprendizagem e, por isso, requer avaliação. Avalia-se, portanto, o resultado dessa relação, com o intuito de se conhecer a eficiência do método utilizado, em todas as suas particularidades. Entretanto, concordando com Bordenave & Pereira (2002), trata-se de uma tarefa difícil, principalmente porque, avaliar, em educação, significa determinar, por meio de instrumentos adequados, aspectos quantitativos e qualitativos do comportamento humano. Esses aspectos, conforme o autor, são intrínsecos da personalidade, tais como o caráter, o temperamento, a capacidade de ajustamento, os interesses, as atitudes, ou são relacionados diretamente com a aprendizagem sistemática: medida de aptidões, isto é, indicadores daquilo que o indivíduo já aprendeu ou está aprendendo.

Nesse sentido, Bordenave & Pereira (2002) destacam alguns pontos essenciais do processo de avaliação: a) a medida do desempenho do aprendiz é fundamental para um ensino eficiente; b) a medida que se pretende tomar é a do domínio, pelo aprendiz, dos objetivos preestabelecidos; c) os instrumentos de medida devem ser selecionados de acordo com os objetivos que se pretende medir; d) um instrumento de medida bem selecionado precisa ser bem usado ou bem aplicado para ser eficiente; e) como não é possível uma medida satisfatória de todos os objetivos, os pontos obtidos na medida de aprendizagem constituem apenas uma variável a considerar no julgamento qualitativo do desempenho do aprendiz. Assim, pode-se lançar mão de várias modalidades de procedimentos de avaliação, desde que atendam bem às necessidades e os objetivos propostos na situação de ensino-aprendizagem. Dentre os vários procedimentos de avaliação existentes, os mais usuais são avaliações escritas, podendo ser com questões

objetivas ou subjetivas, avaliações orais e demonstração de desempenho, dentre outras.

4.3 Capacitação rural: formação de atores para o desenvolvimento rural

Existem evidências de que a educação pode contribuir para a equidade social. Kageyama & Hoffmann (2002) apontam o desenvolvimento da agricultura como propulsor da qualidade de vida da população rural e da elevação substancial do nível de escolaridade dos membros das famílias de renda agrícola. Esses autores afirmam que a educação oferecida à população rural é deficiente em abrangência, no atendimento e na qualidade.

Krauskopf (2001) observa o mesmo, estudando os desafios da educação da juventude na América Latina. Segundo este autor, até meados da década de 1980, havia pouco interesse entre os agricultores em avançar nos estudos para além do saber ler e escrever, normalmente a quarta série do antigo primário. Num passado recente, nas décadas de 1970 e 80, o conhecimento adquirido na escola até este nível de formação, mais aquele adquirido na família, era suficiente para as atividades agrícolas, gerenciamento do estabelecimento e inserção no mercado. Os saberes tradicionais dos adultos eram válidos para os jovens e o passado dos avós era o futuro dos netos (Krauskopf, 2001). Brandão (1986) afirma que “normas”, “valores”, “culturas”, “realidade” e “interesses” endogenamente produzidos eram transmitidos dentro de uma comunidade rural. Conforme o autor, tratava-se de um processo em que o aprendizado decorria das e nas relações sociais entre os membros da comunidade nos seus distintos grupos.

“(...) São modos de trabalho através dos quais o ‘popular’ atua concretamente sobre si próprio. Atua no interior dos espaços livres ou, pelo menos, relativamente autônomos do cotidiano real da vida do povo” (Brandão, 1986, p. 14).

Nesse contexto, o conjunto de conhecimentos acumulados pelos agricultores faz parte do patrimônio da família e é transferido para os filhos juntamente com o patrimônio da propriedade, garantindo uma sucessão relativamente tranqüila e minimamente promissora (Mello et al., 2003). Daí a observação de muitos autores, entre eles Silvestro et al. (2001) e Carneiro (1999), de que a atividade agrícola no passado não necessitava de muito estudo formal.

Essa característica histórica da família rural é persistente, mesmo na conjuntura de globalização e precisa ser levada em conta para a realização de ações educativas no meio rural. No meio rural há, conforme Abramovay (2003), dentre outros, uma relação com a natureza, com as cidades e dos habitantes entre si. Aproveitar essas perspectivas promissoras no desenvolvimento supõe que se encare o meio rural como o espaço de atividades variadas, reunindo a multiplicidade de atores sociais e não apenas como o terreno de onde vai sair produtos agropecuários (Abramovay, 2003). No rural brasileiro atual, embora sejam importantes algumas mudanças nos processos produtivos em decorrência de alterações na dinâmica do mercado de produtos do agronegócio e no mercado de capital e de trabalho, o saber local e as experiências acumuladas pelos agricultores continuam importantes a serem consideradas. Elas constituem o arcabouço cultural que expressa toda a produção material e simbólica da vida e do cotidiano destes atores. Portanto, ações de capacitação rural devem levar em conta as distintas lógicas de produção existentes em cada sistema produtivo, uma vez que, no meio rural, existem demandas diferentes de técnicas produtivas e tecnológicas.

Em meio a essa diversidade de lógicas produtivas e de relações sociais no meio rural, perpassa a necessidade de aprendizado, um ato contínuo na vida humana. A troca e o aporte de novos conhecimentos são importantes e imprescindíveis ao processo de desenvolvimento humano e social, tendo esta

relação maior visibilidade nas sociedades contemporâneas em que a acumulação material altera as dinâmicas produtivas, mudando as condições de empregabilidade, apontando para maior flexibilidade, qualidade e produtividade e demandando pessoal qualificado para as atividades rurais e de gestão (Rosa, 2001). Dessa forma, o paradigma da experiência passada de pai para filho e de avô para neto, como sendo capaz de atender às demandas de produção e consumo agropecuários, é desafiado pela perspectiva que privilegia a maximização dos resultados e a busca por aumentos crescentes de produtividade, via adoção de novas técnicas e conhecimentos.

Se na relação com a terra estiver o principal meio de vida dos agricultores familiares, o trabalho na lavoura inclui uma combinação específica de tarefas, uma diversificação nas ocupações e nas atividades produtivas. Relacionada a isso existe uma capacitação vocacional informal e com base na família. São processos de transferência de conhecimentos, concomitantes à experimentação constante nas rotinas diárias. Não há dúvida de sua importância mas, esse processo histórico de transferência de conhecimento e de experiência certamente, por si só, não garante a possibilidade de acompanhar as mudanças tecnológicas demandadas pela inserção mercantil da agricultura.

Assim, numa perspectiva da produção agropecuária, a organização inovadora da produção e gestão do trabalho pode apontar para a necessidade de um *novo* trabalhador. A criatividade no trabalho tornou-se bandeira dos projetos de qualificação do trabalhador, como também passou a fazer parte dos requisitos de contratação de alguns segmentos do mercado (Machado, 1998) De acordo com esta autora, o desenvolvimento das forças produtivas produz novos conhecimentos, aperfeiçoa a experiência produtiva e os hábitos de trabalho. Isso significa desenvolvimento do instrumental, modificações no processo de trabalho, utilização de alternativas energéticas mais racionais e investimento na

formação científico-técnica dos trabalhadores, de forma a potenciar os recursos naturais, culturais e humanos disponíveis.

O atendimento dessas demandas exige, além de condições e recursos materiais adequados, educadores/facilitadores da aprendizagem motivados para o trabalho. O curso das ações destes profissionais deve orientar-se pela mediação entre o “saber popular” e o “saber externo”, reconhecendo que o “povo possui uma cultura popular”²³ que é fruto de um “trabalho social” de produzi-la e reproduzi-la (Brandão, 1986).

A dialogicidade é imperativa para que um processo educativo surta o efeito desejado, o de transformação da realidade. O processo dialógico nas ações educativas requer respeito à base de conhecimento existente. Segundo Brandão (1986, p. 16):

“Na esfera possível das práticas econômicas (o trabalho) e tecnológicas (o saber do domínio do trabalho) os [agricultores familiares] recriam formas rústicas de produção e transformação dos frutos da terra”.

Nos processos produtivos destes agricultores ocorrem adaptações tecnológicas com recursos próprios do meio e o desenvolvimento de estratégias que culminam no resultado desejado, embora nem sempre alcançado. No conjunto das ações produtivas destes atores

²³ Cultura popular, para Brandão (1986, p. 19), “é a estrutura social de realização da prática cotidiana de reproduzir-se a si mesma: como trabalho (o ofício de um grupo de lavradores ou de artesãos), como produto (roças de milho ou potes de barro), como saber (o conhecimento do trabalho sobre a terra ou com o barro) e como reprodução do saber (a prática social de transmitir a outros, conhecimento do ofício)”. Nesse mesmo sentido, Woortmann & Woortmann (1997) consideram que os sujeitos sociais são portadores de valores e práticas que legitimam a adoção ou a recusa do “saber externo” considerado útil - como objeto de “ressignificação”, ou dispensável, por nada acrescentar à vida cotidiana.

“(...) há um repertório próprio de conhecimentos, cuja aparente rusticidade apenas esconde segredos e ‘saberes’ de uma grande complexidade” (Brandão, 1986, p. 16).

Entender e respeitar as diferenças culturais são papéis do educador-facilitador da aprendizagem, cuja ação é, ao mesmo tempo, um processo de comunicação e educação planejada (Freire, 1983). Para o autor, o conhecimento não deve ser simplesmente estendido àquele que o desconhece, mas sim incorporado organicamente ao conhecimento e à experiência do capacitando. Isto porque, na vida diária do homem rural, são acumulados muitos saberes sob o peso da experimentação, cujos sucessos e fracassos constituem um legado que deve ser levado em consideração por quem possui um conhecimento teórico acerca da temática, objeto da capacitação proposta.

O conhecimento, construído de forma partilhada entre educadores-facilitadores e capacitandos, tem sua importância determinada no conjunto de transformações provocadas pelo processo pedagógico. Portanto, a experiência e o saber local historicamente acumulado devem ser levados em conta no processo de aprendizado.

4.4 Os sujeitos da pesquisa: agricultura familiar e assalariado rural

O foco da presente pesquisa é o conjunto de egressos dos cursos de Formação Profissional Rural e de Promoção Social desenvolvidos pelo SENAR em Minas Gerais. Estes egressos são pertencentes ao segmento da agricultura familiar e trabalhadores rurais.

A agricultura familiar assume importância no desenvolvimento rural pelo que representa em termos de ocupação e renda, além de outros aspectos. Nesse sentido, caracteriza-se aqui a agricultura familiar, visando compreender os pesquisados.

O meio rural caracteriza-se pela diversidade de unidades de produção, diferenciadas quer pelo tamanho da área e da produção, quer pela natureza e

objetivos da produção agropecuária ou pelos sistemas de produção, dentre outros aspectos. São organizações que atuam em diversas frentes, produzindo, processando e distribuindo alimentos, matérias-primas e outros produtos.

Como principal atividade econômica do meio rural, a agricultura tem sua importância destacada pelo potencial gerador de ocupação e emprego. Segundo estudo do BNDES, o setor agropecuário é o segundo maior gerador de empregos na economia brasileira. A agricultura familiar destaca-se nesse contexto como geradora de ocupação e produtora de alimentos para o abastecimento interno do país (FAO/INCRA, 1995). Dos aproximadamente 14 milhões de pessoas ocupadas no setor agropecuário, cerca de 77% estão na agricultura familiar (FAO/INCRA, 2000). Entretanto, esse segmento é assimetricamente assistido nos aspectos do desenvolvimento promotores de bem-estar individual, familiar e social.

Um desses aspectos é a educação. O baixo nível de escolaridade entre a população rural acima de 10 anos, conforme o Censo Demográfico (IBGE, 2002), aponta para a necessidade de incluir essa população. Para um grande número de agricultores familiares e trabalhadores rurais o futuro depende de sua capacidade de desenvolver novas formas de aprendizagem na produção, transformação e comercialização. Mas o que é agricultura familiar?

As unidades de produção familiares são organizações que, conforme Abramovay et al. (1998), a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Trata-se de um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, seja na capacidade de geração de renda e acumulação. Inclui desde famílias extremamente carentes em termos de recursos para garantir a reprodução familiar, até famílias com dotação de recursos como terra, capacitação, organização, conhecimento e outros ativos suficientes para manter as atividades produtivas, garantindo oportunidades de

ocupação aos membros e de outras forças de trabalho. No primeiro caso tem-se, naquelas famílias carentes, a oferta de força de trabalho, geralmente temporário, como assalariado, sendo, em grande parte, a única fonte de renda familiar.

Ocorre também, que existem pequenos produtores que combinam atividades em suas lavouras de subsistência com trabalhos assalariados, em épocas intercaladas entre os ciclos de suas lavouras, ocasião em que buscam trabalho assalariado no local em que residem ou então migram para outras regiões de agricultura mais dinâmica, sobretudo para trabalharem em colheitas de cana-de-açúcar em São Paulo e café no Sul de Minas Gerais.²⁴

Numa análise do desenvolvimento da agropecuária brasileira, Abramovay (1999) aponta o contraste que existe entre a realidade dos países desenvolvidos e do Brasil em termos do desenvolvimento da agricultura. Naqueles países, segundo o autor, esse desenvolvimento se deu a partir dos pequenos estabelecimentos rurais, sob propriedade e gestão familiar. No caso brasileiro, a opção foi privilegiar, por meio de políticas públicas, a grande propriedade com monoculturas ou atividades criatórias extensivas.

Analisando-se o modelo agrícola brasileiro no que tange à inserção e viabilidade da agricultura familiar, observa-se que figuram duas posições que se contrapõem. De um lado, alguns defensores da agricultura familiar o fazem com um certo romantismo, contrapondo-a, em termos ideológicos, à forma capitalista de produção. Nessa perspectiva, os agricultores familiares o são por tradição e opção e não por imposição. Para Buainain et al. (2002), deste posicionamento deriva um conjunto de supostas vantagens éticas ambientais e sociais da agricultura familiar, que vão desde a ausência de “exploração” do semelhante até uma relação mais harmônica com a natureza. Por outro lado, os autores apontam aqueles que defendem a “modernidade”, com siderando-a inacessível à

²⁴ Sobre esse processo migratório de trabalhadores rurais, ver Silva (1998).

agricultura familiar, visto ser esta vinculada ao passado e, por isso, inviável diante de uma realidade com um mundo globalizado e cada vez mais competitivo e exigente em termos tecnológicos.

O presente estudo reconhece a importância da agricultura familiar e os desafios que seus integrantes enfrentam para se inserirem de forma sustentável na economia contemporânea. A dicotomia do “grande” e do “pequeno” agricultor prende-se a um debate sobre dois modelos de organização da atividade agrícola: a agricultura patronal e a agricultura familiar. Desse debate resultou uma pesquisa cujos resultados apontam para o tratamento diferenciado à agricultura patronal em detrimento da agricultura familiar no processo de modernização brasileiro; mostram também haver fortes indícios de serem maiores as vantagens da agricultura familiar em termos de desenvolvimento sustentável que a patronal (FAO/INCRA, 1995). O Quadro 1 mostra as características essenciais dos modelos, patronal e familiar, de agricultura, possibilitando melhor visualização desses dois segmentos produtivos.

QUADRO 1 Características essenciais dos modelos patronal e familiar de agricultura.

Modelo patronal	Modelo familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo, assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase em práticas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e de “momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	Tomada de decisões “in loco”, condicionada pelas especificidades do processo produtivo
Pesada dependência de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: FAO/INCRA, 1995:7.

Estabelecida a diferenciação entre agricultura familiar e patronal, conforme o Quadro “1”, importa conhecer a diferenciação no segmento da agricultura familiar, uma vez que existem produtores em distintos graus de renda e com distintas lógicas de produção e sobrevivência. Levando-se em conta aspectos relacionados à renda total dos agricultores advinda das atividades produtivas, entre os quais a inserção no mercado, a transformação e o beneficiamento de produtos agrícolas no interior do estabelecimento e o autoconsumo, a pesquisa feita por FAO/INCRA (1995) estabeleceu a seguinte categorização dos agricultores familiares: agricultores capitalizados (consolidados), em processo de capitalização (transição) e em descapitalização ou descapitalizados (periféricos).

Nos anos 1990, foi proposto o fortalecimento da agricultura familiar no Brasil como condição indispensável à promoção do desenvolvimento rural. Diversos trabalhos acadêmicos têm sido produzidos visando agregar conhecimento acerca das possibilidades e limites de construção do desenvolvimento rural a partir da agricultura familiar. Dentre esses estudos, destacam-se os de Abramovay (1999) e de Veiga (1998).

A contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento rural tem sido destacada por Abramovay (1999), que enfatiza a importância da incorporação das discussões sobre “local” e “capital social” para repensar o desenvolvimento rural. Ele considera que no local há uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (Abramovay, 1999).

A contribuição de Veiga (1998) é sintetizada na crítica que faz da agricultura patronal como estratégia de desenvolvimento agrícola e o viés urbano das políticas públicas brasileiras. Sendo o desenvolvimento rural um fenômeno intrinsecamente local e regional, seu eixo deve centrar-se na

necessidade de concebê-lo a partir destes espaços, pois é no local que, sob a marca de uma cultura autóctone e do saber compartilhado, as relações sociais se revelam mais sólidas. O parentesco, o compadrio e as relações de trabalho e de vizinhança são relações facilitadoras e importantes, embora não isentas de conflitos, na implementação de políticas locais de desenvolvimento.

Os aspectos culturais da agricultura familiar, no sentido de normas e saberes socialmente determinados, revelam algumas tendências características, tais como a importância das atitudes tradicionais, normas particulares de herança, de solidariedade, de exclusão, etc. A cultura desses agricultores tanto reflete quanto reforça as características e a experiência de vida de uma pequena comunidade. Contudo, a agricultura familiar não é um bloco compacto e homogêneo: sofre um processo de diferenciação interna, próprio a qualquer segmento. Muito mais que um segmento econômico e social delimitado, a agricultura familiar é definida como um valor. A primazia do desenvolvimento e do poder locais faz parte dos valores que a agricultura familiar incorpora (Abramovay, 1999).

Os trabalhadores rurais são uma categoria que inclui homens e mulheres, os quais realizam trabalhos nas ocupações da agropecuária. O vínculo com o empregador pode ser formal mediante contrato de trabalho que pode ser como assalariado fixo ou temporário em períodos definidos, como em situações de contrato por safra em lavouras de café, cana-de-açúcar, algodão, dentre outras. Ocorrem situações de trabalhadores rurais que desenvolvem atividades remuneradas sem contratos formais de trabalho, geralmente como diaristas.

A maioria dos assalariados rurais realiza trabalhos temporários, em diferentes culturas e executando diferentes tarefas. Mesmo aqueles que são assalariados fixos realizam diversas tarefas no decorrer de uma semana, mês ou de um ano. Agravando a condição social dessa categoria de trabalhadores, está o baixo índice de vínculo formal com o emprego. De acordo com CONTAG

(1998), no país são cerca de 27% de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, percentual considerado baixo.²⁵

Importante destacar que essa categoria de trabalhadores tem importância histórica no contexto econômico e social do país e deve ser sempre parte de discussões sérias sobre desenvolvimento. Entender, portanto, a realidade desses trabalhadores do campo requer olhar para suas reminiscências de onde, por gerações, têm sido discriminados no usufruto das riquezas produzidas no país, das quais são importantes colaboradores no processo de formação. A clareza disso está na análise da condição de vida dessas pessoas, que revela serem detentores de carências materiais, comprometendo às vezes até a própria sobrevivência. Trata-se, portanto, da parcela mais empobrecida da agricultura, por decorrência, de toda população brasileira. Sem acesso à educação formal esses indivíduos formam uma grande legião de operantes em atividades penosas, pela própria característica da agricultura ser praticada ao ar livre, sob as intempéries do clima e do ambiente que lhe é muitas vezes hostil.

Impedidos do acesso à terra e procurando alterar esse quadro desvantajoso, esses trabalhadores do campo se envolvem em lutas e desafios pela garantia de sua cidadania, emancipação e empoderamento.

²⁵ A carteira de trabalho assinada constitui-se num importante instrumento de comprovação do vínculo trabalhista para efeito de acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, tais como: auxílio por acidente de trabalho, licença em caso de doença, aposentadoria, seguro-desemprego, licença-maternidade, entre outros.

5 O PAPEL DO SENAR NO DESENVOLVIMENTO RURAL

A apresentação do papel do SENAR no desenvolvimento rural em Minas Gerais consta dos resultados das análises realizadas a partir dos dados coletados nesta pesquisa. Foi traçado o histórico da instituição, caracterizando-a pelas ações educativas que desenvolve junto à população rural, destacando-se sua estrutura e funcionamento, os custos dos cursos de Formação Profissional Rural e de Promoção Social, a mobilização da clientela para esses cursos e a instrutoria envolvida no desenvolvimento de tais ações. Foram feitas também discussão e apresentação do processo de levantamento e recrutamento da clientela para os referidos cursos e a metodologia que utiliza no desenvolvimento dessas ações, considerando a realidade local e regional dos atores capacitandos.

Na descrição das ações educativas desenvolvidas em Minas Gerais no período pesquisado, foram procedidas análises da relação entre os cursos e a agropecuária do estado e a realidade produtiva dos municípios de origem dos entrevistados, destacando-se os cursos demandados frente ao quadro de ocupações rurais destes municípios; foi traçado também o perfil sócio-demográfico dos egressos dos cursos realizados e, por fim, foram realizadas as análises que remetem à indicação do impacto desses cursos no desenvolvimento rural.

5.1 O SENAR e suas ações educativas no meio rural

O SENAR é uma organização de aprendizagem de atuação nacional voltada para o público rural, compreendendo agricultores, trabalhadores rurais e suas famílias. Sua concepção emergiu da discussão acerca do desenvolvimento no meio rural.

Compreender o alcance das ações voltadas para a aprendizagem e o impacto no desenvolvimento rural requer associá-lo à discussão sobre capacitação, pois nela existem visões diferenciadas, segundo o ponto de vista dos sujeitos envolvidos. Assim, para os empresários, a formação profissional objetiva, primordialmente, aumentar a produtividade do trabalho, a qualidade e a competitividade dos produtos, gerar, portanto, riqueza. Aos trabalhadores, interessa garantir melhores condições de sobrevivência. Ao Estado, a necessidade de cumprir seu papel regulador na correlação de forças políticas com os setores sociais hegemônicos (Franco, 2001).

As mudanças em curso na produção, dinamizadas sobretudo nas últimas duas décadas do século passado, demandaram melhorias na formação da força de trabalho. A necessidade do país de assegurar a posição de agroexportador, sem redução da importância de atendimento das necessidades internas com alimentos e matérias-primas, contribuiu para o reconhecimento da importância dos investimentos em capacitação da mão-de-obra do setor agropecuário. Assim, a Constituição de 1988 determinou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.²⁶

Uma questão subjacente à criação do SENAR é a emergência do neoliberalismo na política. A partir de meados dos anos 1980, sob os

²⁶ Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Art. 1º** (...) **Art. 62** – *A Lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área.* Esta lei foi sancionada em dezembro de 1991 considerando-o como uma instituição com personalidade jurídica de direito privado, com sede e foro em Brasília. Sua atuação nacional é voltada para o ensino da formação profissional rural e a promoção social do trabalhador rural. Determina ainda que a direção do SENAR se dará por um colegiado composto por representantes dos Ministérios do Trabalho e da Previdência Social; da Educação; da Agricultura e Reforma Agrária; além de representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), das Agroindústrias; da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), à qual cabe a administração central; e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

pressupostos do Estado mínimo, a sociedade foi convocada a arcar com o ônus da cobertura de alguns dos serviços, que antes eram de responsabilidade do Estado. Esse quadro, somado às mudanças no cenário produtivo e da busca por competitividade, impactou o mercado de trabalho já atingido pelo desemprego crescente. A indústria e o setor de serviços e comércio já buscavam mão-de-obra qualificada através do SENAI e do SENAC, respectivamente. Foi, então, a vez do setor agropecuário reivindicar uma estrutura voltada para a capacitação de força de trabalho rural. Uma das motivações para a criação do SENAR, na década de 1990, decorre das mudanças no quadro econômico do país que afetaram os setores produtivos, impactando negativamente o quadro de ocupação rural. Ao desencadear a busca por competitividade e aumento da eficiência produtiva na agropecuária, intensificou-se o desemprego no campo, influenciando iniciativas de capacitações para fazer frente às demandas por um novo perfil de trabalhador mais qualificado. Também para que houvesse oportunidade de atender à demanda ocupacional em atividades não-agrícolas no meio rural, como forma de gerar renda para o setor, e à possibilidade de aumento na produção e produtividade dos pequenos produtores rurais.

A criação do SENAR, no início dos anos 1990, teve como pano de fundo um cenário de mudanças no quadro econômico brasileiro e mundial, em meio ao desemprego crescente e o agravamento da crise social.

Essa instituição surgiu, portanto, em meio à efervescência da luta pela terra em que se opõem o patronato e os excluídos do campo. Esses excluídos têm procurado se organizar para exercerem pressão pela conquista da terra cuja posse no Brasil, é historicamente concentrada.

Essa inércia em resolver esse problema tem estimulado a organização de movimentos sociais reivindicatórios de justiça social, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)²⁷.

Toda essa trajetória de luta desses pequenos agricultores e trabalhadores rurais tem buscado a sensibilização política para a viabilização de melhores condições de vida no campo, incluindo a posse da terra e de infra-estrutura adequada para a produção, além de melhores condições de vida.

Como agência pública voltada para o desenvolvimento rural, o SENAR surgiu em meio ao debate sobre como promover a inserção econômica e social de expressivo contingente - agricultores familiares e trabalhadores rurais - que têm sido discriminados por políticas de desenvolvimento, sobretudo entre meados dos anos 1960 e final dos 80.

O surgimento do SENAR ocorreu, então, num cenário de desemprego no campo visando qualificar mão-de-obra para acesso aos postos de trabalho. Essa contradição enquadra-se no que Dupas (2001) considera como sendo formas de mitigar o desemprego e aumentar, ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho.

Em Minas Gerais, o SENAR, doravante denominado SENAR-MG, foi fundado em 1993, mediante convênio firmado entre a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e a Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG), sob a interveniência do SENAR nacional. Assim como o nacional, o SENAR-MG tem como órgãos de deliberação, administração e

²⁷ Dessa luta emergiu, em finais dos anos 1950 e início dos 60, a organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e sua federalização no país, sob a coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em dezembro de 1963 e seu reconhecimento oficial pelo governo através do Decreto 53.517 de 31 de janeiro de 1964 (CONTAG, 1998). O MST surgiu em meio à trajetória de luta dos movimentos sociais envolvendo a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por conquista de direitos sociais negados com o apoio da oligarquia latifundiária e das elites urbanas.

fiscalização, que são o Conselho Administrativo, a Superintendência e o Conselho Fiscal, respectivamente.²⁸

O SENAR é uma organização de aprendizagem estruturada majoritariamente por representantes da classe patronal, a quem cabe dirigi-lo, embora os trabalhadores rurais participem por meio de representação do seu órgão diretivo.²⁹ Assim, o resultado das ações educativas que desenvolve pode atender a interesses diferenciados.

Um aspecto da missão institucional do SENAR está relacionado com a noção de ruralidade. De acordo com Graziano da Silva (1999), nos anos 1990 e início deste século, tornou-se cada vez mais tênue a “linha divisória” entre o rural e o urbano. São muitas as situações em que pessoas habitam no meio rural e exercem atividades no meio urbano ou vice-versa. Também ocorrem situações em que pessoas do meio rural realizam atividades típicas do meio urbano, como, por exemplo, aquelas voltadas para a confecção de vestuário e de

²⁸ Como órgão máximo, o Conselho Administrativo tem a função de deliberação e normatização dos objetivos da instituição, notadamente no que se refere ao planejamento, estabelecimento das diretrizes, organização, coordenação, controle e avaliação das atividades, dentre outras. Esse conselho tem na sua composição os seguintes membros: o Presidente da FAEMG; o Diretor Secretário da FAEMG; o Diretor Tesoureiro da FAEMG; um representante do SENAR nacional; um representante da CONTAG; e um representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. A Superintendência é o órgão de execução da administração do SENAR-MG; é dirigida por um Superintendente indicado pelo Presidente do Conselho Administrativo. Com a competência de acompanhar e fiscalizar a execução financeira e orçamentária do SENAR-MG, dentre outras, o Conselho Fiscal é composto de três membros efetivos e três suplentes, indicados paritariamente pela FAEMG, pelo SENAR-MG e pela OCB.

²⁹ Cumpre ao SENAR, dentre outros, coordenar o Sistema Brasileiro de Aprendizagem Rural - SIBRAR. De acordo com as alíneas *a* e *b* do Art. 2º do Regimento Interno do SENAR, o SIBRAR é “integrado por instituições privadas criadas e organizadas pelas federações estaduais de agricultura, com objetivo de efetuar a formação profissional rural e a promoção social, cuja administração superior seja exercida através de colegiado do qual participe o Presidente da federação estadual, um representante do SENAR e até cinco membros representantes dos diversos segmentos das classes produtoras, as quais serão consideradas filiadas ao SENAR após formalização de instrumentos jurídicos próprios” (SENAR, 1993).

agroindustrialização por processos artesanais, dentre outras em que complementam a renda familiar atendendo a demandas locais por esses produtos e ou serviços. Diante da diversidade de ocupações que permeiam o rural e em sua interface com o urbano, o SENAR propõe a “profissionalização” desses atores, colocando esse intento no centro da sua missão.

No entanto, é necessário explicitar o sentido desse termo “profissionalização”, uma vez que agricultores e trabalhadores rurais são detentores de experiências acumuladas em suas lidas que, na maioria das vezes, remontam à tenra idade.

O SENAR emprega o termo com o sentido de capacitar, ou seja, tornar os aprendizes aptos a desenvolverem as atividades de uma determinada ocupação com mais desenvoltura, segurança e eficiência.³⁰ Assim, capacitar esses atores rurais torna-se indispensável porque, assim como ocorre nas demais profissões, existem também, entre os agricultores e trabalhadores rurais, necessidades frequentes de atualizações, aporte de novos conhecimentos e de técnicas, bem como de troca de experiências.

5.1.1 Estrutura e funcionamento

O SENAR-MG operacionaliza suas ações mediante um quadro composto por uma superintendência, supervisão pedagógica e pelo gerenciamento geral das ações educativas. A supervisão pedagógica e a gerência geral atuam conjuntamente, coordenando e supervisionando as ações educativas

³⁰ Em conseqüência desse processo, espera-se que o setor rural possa contar com uma força de trabalho mais qualificada e em condições de, em conjunto com outros fatores de produção, contribuir para a agregação, tanto na qualidade dos produtos quanto na produtividade e na renda. Além disso, pressupõe-se que, nas capacitações que promove, em que aos conteúdos técnicos trabalhados nas habilidades específicas, somam-se aqueles de ordem social trabalhados nas habilidades básicas - como os aspectos da cidadania, do meio ambiente e das relações sociais -, a melhoria nas condições produtivas e na vida em geral dessas pessoas, bem como o desenvolvimento do local em que vivem passa a reunir mais condições e viabilidade de acontecer.

de Formação Profissional Rural (FPR) e de Promoção Social (PS)³¹ nas regiões e municípios. O SENAR-MG possui 9 gerentes regionais lotados nos Escritórios Regionais (ER) no estado: ER1 – Uberaba, ER2 – Montes Claros, ER3 – Lavras, ER4 – Governador Valadares, ER5 – Viçosa, ER6 – Belo Horizonte, ER7 - Juiz de Fora, ER8 – Patos de Minas e ER9 – Passos.

Para desenvolver suas ações educativas, o SENAR-MG desenvolve parcerias de caráter formal com instituições locais como sindicatos de produtores rurais, escolas de ciências agrárias, sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias e de produtores rurais, cooperativas, etc., e com um corpo de instrutores (facilitadores da aprendizagem).³²

Dentre as organizações parceiras do SENAR, predominam os sindicatos patronais, com 240 sindicatos conveniados em 2004, o que corresponde a 84% do total de conveniados. Em seguida, em termos numéricos, vêm as associações comunitárias - ou de produtores rurais - (19), os sindicatos de trabalhadores rurais (11) e as cooperativas agrícolas (9) correspondendo a 6,6%, 3,9% e 3,2% respectivamente, conforme a Tabela 19.

³¹ Para o SENAR, ações de FPR e de PS são processos educativos da educação não formal que reúnem um conjunto de atividades desenvolvidas de forma sistematizada junto à população rural, visando à sua capacitação para o desempenho de uma ocupação.

³² Inicialmente, com a manifestação do interesse da organização ou instituição em realizar parceria com o SENAR para fins de capacitação, é celebrado um convênio de cooperação técnico-financeira, por meio de um instrumento jurídico em que são estabelecidas, além do prazo de duração do convênio, as obrigações entre as partes, bem como os custos, quando for o caso e as contrapartidas. A cada evento proposto deve ser encaminhado ao SENAR-MG um termo aditivo a este convênio nos termos do Anexo D. O SENAR também tem parceria formal com os instrutores (facilitadores da aprendizagem) que são profissionais das diversas áreas de ciências agrárias e humanas que atuam pelo SENAR-MG, sem vínculo empregatício com esta instituição. Dentre esses instrutores alguns ministram cursos de FPR e de PS, sendo, então, cadastrados, até junho de 2004, 278 instrutores, sendo 224 instrutores de FPR e 93 de PS, conforme informação obtida em entrevista com o supervisor de FPR do SENAR-MG, em junho/2004.

TABELA 19 Tipo e quantidade de organizações/instituições conveniadas com o SENAR-MG.

Tipo de conveniado	Quantidade	Percentual
Associações comunitárias ou de produtores rurais	19	6,64
Conselho de desenvolvimento comunitário	1	0,35
CEFET (Centro Federal de Educação Tecnológica)	1	0,35
Cooperativas agrícolas	9	3,15
Fundação educacional ou de apoio a educação, pesquisa e extensão	3	1,05
FAEMG (Federação de Agricultura do Estado de Minas Gerais)	1	0,35
Distrito de irrigação de Jaíba	1	0,35
Sindicato rural (patronal)	240	83,92
Sindicato de trabalhadores rurais	11	3,85
TOTAL	286	100,00

Fonte: SENAR-MG, 2004.

Em linhas gerais, o que se estabelece nesse convênio é que ao SENAR cabe arcar com o ônus da realização de cursos requeridos pela conveniada. Já para as instituições conveniadas, cumpre providências no sentido de possibilitar a realização dos cursos programados.³³

5.1.2 Custos e operadores das ações educativas

Os custos das ações educativas do SENAR nos convênios firmados envolvem gastos com instrutoria, mobilização, lanche para os participantes e com alguns recursos instrucionais. Os recursos monetários são repassados por

³³ Importante registrar que a cada curso requerido é feito um termo aditivo ao convênio contendo informações detalhadas do referido curso, tais como a ocupação, o número de participantes inscritos, o local e a data de realização, etc. (Anexo E). Essas providências incluem desde a divulgação dos cursos na região de influência da conveniada, agendamento com os instrutores conforme a ocupação objeto da capacitação e o calendário programado; à organização do local de realização dos cursos e formação das turmas de interessados, segundo os critérios do SENAR quanto à idade, estado de saúde física e mental, procurando homogeneidade entre os aprendizes quanto ao perfil em termos de escolaridade, atividade econômica e ocupação.

meio de depósito bancário em nome do conveniado, que prestará contas ao SENAR após a realização do curso em questão.

O custo dos cursos do SENAR é estimado com base nos valores médios despendidos na realização de cursos de FPR e de PS em 2003, que foram de aproximadamente R\$ 1.256,00 para FPR, sendo cerca de R\$ 858,00 o valor médio gasto com instrutores; R\$ 240,00 o valor médio gasto com verba de mobilização³⁴; cerca de R\$ 84,00 o gasto médio com lanches para os participantes e cerca de R\$ 74,00 o gasto médio com recursos instrucionais. Para as atividades de promoção social, o gasto total médio de cada evento foi de R\$ 1.083,00, sendo R\$ 768,00 com instrutores, R\$ 240,00 com verba de mobilização, R\$ 4,00 com lanches para os participantes e cerca de R\$ 71,00 o gasto médio com recursos instrucionais (Tabela 20).

TABELA 20 Custo médio dos eventos de FPR e de PS realizados pelo SENAR-MG em Minas Gerais, no ano de 2003.

Item de despesa	FPR	PS
Instrutores	858,00	768,00
Mobilização	240,00	240,00
Lanches para participantes	84,00	4,00
Recursos instrucionais	74,00	71,00
TOTAL (Média)	1.256,00	1.083,00

Fonte: SENAR-MG, 2004.

Como agência pública de formação profissional rural, mas de natureza administrativa privada, os recursos do SENAR são públicos, captados compulsoriamente³⁵ da sociedade. A arrecadação se dá nas transações

³⁴ Esta verba é repassada pelo SENAR à instituição conveniada para custear despesas de mobilização. A partir de 2004, essa verba passou para R\$ 270,00 por curso, sendo facultativo à instituição conveniada repassá-la para o mobilizador.

³⁵ A arrecadação dos recursos do SENAR é feita pelo INSS por meio da Guia da Previdência Social – GPS, (Anexo F) atendendo ao disposto nas Leis: 8.315, de

comerciais que envolvem a comercialização da produção agro-silvo-pastoril e sobre a folha de pagamento do pessoal empregado nos seguintes setores: sindicatos patronais rurais, federações da agricultura e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), dos prestadores de mão-de-obra rural legalmente constituídos como pessoa jurídica e das agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura (somente com relação aos empregados que atuam na área rural).³⁶ Certamente, esses tributos são repassados ao preço final dos produtos, ficando, portanto, com os consumidores o ônus final da tributação.

Considerando a especificidade desta agência de aprendizagem voltada para o meio rural e, por contigüidade, dos resultados das ações educativas, ao meio urbano, o retorno social esperado do uso desses recursos ocorre na mesma dimensão das extremas necessidades da sociedade brasileira e, em particular por ser objeto desse estudo, do estado mineiro. Portanto, espera-se eficiência no

23/12/1991; 8.540, de 22/12/1992; 8.870, de 15/4/1994; Lei 9.528, de 10/12/1997 e Lei 10.256, de 09/07/2001.

³⁶ A contribuição devida para o SENAR, pelos produtores rurais, Pessoa Física – empregador e segurado especial –, é de 0,20% sobre o valor bruto da produção agro-silvo-pastoril comercializada. A retenção e o recolhimento são feitos pelo adquirente, ou cooperativa, consignatário ou pelo próprio produtor, quando comercializa sua produção diretamente no varejo ou a exporta diretamente. O recolhimento se dá através da Guia da Previdência Social (GPS), cujo modelo é mostrado no Anexo F, juntamente com a contribuição sobre a produção devida ao INSS para a Previdência Social Rural. A Lei 8.870, alterada pela Lei 10.256, art. 2º, estendeu o mesmo procedimento para os produtores rurais, pessoa jurídica, que são responsáveis pelo recolhimento de 0,25% sobre o valor bruto da produção comercializada. A contribuição devida pela agroindústria (produtor rural pessoa jurídica cuja atividade econômica seja a industrialização de produção própria e adquirida de terceiros) é de 0,25% incidente sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização da produção. Sobre a folha de pagamento dos empregados, contribuem com 2,5% sobre o valor bruto desta folha de pagamento, os sindicatos patronais rurais, as federações da agricultura, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), os prestadores de mão-de-obra rural legalmente constituídos como pessoa jurídica, e as agroindústrias de piscicultura, carcinicultura, suinocultura e avicultura (somente com relação aos empregados que atuam na área rural) (SENAR 2004:50).

gasto dos recursos públicos e que os resultados sejam percebidos, sobretudo, no desenvolvimento social dos que fazem o sacrifício no compartilhamento da arrecadação. Dessa forma, importa saber o montante e a distribuição anual dos recursos na cobertura das ações educativas que o SENAR-MG desenvolve.

Do total arrecadado anualmente, 3,5% se destinam ao órgão arrecadador como taxa de administração ao serviço prestado. O restante, 96,5%, é repassado ao SENAR nacional, que distribui 80% desse montante às administrações regionais, proporcionalmente à arrecadação de cada estado, ficando com os demais 20%, para cobrir despesas administrativas e operacionais.

Do total de recursos repassados ao SENAR-MG, 20% destinam-se à atividade meio, isto é, para cobrir gastos com a administração e 80% à atividade fim, ou seja, para cobrir as despesas com ações de Formação Profissional Rural (FPR) – cursos e treinamentos - e com atividades de Promoção Social (PS).

Tomando a distribuição dos recursos entre as atividades meio (20%) e fim (80%) e o total de cursos de FPR (3.215) e de PS (1.174) em 2003 e seus respectivos custos médios, R\$ 1.256,00 e R\$ 1.083,00, estima-se que o montante de recursos repassados ao SENAR-MG naquele ano foi cerca de 6,6 milhões de reais. Desse total, cerca de 5,3 milhões referem-se aos gastos com os cursos e 1,3 milhão foram gastos com custos fixos em pessoal, encargos, locação de imóveis, manutenção de veículos, material de expediente, etc. Considerando-se o total de 61.166 participantes nos cursos realizados nesse ano (44.833 de FPR e 16.333 de PS), o valor médio gasto por participante estimado foi de, aproximadamente, R\$ 108,51.

Importante registrar que o segmento da agricultura familiar inclui, como visto anteriormente, produtores cujas atividades agrícolas podem envolver na divisão do trabalho, além da mão-de-obra familiar, força de trabalho contratada até o limite de dois empregados permanentes, conforme FAO/INCRA (2000). Além disso, em alguns casos, esses produtores comercializam a produção

diretamente ou por meio associativo no comércio formal, o que os inclui no rol dos contribuintes com a arrecadação dos recursos do SENAR. Por isso e mais o fato de alguns trabalhadores rurais contarem com emprego formal, em qualquer dos casos acima em que incide a arrecadação compulsória na folha de pagamento, tem validade a afirmação de que a agricultura familiar também participa na formação do montante dos recursos do SENAR-MG. Desse modo, a prestação de serviços do SENAR, por meio de capacitação dos pequenos produtores e trabalhadores rurais, de forma alguma constitui benesse do segmento patronal para com estes atores. Muito pelo contrário.

O que não isenta de crítica é o fato de não ser do segmento da agricultura familiar, por meio de suas representações, a estrutura gerenciadora de todo o processo de capacitação rural, inclusive dos recursos. Ou que participasse desse processo em nível de igualdade com os demais integrantes da direção.

As ações de capacitação do SENAR são precedidas por um processo de mobilização³⁷, cujo responsável, o mobilizador, é uma pessoa treinada pelo SENAR para realizar essa função. Há casos de ser este um funcionário da instituição conveniada e, em outros, ocorre de ser alguém sem vínculo formal com a referida instituição, mas indicada por ela.

O interesse de alguém em atuar como mobilizador do SENAR inclui aspectos econômicos e sociais. O econômico decorre do fato de alguns conveniados repassarem a verba de mobilização para o mobilizador, conforme

³⁷ A mobilização inclui agendamento, com os instrutores, da data de realização de cursos, fornecendo-lhe informações sobre o perfil da turma, a fim de subsidiá-lo no planejamento instrucional, de acordo com a ocupação objeto da capacitação; providenciar e organizar o local de realização dos cursos; divulgar os cursos programados na localidade, município ou região de influência ou atuação da instituição conveniada; mobilizar e formar as turmas de interessados segundo os critérios do SENAR quanto à idade, estado de saúde física e mental, procurando homogeneidade entre os aprendizes quanto ao perfil em termos de escolaridade, atividade econômica e ocupação.

citado anteriormente. Quando isso ocorre, essa verba pode ter o caráter de ser um adicional à renda que esse indivíduo obtém nas atividades que exerce ou poderá, em alguns casos, constituir-se como a renda principal. O importante é que essa estratégia do SENAR-MG visa motivar seus conveniados nas ações de mobilização de seu público-alvo para os cursos oferecidos, possibilitando que isto seja feito sem ônus para a conveniada. Isto tem relação com o que alguns gerentes do SENAR-MG colocam quanto à qualidade do serviço de mobilização feito por algumas conveniadas. Segundo afirmam, onde há repasse da verba de mobilização para o mobilizador, tende a ser melhor a qualidade do serviço, no que se refere não somente ao perfil mais homogêneo das turmas, mas em todo o trabalho de mobilização e de suporte à instrutoria. Esse suporte inclui providências de adequação do local, de lanches para os participantes e dos recursos instrucionais para a realização dos cursos.

Outro tipo de interesse identificado entre alguns dos mobilizadores do SENAR em assumirem essa responsabilidade diz respeito à oportunidade que essa atividade facultava-lhes de poderem estender laços relacionais com pessoas do meio rural, ligadas à produção agropecuária: agricultores, trabalhadores rurais e seus familiares.

Integrante no rol das parcerias do SENAR, há o grupo de instrutores (facilitadores da aprendizagem) que desenvolve a atividade de formação nas ações educativas. Estes agentes, sem redução da importância dos demais parceiros, constituem o elo principal entre a instituição SENAR e o público-alvo das ações educativas. Daí porque a parceria inicia-se com o processo de seleção desses educadores.

Após essa primeira etapa da seleção, com base em análise curricular e da experiência de trabalho que possuem os postulantes ao cargo de instrutor, são feitas entrevistas com os pré-selecionados que, em seguida, se submetem a um processo de capacitação. Essa capacitação é feita com o objetivo de desenvolver

ações educativas em conformidade com a instituição, capacitado na sua metodologia de trabalho³⁸.

A capacitação dos futuros instrutores é desenvolvida por profissionais do SENAR, em parceria com outros de universidades e organizações afins. Os indivíduos capacitados só estarão aptos para atuar como instrutores após participarem da realização de alguns eventos de sua área de atuação, feita por outros instrutores. Nesta ocasião serão mais uma vez avaliados, ficando os aprovados credenciados e integrantes do catálogo de instrutores do SENAR, e à disposição das instituições conveniadas para eventuais prestações de serviços terceirizados de instrutoria.

Capitados e cômicos das obrigações e direitos como instrutores, esses agentes da aprendizagem rural vão para o exercício da função como parceiros do SENAR-MG, sem, contudo, manterem vínculo empregatício com a instituição.³⁹

Grande parte dos instrutores é composta de profissionais autônomos sem vínculo empregatício, sendo vários aposentados de órgãos do serviço público, como escolas agrotécnicas, Emater e outros, que têm na parceria com o SENAR uma fonte complementar de renda. Por outro lado existem, dentre esses educadores, alguns que têm nesta atividade a principal fonte de renda; vivem se deslocando entre uma cidade e outra ministrando cursos pelo SENAR e, em alguns casos, por contrato com outras organizações de aprendizagem como o SEBRAE, por exemplo.

Considerando a carga horária média dos cursos de FPR e de PS de 32 horas e levando em conta o tempo de deslocamento entre os locais dos cursos,

³⁸ O SENAR-MG desenvolve a capacitação dos instrutores buscando qualificá-los para somarem, ao domínio tecnológico da profissão/ocupação, capacidade pedagógica para trabalharem interativamente com os participantes, os conteúdos da profissão/ocupação.

³⁹ Os instrutores do SENAR-MG são juridicamente considerados prestadores de serviço autônomo, daí serem obrigados a emitir nota fiscal pelo serviço prestado - o que é feito na condição de autônomo ou por meio de firma prestadora de serviço, cooperativa de trabalho, etc., de que sejam integrantes.

esses instrutores podem realizar até quatro cursos por mês pelo SENAR que, ao valor bruto de R\$ 25,00 a hora-aula, poderá proporcionar uma renda bruta mensal média de até R\$ 3.200,00.⁴⁰

Traçando o perfil dos instrutores do SENAR-MG, tem-se que dos 278 instrutores cadastrados em 2004, 64% eram homens e 36% mulheres; 218 do total, ou 78%, possuem formação superior, dos quais aproximadamente 20% possuem pós-graduação em nível de especialização e 15% com mestrado ou doutorado concluído ou em curso. São profissionais de várias categorias, embora predominem profissões de ciências agrárias, conforme segue a composição do quadro: 65 médicos veterinários, 62 agrônomos, 10 zootecnistas, 5 engenheiros florestais e 4 engenheiros agrícolas. Nas outras áreas, o destaque é para economista doméstico, com 22 profissionais, todas do sexo feminino, 14 administradores ou economistas e 36 distribuídos entre engenheiros, advogados, professores, biólogos e outros. Dos 60 instrutores restantes (22%), que não têm formação superior, 38, ou 14%, têm nível de instrução de ensino fundamental e se distribuem entre artesãos, adestradores de eqüinos, costureiras e agricultores

⁴⁰ Conforme alguns instrutores, informalmente, a despesa com deslocamento, alimentação e encargos gira em torno de 40%, o que leva a um rendimento líquido médio aproximado de R\$ 2.000,00. Trata-se, portanto, de uma renda considerável no contexto salarial do país em que são baixos os salários pagos, girando a remuneração mensal de profissionais de nível superior, como agrônomos, zootecnistas, etc., em torno de 4 a 5 salários mínimos, o que ao valor atual corresponde entre cerca de R\$ 1.040,00 a R\$ 1.300,00. Há, no entanto, dentre os instrutores, aqueles que, por impedimento do vínculo empregatício, têm baixa frequência de realização de cursos, algo em torno de 4 a 5 por ano, o que não deixa de ter importância como complementação da renda.

que se especializaram na fabricação artesanal de cachaça ou como classificadores e degustadores de café; os 22 restantes, ou 8%, são profissionais técnicos de nível médio. A Tabela 21 mostra a distribuição desses instrutores quanto à profissão e sexo.

TABELA 21 Instrutores cadastrados no SENAR em 2004, quanto à formação/profissão e o sexo.

Sexo	Nível Superior										Nível técnico Ensino médio/ profissão		Até Ensino fundamental/ profissão		Total geral	%/ Total
	Eng°. Agrônomo	Eng°. agrícola	Eng°. florestal	Médico veterinário	zootecnista	Economista doméstico	Administrador ou economista	Outras ¹	Total	%/Total	Várias ²	%/Total	Várias ³	%/Total		
Homem	56	4	5	52	9	0	8	16	150	68,81	17	77,27	12	31,58	179	64,39
Mulher	6	0	0	13	1	22	6	20	68	31,19	5	22,73	26	68,42	99	35,61
Total	62	4	5	65	10	22	14	36	218	100,00	22	100,00	38	100,00	278	100,00

Fonte: Cadastro de Instrutores do SENAR-MG, 2004.

- 1- Eng°. civil, Eng°. mecânico, Eng°. de alimento, biólogo, nutricionista, assistente social, pedagoga, advogado, tecnólogo em cooperativismo e tecnólogo em laticínio.
- 2- técnico em agropecuária, em laticínio, em agroindústria, em contabilidade, em nutrição e dietética, em edificações, e técnico industrial.
- 3- apicultor, artesanô(a), adestrador de equinos, fabricante de cachaça, artista plástico, costureira e classificador e degustador de café.

5.1.3 Recrutamento da clientela para os cursos de FPR e de PS e a metodologia do SENAR-MG frente à realidade local/regional

O SENAR-MG, por meio de suas parcerias locais, elabora seu planejamento anual fracionando-o por quadrimestre. Como base para o levantamento das demandas locais de capacitação, essas organizações utilizam informações censitárias do município (IBGE), acrescidas de dados de relatórios técnicos de órgãos que atuam no setor primário como EMATER, IMA, Prefeitura, dentre outros. Esse procedimento procura diagnosticar a realidade produtiva municipal e o quadro da força de trabalho ocupada, a fim de eleger as ocupações com maior destaque em termos de importância econômica e social.

Entretanto, devido a desatualização dos dados do Censo Agropecuário, às vezes, ocorre de ser induzida oferta de cursos desfocados da realidade local. Como forma de minimizar essa distorção, as instituições parceiras têm requerido cursos de capacitação nos últimos cinco anos com base em sondagens feitas nas comunidades⁴¹ ou por manifestação e ou reivindicações de lideranças de trabalhadores e ou produtores rurais e suas famílias. Assim, um município que tem, em sua economia rural, expressão numa determinada atividade produtiva, por exemplo produção de café e leite, é mais comum serem demandadas capacitações em ocupações ligadas a essas atividades do que em outras que, às vezes, nem são exploradas na região.

Após levantamento dos interesses locais por cursos, o mobilizador encaminha a programação proposta para o quadrimestre, conforme modelo no Anexo G, para o Escritório Regional, onde o gerente avaliará e aprovará os cursos requeridos segundo a capacidade operativa do SENAR-MG, que

⁴¹ Essas sondagens geralmente são feitas pelos mobilizadores no encerramento de um curso do SENAR em que os participantes respondem, no momento da avaliação, que outros cursos gostariam que o SENAR desenvolvesse no local para que outras pessoas também pudessem participar. Também são feitas sondagens em reuniões nas comunidades rurais, associações comunitárias, de produtores rurais, bem como em cooperativas ou nos próprios sindicatos, tanto patronal como dos trabalhadores rurais.

compreende a disponibilidade de recursos e as metas estabelecidas pela administração central.

O SENAR-MG procura, portanto, equalizar sua programação quadrimestral a partir das demandas levantadas pelos escritórios regionais junto aos conveniados. Analisadas e aprovadas, essas demandas passam a constar da programação quadrimestral da localidade de origem da instituição conveniada (proponente), cabendo a esta divulgá-la, o que é feito em todo o município e área sob influência da instituição conveniada.⁴²

O processo de seleção dos participantes das ações de FPR e de PS é desenvolvido pela instituição conveniada e proponente por meio do Mobilizador. Este levará em conta os pré-requisitos necessários para o exercício da ocupação ou da atividade, conforme relação de ocupações e resumo dos conteúdos das atividades de Promoção Social constantes no Anexo H. Na organização das turmas, é exigência do SENAR-MG que haja homogeneidade com relação ao perfil dos participantes: necessidades comuns de capacitação, idade, nível de escolaridade e experiências no exercício da ocupação, quando se tratar de FPR. A não satisfação dessa condição, sobretudo no tocante à escolaridade e necessidades de capacitação, é apontada por instrutores como sendo um dificultador da eficiência das ações desenvolvidas.⁴³

⁴² Esse trabalho de divulgação é feito pelo mobilizador utilizando-se dos meios e veículos de comunicação da instituição conveniada que em grande parte se dá por meio de rádios, cartazes, comunicados escritos ou feitos em reuniões nas comunidades ou organizações sociais que congregam produtores e trabalhadores rurais, como associações, sindicatos, cooperativas, conselhos comunitários, etc. Além disso, o SENAR recomenda que pode ser buscado o apoio, na divulgação da programação dos cursos, de entidades ligadas ao meio rural, como as cooperativas, associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores rurais, prefeituras, órgãos de assistência técnica e extensão rural e outros, de modo facilitar o processo de recrutamento da clientela.

⁴³ Essa informação foi obtida com instrutores participantes da reciclagem feita em março/2004.

O alcance de objetivos propostos em ações educativas é dependente direto da metodologia utilizada no desenvolvimento destas. A magnitude da importância da metodologia no alcance de objetivos é dimensionada no entendimento de que não bastam bons planos, isto é, planos de ensino bem elaborados, recursos didáticos de qualidade e em quantidade suficiente, ambiente confortável, dentre outros, se o processo metodológico for inadequado, desfocado da realidade dos participantes das ações.

A metodologia que o SENAR preconiza em suas ações educativas é consubstanciada na idéia de que aprender é um processo que acontece no aprendiz e do qual ele é o agente essencial. Com base em Bordenave e Pereira (2002), o método pedagógico praticado no desenvolvimento das ações educativas do SENAR, notadamente as de FPR e de PS, seguem em parte os métodos preconizados por Piaget, Skinner e Gagné.

Dessa forma, o ambiente operacional das ações educativas do SENAR-MG deve ser analisado à luz dos conceitos de FPR e de PS. O SENAR considera ambas as ações educativas como processo educativo não formal, participativo e sistematizado, que visam, principalmente, no caso da FPR, “possibilitar ao trabalhador o desenvolvimento da capacidade de gerenciamento do seu trabalho” e, da PS, “o desenvolvimento de aptidões pessoais e sociais do trabalhador rural e sua família, (...) ensejando o despertar de uma maior consciência crítica com participação na vida da comunidade” (SENAR, 2004).

Identifica-se, nesses conceitos, o intento de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos capacitandos e de potencializá-los para protagonizarem, como sujeitos, o próprio desenvolvimento e do local onde vivem.

O SENAR promove, por meio de encontros anuais entre todos os instrutores e coordenadores, e supervisores pedagógicos, troca de experiências entre os participantes, além de discussões e atualizações de conteúdos programáticos orientados para o perfil ocupacional. Discute-se no grupo

procurando o nivelamento nos conteúdos das habilidades básicas, específicas e gerenciais trabalhadas nas capacitações. Aqui, o processo pedagógico é consubstanciado no que propõe Gagné sobre as hierarquias da aprendizagem, em que se tem que a aprendizagem é eminentemente um processo cumulativo (Bordenave & Pereira 2002). Assim, nessas experiências pedagógicas, o SENAR tenta aprimorar conceitos importantes para o trabalho de seus agentes de aprendizagem, instrutores e mobilizadores.

Nas habilidades básicas, o objetivo é aprimorar técnicas e dinâmicas de grupos a serem utilizadas como apoio aos conteúdos sobre cidadania, organização e participação social; ações buscando o bem social do grupo, da comunidade e da família; questões sobre o meio-ambiente e uso sustentável de recursos naturais; cuidados com a saúde; utilização correta de equipamentos de proteção individual durante a realização das tarefas de aplicação de defensivos agrícolas, bem como as normas sobre os cuidados e destino das embalagens desses produtos. Por fim, dentre outros temas recorrentes nessas ocasiões, sobre legislação trabalhista, envolvendo as questões sobre contratos trabalhistas, direitos e obrigações de empregadores e de empregados rurais.

Nas habilidades específicas, o trabalho nesses encontros de atualização pedagógica é feito por grupo de áreas ocupacionais. Assim, reúnem-se os instrutores de uma determinada área ocupacional, a fim de trocarem experiências, relatarem os problemas encontrados no período anterior e as soluções encontradas. Como o processo pedagógico é participativo, ocorre, geralmente, de alguma idéia ou sugestão no campo operacional de alguma tarefa serem dadas por algum participante, mostrando-se eficiente e de melhor resultado que outras trabalhadas pelos demais participantes ou pelo instrutor. Ao ser apresentada aos demais instrutores do grupo da respectiva área, eles poderão testá-la e incorporar ao seu “estoque” de alternativas práticas para aquela tarefa.

É necessário que o facilitador da aprendizagem interaja com os participantes nos cursos, potenciando a participação e o desenvolvimento de uma reflexão crítica. O “diálogo de saberes” deve permear o percurso das ações educativas, no qual educador e educando estabelecem comunicação horizontal, sem domínio do saber de um sobre o do outro numa aproximação do que assegura Freire (1983) como sendo o ideal nas relações em que se busca aprendizagem, sendo a troca de conhecimentos a tônica do processo.

Nessa perspectiva, os saberes diferenciados não são tidos como concorrentes ou excludentes, mas complementares. Para ilustração disso, traz-se aqui o exemplo da capacitação na ocupação de trabalhador na apicultura.

Nas habilidades básicas sugeridas para serem trabalhadas nessa ocupação, estão os temas saúde, higiene e segurança no trabalho. Os instrutores, ao trabalharem esses temas, partem do conhecimento que os participantes nos cursos têm sobre o significado de saúde, de higiene e de segurança, bem como esses temas são desenvolvidos e incorporados no cotidiano. Daí procuram construir juntos os conceitos, segundo a busca de mudança constante nos objetivos do curso proposto. Isto é feito por meio de processos interativos, como dinâmicas de grupos, jogos pedagógicos e outras vivências, em que sentimentos e reflexões são contextualizados com o ambiente de vida e de trabalho desses capacitandos, buscando a percepção deles sobre a importância do novo fazer, diante da realidade individual, do grupo, das famílias e da comunidade local como um todo.⁴⁴

Do mesmo modo, nas habilidades específicas do curso exemplificado, em que são trabalhados os temas “biologia e organização social das abelhas, noções de gerenciamento apícola, uso correto de equipamentos de proteção individual e fumigador, local para instalação do apiário, povoamento do apiário,

⁴⁴ Há nesse processo pedagógico uma clara evidência da utilização do que propõe Piaget em sua teoria sobre aprendizagem, discutida em Bordenave & Pereira (2002).

colheita, processamento e comercialização do mel, processamento da cera e aproveitamento de outros produtos apícolas” (SENAR, 2004), o trabalho educativo e formativo inicia-se com o conhecimento que os aprendizes participantes têm sobre cada um desses temas. Assim, nivelando-se o conhecimento e informações, seguem os conteúdos trabalhados de modo interativo, dialogado, dinamizado com discussões teóricas e práticas, partindo-se do conhecimento que os participantes possuem sobre qualquer das operações que constituem as tarefas da referida ocupação. Em seguida, ocorre a demonstração feita passo a passo, em velocidade reduzida, a fim de que todos acompanhem; posteriormente uma segunda demonstração é feita com os passos desenvolvidos com velocidade um pouco maior do que a inicial, porém, menor do que a velocidade normal de trabalho e, por último, a demonstração se completa com o instrutor repetindo todos os passos e operações com velocidade normal de trabalho. Após essa seção demonstrativa, os aprendizes fazem os questionamentos pertinentes e, em seguida, cada um repete a tarefa seguindo as três fases de velocidade conforme demonstrado pelo instrutor, sendo obedecidos o ritmo e o tempo de cada fase até a última, que se processa em ritmo normal de trabalho.⁴⁵ Durante e após a realização da tarefa, é feita uma avaliação por questionamento verbal e por observação do desempenho. Desse modo, processam-se as devidas correções no momento da prática o que, sem dúvida alguma, aumentará o aprendizado de todos e, principalmente, daqueles que, porventura, tenham apresentado razões para tal correção.⁴⁶

Para as habilidades gerenciais trabalhadas na capacitação de apicultores são previstos os temas “custos de produção”, “legislação trabalhista” e

⁴⁵ Esse procedimento pedagógico segue a teoria comportamental de Skinner, conforme Bordenave & Pereira (2002).

⁴⁶ Isto é feito segundo as proposições defendidas por Bordenave & Pereira (2002) sobre avaliação da aprendizagem.

“associativismo”. São oportunidades em que os participantes vivem ciam experiências concretas a partir de suas realidades, como produtores e ou como trabalhadores rurais sujeitos à condição de emprego temporário ou permanente, ou na condição de autônomo ou de trabalho informal. Relações estas trazidas para o momento da aprendizagem em que os problemas individuais passam a ser encarados e resolvidos sob a perspectiva do compartilhamento de esforços e da pró-atividade dos sujeitos. Isto é vivenciado na realização das tarefas, bem como no desenvolvimento dos jogos e dinâmicas de grupo, apropriados para os respectivos temas trabalhados.

Essa postura metodológica permeia as ações educativas de FPR e de PS desenvolvidas pelo SENAR-MG. No entanto, as especificidades de cada ocupação são determinantes no ritmo das tarefas, bem como na hierarquia e desenvolvimento dos temas. De modo que, para algumas ocupações, temas de habilidades básicas como raciocínio lógico e verbal, são mais requeridos do que em outras, acontecendo o mesmo com as habilidades específicas e gerenciais. A eficácia do processo educativo está, portanto, no caráter participativo da metodologia e na condução autônoma e segura do processo pelo instrutor.

5.1.4 Operacionalização das ações educativas do SENAR em Minas Gerais

Tendo como palco de suas ações educativas o meio rural, essa instituição tem desenvolvido, desde a sua fundação, ações na forma de cursos e treinamentos voltados para o público envolvido com a produção agropecuária, seu processamento e comercialização, qual seja os agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Na operacionalização das ações educativas que desenvolve em Minas Gerais o SENAR conta com uma estrutura de apoio que envolve, além do trabalho de coordenadores e supervisão pedagógica, a participação de gerentes distribuídos em escritórios regionais pelas regiões do estado, num total de nove.

Os profissionais selecionados para atuarem pelo SENAR, como facilitadores da aprendizagem, recebem capacitação pedagógica pela instituição para desenvolverem as atividades junto aos capacitandos em suas bases locais, seguindo a metodologia preconizada pelo SENAR. O método pedagógico utilizado nas ações educativas realizadas por essa instituição reúne aspectos das teorias da aprendizagem defendidas por Piaget, Skinner e Robert Gagné, dentre outros como Bordenave & Pereira (2002). Essa metodologia tem como base o trabalho participativo em que o grupo participa da construção dos conceitos, partindo da experiência acumulada dos participantes acrescida do saber acadêmico ou prático dos facilitadores da aprendizagem.

O SENAR, pelo que conta com a infra-estrutura material e humana que dispõe, por meio das parcerias que mantém com organizações rurais e com o corpo de instrutores e mobilizadores, operacionaliza suas ações de cursos e treinamentos sem isenção de problemas e críticas. Quanto aos problemas, destaca-se o fato de que, na organização das turmas, nem sempre ocorre homogeneidade quanto ao perfil sócio-ocupacional dos participantes o que, de certa forma, compromete a eficiência das ações desenvolvidas.

Quanto às críticas, uma delas é que, por vezes, ocorre de, em determinados municípios, acontecer de alguns capacitandos serem privilegiados com a oportunidade de participarem de mais cursos do que outros. Isso denota uma certa falha no processo de mobilização e que compromete o alcance mais amplo do público alvo.

Outro aspecto passível de crítica e, de certa forma vinculado ao anterior, é quanto ao perfil sócio-ocupacional do agente de mobilização. A responsabilidade pelo processo de levantar e mobilizar clientelas deve levar em conta a realidade ocupacional e produtiva do setor agropecuário do município ou região. Acontece que, em alguns casos, o profissional encarregado desta função é desprovido de suficiente conhecimento acerca dessa realidade e promove

levantamento de demandas desconexo com a realidade. Do mesmo modo é feito com os participantes, ou seja, mobiliza pessoas para cursos que não possibilitam o aproveitamento do aprendizado no cotidiano da produção e ou do trabalho em que se acham envolvidos. Isso constitui uma perda para a sociedade, tanto pelo ineficiente aproveitamento de recursos como pela não possibilidade de poder contar com profissionais capacitados para atuarem no desenvolvimento das localidades de origem.

5.2 Efeitos das ações educativas do SENAR-MG

A demanda crescente de capacitações rurais em Minas Gerais origina-se no fato de o estado contar com uma diversidade em termos ambientais, históricos, econômicos e culturais, além de conviver com a expansão da pluriatividade no meio rural. Tal diversidade tem influenciado na dinamização deste perfil pluriativo de agricultores, sobretudo os familiares e trabalhadores rurais que têm procurado capacitar-se buscando agregação de qualidade aos processos produtivos históricos ou no trabalho como assalariados, bem como buscando preparo para as novas oportunidades de ocupação, agrícola ou não-agrícola.

Ao longo de sua trajetória em Minas Gerais o SENAR contabilizou um total de 27.655 ações, entre 1993 e 2003, sendo 20.217 de FPR e 7.438 de PS. O total de participantes dessas ações no período foi de 270.882 e 116.071 pessoas, em FPR e PS, respectivamente, perfazendo um total aproximado de 387.000 pessoas capacitadas no período em todo o estado. Levando-se em conta a média de aproximadamente 3 cursos feitos no período entre os entrevistados, estima-se um total de 129.000 pessoas que participaram das capacitações. Esse número representa, aproximadamente, 7% do total (1.793.050) de pessoal com idade a partir de 14 anos ocupado na agropecuária do estado, segundo dados do Censo Agropecuário de 1995/96.

Trata-se de um contingente expressivo de pessoas capacitadas para a produção e ou prestação de serviços na agropecuária. Ao longo dos anos, conforme mostrado na Tabela 22, verifica-se um crescimento nas demandas destas ações, com destaque para o ano de 2003, que apresentou um crescimento no total de ações de FPR de 49,4% com relação ao ano de 2002. Em PS, esse crescimento foi de 48,2%.

TABELA 22 Total de cursos de Formação Profissional Rural (FPR) e de Promoção Social (PS) realizados em Minas Gerais, entre 1993 e 2003.

EVENTO/ITEM		ANO											
		1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	Acumulado
Formação Profissional Rural (FPR)	Nº de ações realizadas	136	811	2.209	1.377	1.977	2.320	2.146	1.783	2.091	2.152	3.215	20.217
	Nº de participantes	2.225	12.251	31.380	19.087	27.463	29.607	27.033	21.883	25.774	29.346	44.833	270.882
	Nº total de horas/aula	3.756	20.681	66.919	46.419	71.639	84.873	70.449	60.584	73.282	74.509	105.785	678.896
Promoção Social (OS)	Nº de atividades realizadas	-	147	979	555	851	751	664	666	859	792	1.174	7.438
	Nº de participantes	-	2.173	14.628	7.960	15.850	11.058	17.667	8.451	11.414	10.537	16.333	116.071
	Nº de total de horas aula	-	3.961	28.880	18.818	29.138	27.364	22.298	23.804	31.517	28.451	40.141	254.372
Total FPR+PS	Nº de atividades realizadas	136	958	3.188	1.932	2.828	3.071	2.810	2.449	2.950	2.944	4.389	27.655
	Nº de participantes	2.225	14.424	46.008	27.047	43.313	40.665	44.700	30.334	37.188	39.883	61.166	386.953
	Nº de total de horas aula	3.756	24.642	95.799	65.237	100.777	112.237	92.747	84.388	104.799	102.960	145.926	933.268

Fonte: Relatórios de atividades do SENAR (1993-2003).

Entretanto, os dados da Tabela 22 incitam algumas reflexões. Uma delas é que, havendo no setor agropecuário uma tendência de redução na ocupação, sobretudo nas atividades mais especializadas como nas dedicadas mais à agricultura ou pecuária, como visto anteriormente (Censos Agropecuários 1985 e 1995/96), era de se esperar um acompanhamento na retração da demanda por capacitação da força de trabalho. Outra reflexão, no sentido inverso da primeira, é que, em consequência da redução na ocupação no setor, atividades não-agrícolas venham sendo demandadas como fonte de renda das pessoas atingidas pelo desemprego na agropecuária. Uma terceira observação é que os dados dos Censos Agropecuários citados revelam uma tendência de aumento na ocupação no segmento da agropecuária mais identificado com a agricultura familiar, visto ser prática corrente neste segmento o desenvolvimento de atividades mistas, ou seja, envolvendo a combinação de atividades da agricultura com a pecuária.⁴⁷ Isto fica claro na análise feita mais adiante, sobre o perfil dos capacitandos egressos e os tipos e números de cursos que fizeram no período analisado.

5.2.1 Os cursos do SENAR na agropecuária mineira

Ao longo do período de 1993 e 2003, as ações de FPR e PS realizadas no estado tiveram uma distribuição heterogênea pelas regiões. As regiões que tiveram maior percentual de municípios atendidos com cursos do SENAR foram: Noroeste de Minas, com aproximadamente 74% dos municípios atendidos; o Triângulo, com cerca de 69%; Alto Paranaíba, com 68% e o Sul de Minas, com atendimento de aproximadamente 52% dos municípios. No entanto, tomando-se a relação percentual dos municípios atendidos pelo SENAR com relação ao total de municípios do estado, é mais reveladora a análise da distribuição das ações de FPR e de PS em termos regionais. Desse modo, com

⁴⁷ Conforme Ribeiro et al. (1999), já citado.

relação ao total de municípios do estado, as regiões com maior percentual de municípios atendidos foram o Sul de Minas (22,6%), Zona da Mata (16,7%) e Central (13,6%), conforme mostrado na Tabela 23. Estas regiões, por possuírem maior número de municípios comparativamente às demais, tendem a dispor de maior número de organizações parceiras do SENAR, contribuindo para que haja, proporcionalmente, maior número de convênios para a realização de cursos.

TABELA 23 Número de municípios que realizaram cursos de FPR e de PS, entre 1993 e 2003.

Região	Número de municípios da região	Nº de municípios com cursos	% sobre o total da região	% sobre o total do estado
I Central	158	48	30,38	13,56
II Mata	142	59	41,55	16,67
III Sul de Minas	155	80	51,61	22,60
IV Triângulo	35	24	68,57	6,78
V Alto Paranaíba	31	21	67,74	5,93
VI Centro-Oeste de Minas	56	29	51,79	8,19
VII Noroeste de Minas	19	14	73,68	3,95
VIII Norte de Minas	89	25	28,09	7,06
IX Jequitinhonha/Mucuri	66	24	36,36	6,78
X Rio Doce	102	30	29,41	8,47
Minas Gerais	853	354	41,50	100,00

Fonte: FJP (2002); banco de dados do SENAR (2004).

Com relação ao total de cursos realizados, as três regiões com maior número de cursos, em termos percentuais, são: Sul de Minas, com 16,0; Mata com 14,7% e o Norte de Minas, com 14,1% do total de cursos realizados no estado entre 1993 e 2003. As regiões com menor número de cursos são: Alto Paranaíba (5,4%), Triângulo (5,8%) e o Noroeste (6,4%). Este quadro praticamente se mantém quando se comparam os totais de cursos de FPR e de PS, mudando apenas com o Norte de Minas liderando o número de ações de PS, em termos percentuais, seguido das regiões Mata e Sul, conforme Tabela 24.

TABELA 24 Total de cursos de FPR e de PS realizados entre 1993 e 2003, em Minas Gerais, segundo as Regiões de Planejamento.

Região de Planejamento	Total de cursos de FPR	Percentual sobre o total de FPR	Total de cursos de PS	Percentual sobre o total de PS	Total geral de cursos (FPR+PS)	Percentual sobre o total de FPR+PS
I Central	2.216	10,96	801	10,77	3.017	10,91
II Mata	2.992	14,80	1.084	14,57	4.076	14,74
III Sul de Minas	3.398	16,81	1.030	13,85	4.428	16,01
IV Triângulo	1.185	5,86	408	5,49	1.593	5,76
V Alto Paranaíba	1.211	5,99	277	3,72	1.488	5,38
VI Centro-Oeste de Minas	1.658	8,20	502	6,75	2.160	7,81
VII Noroeste de Minas	1.219	6,03	548	7,37	1.767	6,39
VIII Norte de Minas	2.584	12,78	1.310	17,61	3.894	14,08
IX Jequitinhonha/Mucuri	1.985	9,82	844	11,35	2.829	10,23
X Rio Doce	1.769	8,74	634	8,52	2.403	8,69
Minas Gerais	20.217	100,00	7.438	100,00	27.655	100,00

Fonte: Banco de dados do SENAR (2004).

A distribuição percentual dos cursos do SENAR entre as regiões do estado indica que a sua incidência tende a ser maior nas regiões cuja estrutura fundiária apresenta predomínio de estabelecimentos com áreas menores. Isto pode ser visto nos dados do Censo Agropecuário de 1995/96, que apresentam as regiões Sul de Minas, Mata e Norte de Minas como as que apresentam os maiores percentuais de estabelecimentos com tamanho de área total nos estratos inferiores a 100 hectares, comparativamente às demais (ver Tabela 25).

Nessa análise, chama a atenção o fato de a região Norte de Minas possuir cerca de 47% do total de estabelecimentos com área superior a 5.000 hectares, ocupando cerca de 50% da área total desses estabelecimentos com esse perfil no estado. Destacam-se também, em termos de concentração de terras com relação a esse estrato, as regiões Noroeste de Minas, Central e Jequitinhonha/Mucuri.

TABELA 25 Número de estabelecimentos e área, por estrato, em Minas Gerais, em termos percentuais – 1995.

Estrato de Tamanho (ha)	Central		Mata		Sul		Triângulo		A. Paranaíba		Centro-Oeste		Noroeste		Norte de Minas		Jequit./Mucuri		Rio Doce		Total
	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	% Estab.	% Área	
0 - 5	12,27	9,49	18,14	16,53	26,23	24,36	1,63	1,63	1,68	1,63	4,46	3,80	0,39	0,37	17,90	16,01	8,98	9,52	8,33	16,67	100,00
5 - 10	10,57	10,50	17,52	17,54	23,42	24,15	1,62	1,81	2,90	2,85	5,64	5,58	0,85	0,81	17,25	15,78	11,08	11,01	9,15	9,98	100,00
10 - 20	10,97	10,93	16,48	16,50	22,70	23,03	2,58	2,79	3,98	3,99	6,96	6,97	1,55	1,55	14,72	13,86	9,99	9,83	10,07	10,54	100,00
20 - 50	10,97	10,94	14,75	14,59	19,29	19,15	5,16	5,50	5,48	5,59	8,05	8,04	2,82	2,86	14,27	13,88	8,76	8,74	10,46	10,71	100,00
50 - 100	11,13	11,13	12,29	12,19	16,18	16,10	7,59	7,92	7,50	7,52	8,81	8,76	4,66	4,64	12,77	12,54	8,66	8,67	10,40	10,53	100,00
100 - 200	11,22	11,22	9,55	9,42	13,89	13,74	10,89	11,22	8,90	8,89	8,60	8,55	6,21	6,22	11,48	11,31	9,30	9,39	9,96	10,04	100,00
200 - 500	11,08	11,03	6,03	5,70	10,04	9,75	14,13	14,44	10,07	10,01	7,01	6,74	9,55	9,80	12,27	12,37	10,90	11,16	8,92	8,99	100,00
500 - 1000	11,08	11,08	2,95	2,84	5,58	5,51	15,55	15,86	8,73	8,58	5,31	5,16	14,66	14,64	15,45	15,57	13,38	13,50	7,31	7,27	100,00
1000 - 5000	9,36	9,58	1,81	1,63	3,04	2,91	15,27	14,47	6,52	5,94	2,72	2,30	21,40	22,65	22,39	23,93	11,76	11,38	5,73	5,20	100,00
5000 e mais	11,11	8,83	0,59	0,41	0,86	0,60	5,94	5,12	1,90	2,53	2,18	1,74	22,11	19,50	46,65	49,94	5,41	8,14	3,26	3,21	100,00
s/declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
Total	11,22	10,34	14,58	6,10	20,12	9,09	5,05	10,83	4,94	6,95	6,79	5,48	3,08	12,11	15,10	20,91	9,56	10,43	9,55	7,77	100,00

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário – 1995/96.

Essa análise demonstra uma tendência de ocorrerem mais cursos do SENAR nas regiões onde o setor agropecuário inclina-se a contar com uma maior participação da agricultura familiar. Situação que coloca o seguinte questionamento: como se explica o fato de ser esta instituição uma organização majoritária do patronato rural e ter forte presença na agricultura familiar? Em resposta, pode-se afirmar que isso se associa ao fato de o segmento da agricultura familiar, ao contrário do patronal, tender a ser mais dinâmico quanto à ocupação, constituindo-se, pois, em importante clientela para a oferta dos cursos.

No estado de Minas Gerais, no período entre 1985 e 1995, segmentando-se os estabelecimentos agropecuários por estrato de área, constata-se que, apesar de ter ocorrido redução na ocupação em todos os estratos de área, ela foi de menor intensidade nos estratos dos estabelecimentos de menor tamanho. Isso indica a importância do setor do rural que congrega os estabelecimentos com este perfil de área e ocupam mais mão-de-obra. Como mostrado na Tabela 26, a maior redução na ocupação ocorreu nos estabelecimentos com área acima de 5.000 hectares (-53,14%) e foi decrescente nos estratos menores até o de área inferior a 10 hectares, cuja redução foi de 11,48%. Essa característica do setor agropecuário mineiro é apontada por Ribeiro et al. (1999), que ponderam sobre a não correspondência obrigatória entre tamanho de estabelecimento e um tipo particular de exploração agropecuária ou a valor de bens do produtor. Em geral, os maiores tendem a ser estabelecimentos vinculados a explorações com maior presença patronal, ao contrário da agricultura familiar que, via de regra, está associada a unidades de produção de menor área.

TABELA 26 Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, por grupo de área total, em Minas Gerais: 1985-1995/96.

Grupos de área total (ha)	1985		1995/96		Variação percentual 1995/96
	Número	%	Número	%	
Menos de 10	577.349	21,70	511.056	25,55	-11,48
10 – 20	350.913	13,19	270.616	13,53	-22,88
20 – 50	523.069	19,66	398.367	19,92	-23,84
50 – 100	353.430	13,29	258.266	12,91	-26,93
100 – 200	298.500	11,22	209.869	10,49	-29,69
200 – 500	285.416	10,73	191.276	9,56	-32,98
500 – 1000	117.946	4,43	75.273	3,76	-36,18
1000 – 5000	105.351	3,96	65.227	3,26	-38,09
5000 e mais	39.548	1,49	18.534	0,93	-53,14
Sem declaração	8.618	0,32	1.562	0,08	-81,88
Total	2.660.140	100,00	2.000.046	100,00	-24,81

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário – 1985, 1995/96.

Analisando-se a relação entre o número de pessoal ocupado e a área de lavoura total nas diferentes regiões, nos anos de 1985 e 1995/96, verifica-se um quadro diversificado nessa relação. O Noroeste de Minas ampliou em cerca de 7% a área plantada com lavouras, mas reduziu o número de pessoal ocupado nas atividades, passando de 0,26 para 0,16. No Triângulo a redução na área plantada com lavoura no período foi em torno de 7% e o pessoal ocupado passou de 0,23 para 0,17 por hectare plantado. O Alto Paranaíba teve a área de lavoura aumentada em cerca de 4%, enquanto o número de ocupados por hectare plantado reduziu de 0,27 para 0,20, e a região Central, que reduziu a área de lavoura em cerca de 29% e o pessoal ocupado por hectare plantado que passou de 0,70 para 0,68, nesse período. Essas quatro regiões seguem a tendência do estado, que reduziu a área total plantada com lavouras em cerca de 22% e o pessoal ocupado por hectare plantado, que passou de 0,50 para 0,48 nesse período. Nas demais regiões, enquanto houve redução na área plantada com lavouras, aumentou o número de pessoal ocupado por hectare plantado,

liderando essa situação a região Jequitinhonha/Mucuri, que passou de 0,84 para 1,11; seguido do Norte de Minas que passou de 0,83 para 0,98, como mostrado na Tabela 27.

TABELA 27 Área de lavoura total, pessoal ocupado e pessoal ocupado por área de lavoura total (temporária e permanente), Minas Gerais – 1985-1995/96.

Região de planejamento	1985			1995/96		
	Área de lavoura total (ha)	Pessoal ocupado	Ocupados por área de lavoura total	Área de lavoura total (ha)	Pessoal ocupado	Ocupados por área de lavoura total
Central	471.850	331.570	0,70	336.083	227.809	0,68
Mata	618.181	356.930	0,58	445.634	302.378	0,68
Sul de Minas	1.086.237	418.955	0,39	892.374	365.828	0,41
Triângulo	649.490	147.499	0,23	602.456	101.512	0,17
Alto Paranaíba	429.511	114.943	0,27	445.745	90.762	0,20
Centro-Oeste de Minas	337.902	139.647	0,41	256.696	118.840	0,46
Noroeste de Minas	367.825	95.017	0,26	394.922	64.101	0,16
Norte de Minas	533.687	440.399	0,83	313.246	306.455	0,98
Jequitinhonha/Mucuri	347.261	293.276	0,84	183.498	204.434	1,11
Rio Doce	464.448	321.904	0,69	301.481	217.927	0,72
Estado	5.340.110	2.660.140	0,50	4.172.135	2.000.046	0,48

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de Minas Gerais, 1985, 1995/96.

Tomando-se a relação entre o total de cursos realizados e o número de pessoal ocupado na agricultura mineira, constata-se que as regiões do estado que se apresentam mais dinâmicas em termos de expansão da ocupação são geralmente aquelas que se identificam como menos dinâmicas em termos de uso de modernas tecnologias e são as que indicam ter havido maior número dos cursos do SENAR no período analisado.

Mas a análise do impacto do SENAR na agropecuária mineira pode também ser feita relacionando-se o total de cursos realizados e o PIB agropecuário regional. Assim, tomando-se o ano de 2000 como base, as regiões de menor PIB Agropecuário percentual, em termos estaduais, são as que

geralmente apresentam o maior número das capacitações, em termos percentuais. Ao contrário, naquelas de maior PIB Agropecuário relativo no estado, ocorrem menos capacitações. No primeiro grupo destacam-se, em ordem decrescente, as regiões Jequitinhonha/Mucuri, Norte de Minas, Mata e Rio Doce; enquanto no segundo, o destaque, em ordem crescente, é para as regiões Triângulo, Alto Paranaíba e Sul de Minas, conforme Tabela 28.

TABELA 28 Relação percentual entre o total de cursos realizados (FPR e PS) e o PIB Agropecuário, em termos percentuais, nas regiões de planejamento de Minas Gerais no ano 2000.

Região de Planejamento		PIB Agropecuário da região (percentual) - 2000	Número de participantes em cursos de FPR - 2000	Número de participantes em cursos de PS - 2000	Número total de participantes (FPR+PS) - 2000	Participação percentual da região no total de cursos	Participação % relativa FPR x %PIB agropecuário	Participação % relativa PS x %PIB agropecuário	Participação % relativa FPR+PS x %PIB agropecuário
I	Central	10,2	2.398	913	3.310	10,91	2,35	0,89	3,25
II	Mata	9,9	3.239	1.233	4.472	14,74	3,27	1,25	4,52
III	Sul de Minas	23,0	3.679	1.179	4.858	16,01	1,60	0,51	2,11
IV	Triângulo	14,1	1.282	464	1.746	5,76	0,91	0,33	1,24
V	Alto Paranaíba	10,8	1.311	320	1.631	5,38	1,21	0,30	1,51
VI	Centro-Oeste de Minas	7,3	1.794	574	2.368	7,81	2,46	0,79	3,24
VII	Noroeste de Minas	6,5	1.319	618	1.938	6,39	2,03	0,95	2,98
VIII	Norte de Minas	7,3	2.796	1.475	4.271	14,08	3,83	2,02	5,85
IX	Jequitinhonha/Mucuri	4,8	2.149	955	3.104	10,23	4,48	1,99	6,47
X	Rio Doce	6,3	1.916	720	2.636	8,69	3,04	1,14	4,18
Minas Gerais		100	21.883	8.451	30.334	100,00	2,19	0,85	3,03

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados de pesquisa do SENAR (2004) e FJP (2002).

Esses dados indicam uma tendência de maior atuação das parcerias locais do SENAR na realização dos cursos em regiões cujas características dominantes são pecuária extensiva; pequena propriedade, com forte presença da agricultura familiar não integrada; um menor peso na agropecuária do estado; uma maior ocupação agropecuária; uma agropecuária realizada em bases técnicas de menor sofisticação tecnológica.

A dinâmica ocupacional na agropecuária mineira é determinada pela inversão tecnológica; seu incremento nas regiões mineiras, como demonstram os dados censitários do IBGE, deve-se ao uso de máquinas e implementos agrícolas (Tabela 29). Houve aumento no número de tratores entre 1985/1995 em todas as regiões, destacando-se a Central, Alto Paranaíba, Centro-Oeste e Noroeste, com os maiores aumentos, respectivamente de 76,89%, 72,49%, 63,5% e 56,23%. A menor variação ocorreu no Norte de Minas, que cresceu apenas 20,53%. No estado, o aumento no número de tratores foi de 48,4%.

A magnitude da inversão tecnológica no estado também é demonstrada pelo aumento no uso de arados de tração mecânica, que se verificou em todas as regiões, tendo sido maior nas regiões Central (64,85%), Alto Paranaíba (50,17%), Centro-Oeste (42,02%) e Noroeste (40,04%). Esse aumento pode ser oposto à redução no uso de arados tracionados por animal, que foi maior nas regiões cuja agricultura tem perfil de maior especialização e demanda tecnológica, destacando-se dentre estas o Triângulo (-63,33%), Alto Paranaíba (-51,48) e Noroeste mineiro (-41,91). Nas regiões Rio Doce, Mata, Jequitinhonha/Mucuri e Norte de Minas, ocorreram as menores reduções no uso dessa técnica no período, respectivamente em 6,53%, 20,98%, 20,99% e 25,38%, conforme a Tabela 29. Este dado corrobora o caráter da agricultura destas regiões ter um perfil de menor emprego de tecnologias modernas, privilegiando recursos mais rústicos e de maior disponibilidade de uso frente às

demandas ocupacionais locais, característicos da agricultura familiar periférica e ou tradicional.

TABELA 29 Máquinas e implementos agrícolas, segundo regiões de planejamento, Minas Gerais, 1985/1995.

Região de Planejamento	Arados								
	Tratores			Tração animal			Tração mecânica		
	1985	1995	Variação % 1995/1985	1985	1995	Variação % 1995/1985	1985	1995	Variação % 1995/1985
Minas Gerais	60.421	89.667	48,40	172.749	118.351	(31,49)	48.438	63.680	31,47
Central	5.101	9.023	76,89	28.282	18.590	(34,27)	3.434	5.661	64,85
Mata	3.082	4.059	31,70	29.718	23.483	(20,98)	1.749	2.130	21,78
Sul de Minas	18.405	27.400	48,87	30.159	19.428	(35,58)	14.952	20.409	36,50
Triângulo	11.947	15.849	32,66	6.442	2.362	(63,33)	11.546	12.386	7,28
Alto Paranaíba	5.539	9.554	72,49	10.369	5.031	(51,48)	4.353	6.537	50,17
Centro-Oeste	4.268	6.978	63,50	17.362	10.623	(38,81)	3.739	5.310	42,02
Noroeste	4.279	6.685	56,23	6.585	3.825	(41,91)	3.514	4.921	40,04
Norte de Minas	4.594	5.537	20,53	30.045	22.420	(25,38)	3.044	3.675	20,73
Jequitinhonha/Mucuri	1.321	1.882	42,47	2.063	1.630	(20,99)	849	1.114	31,21
Rio Doce	1.885	2.700	43,24	11.724	10.959	(6,53)	1.258	1.537	22,18

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário – 1985, 1995/96.

Seguindo a análise quanto à diversificação do padrão tecnológico na agricultura mineira, uma maneira de verificar a diferenciação regional quanto ao perfil da agricultura predominante é com base na relação entre a área e o uso de tratores. Assim, tomando-se o ano de 1995, segundo dados do Censo Agropecuário, as regiões cujo perfil é o de ser mais expressiva a unidade de produção menos tecnificada são aquelas que apresentam maior relação área cultivada/trator. Dentre essas regiões, destacam-se Rio Doce, com cerca de 112 ha cultivados /trator e Mata, com 109,8 ha cultivados/trator. Dentre as regiões de agricultura mais tecnificada, o Sul de Minas se destaca, com 32,6 ha cultivado/trator (Tabela 30).

TABELA 30 Relação área cultivada/trator – Minas Gerais e regiões – 1995.

Regiões	1995
	Área (ha)/Trator
Central	37,2
Mata	109,8
Sul de Minas	32,6
Triângulo	38,0
Alto Paranaíba	46,7
Centro-Oeste de Minas	36,8
Noroeste de Minas	59,1
Norte de Minas	56,6
Jequitinhonha/Mucuri	97,5
Rio Doce	111,7
Minas Gerais	46,5

Fonte: FJP (2002); IBGE, Censo Agropecuário – 1995/96.

Os cursos do SENAR, no estado de Minas Gerais, podem ser analisados também tomando-se a média do número de cursos realizados por município em cada região no período estudado. Assim, as regiões com maior número médio de cursos por município são Norte de Minas, Noroeste e Jequitinhonha/Mucuri, com 89, 72 e 67 cursos, em média, por município, respectivamente. Já as regiões em que esse número foi menor são o Sul de Minas, Central e o Triângulo, que tiveram 32, 36 e 38 cursos, em média, respectivamente, como mostrado na Tabela 31.

TABELA 31 Número médio de cursos de FPR e PS por município, segundo as regiões de Minas Gerais - 1993 a 2003.

Região	Média de cursos por município		
	FPR	PS	(FPR + PS)
I – Central	26	10	36
II – Mata	29	10	39
III – Sul de Minas	24	7	32
Continua...			

TABELA 31 Continuação.

Região	Média de cursos por município		
	FPR	PS	(FPR + PS)
IV – Triângulo	28	10	38
V – Alto Paranaíba	33	8	41
VI – Centro-Oeste de Minas	33	10	43
VII – Noroeste de Minas	50	22	72
VIII – Norte de Minas	59	29	89
IX – Jequitinhonha/Mucuri	47	19	67
X – Doce	34	12	46

Fonte: banco dados do SENAR-MG (2004).

Percebe-se pela Tabela 31, que há uma maior concentração dos cursos por municípios em regiões de agropecuária extensiva e ou de agricultura familiar não integrada. Isto recoloca a indagação sobre o porquê de o SENAR, sendo uma organização patronal e “modernizadora”, investir em aprendizagem rural com mais intensidade em segmentos não integrados à tecnificação e ao agronegócio – casos do Norte e Jequitinhonha/Mucuri – em detrimento das regiões de maior integração agropecuária. Em resposta, considera-se a possibilidade de ser menor o interesse dos segmentos patronais tecnificados em qualificar pessoal, em razão destes segmentos optarem por contratar mão-de-obra já qualificada, ou então contarem com a possibilidade de capacitá-la por meio dos setores ou responsáveis técnicos pela nova tecnologia inserida no processo produtivo.

Outra vertente de explicação é encontrada na análise da trajetória do meio rural brasileiro em que, principalmente nas regiões de maior estagnação econômica, o capital político constitui-se num ativo cuja conquista é baseada em relações clientelísticas. Assim, existe a possibilidade de as agências de mediação – geralmente parceiras locais do SENAR - usarem os cursos como fator de auto promoção política nas suas áreas de ação. Ou seja, situações em que alguns

dirigentes dessas organizações parceiras constroem seu perfil de realizador incluindo entre suas ações a realização do maior número de cursos possíveis. Esse aspecto poderia ser considerado positivo se não houvesse maior concentração de cursos em determinados municípios, em detrimento de outros, e que dos cursos participasse o maior número possível de pessoas diferentes, ao contrário do que foi constatado nesta pesquisa, em que o número médio de cursos por pessoa entrevistada foi de 3,3, como será visto adiante.

5.2.2 Os cursos do SENAR nos municípios de origem dos entrevistados

Com o perfil econômico caracterizado por importante participação da agropecuária na economia e com maior ocupação neste setor, conforme visto anteriormente, os municípios de origem dos entrevistados nesta pesquisa são, na sua maioria, pequenos, em termos populacionais. Novo Cruzeiro e Mutum estão entre os mais populosos, com 30.453 e 26.693 habitantes, respectivamente, segundo o censo demográfico de 2000. Os demais têm menos de 20.000 habitantes, sendo Pimenta e Santana de Pirapama, com 7.824 e 8.616 habitantes em 2000, respectivamente, os dois menos populosos.

Acompanhando a tendência de urbanização do estado e das regiões, esses municípios tiveram, nos anos 1990, um incremento na população urbana, muito embora em cinco deles haja predominância da população rural sobre a urbana. Em 2000, os três municípios com maior variação percentual no grau de urbanização, ou seja, na relação entre a população urbana e a população total, foram Simonésia, Santana de Pirapama e Arinos, sendo que, apenas neste último a população urbana ultrapassou a rural, conforme pode ser visto na Tabela 32.

TABELA 32 Grau de urbanização em Minas Gerais, segundo as regiões e os municípios pesquisados, 1991.

Região/município	1991	2000	Varição percentual
Minas Gerais	74,87	82,00	8,70
Região Central	87,33	92,33	5,42
Santana de Pirapama	25,35	33,59	24,53
Região Zona da Mata	69,21	76,67	9,73
Simonésia	25,06	38,42	34,77
Sul de Minas	69,21	76,67	9,73
Nova Resende	44,90	51,26	12,41
Triângulo	87,46	91,50	4,42
Monte Alegre	65,96	70,38	6,28
Alto Paranaíba	76,37	83,88	8,95
Campos Altos	89,61	90,64	1,14
Centro-Oeste	79,39	85,59	7,24
Pimenta	72,21	78,40	7,90
Noroeste de Minas	61,14	74,72	18,17
Arinos	43,41	57,24	24,16
Norte de Minas	54,74	64,51	15,14
Grão Mogol	26,56	33,96	21,79
Jequitinhonha/Mucuri	50,67	58,51	13,40
Novo Cruzeiro	21,14	27,51	23,16
Rio Doce	66,92	75,86	11,78
Mutum	36,14	44,63	19,02

Fonte: Censo demográfico do IBGE (1991 e 2000).

A incidência dos cursos do SENAR nesses municípios, quando confrontada com o número de pessoal ocupado na agropecuária municipal, requer uma análise cuidadosa, uma vez que, por ser freqüente a realização de mais de um curso por uma mesma pessoa, certamente o número de capacitandos do município pode estar expressando um quantitativo bem superior ao número de pessoas computado na ocupação. A constatação disso está no fato de que, entre os egressos entrevistados, mais da metade fez no mínimo, três cursos do SENAR. Portanto, ao se analisar a relação percentual entre o número de

capacitandos e o pessoal ocupado na agropecuária nos municípios de origem dos pesquisados, como mostrado na Tabela 33, verifica-se que, no município de Arinos, essa relação é de, aproximadamente, 83%, o que não pode significar que este percentual do pessoal ocupado deste município tenha feito cursos pelo SENAR.

TABELA 33 Relação entre o número de pessoal ocupado na agropecuária em 2000 e o número de cursos do SENAR, no período de 1993 a 2003, nos municípios amostrados.

Município	Número	Pessoal ocupado na agropecuária em 2000		Número de cursos e de capacitandos egressos entre 1993 e 2003		Relação percentual entre o número de capacitando e pessoal ocupado na agropecuária
		Número total	Percentual da ocupação	Total de cursos	Total de capacitandos atendidos	
Santana de Pirapama	1.892	54,54	54	579	30,60	
Simonésia	4.612	69,58	52	581	12,60	
Nova Resende	5.102	68,26	59	602	11,80	
Monte Alegre	3.208	42,08	115	1.253	39,06	
Campos Altos	2.817	50,15	63	613	21,76	
Pimenta	2.194	55,52	36	382	17,41	
Arinos	1.904	35,38	133	1.582	83,09	
Grão Mogol	1.687	41,64	73	836	49,56	
Novo Cruzeiro	6.739	67,93	100	1.036	15,37	
Mutum	7.146	61,76	91	995	13,92	

Fonte: FJP (2002) e informações do banco de dados do SENAR (2004).

Tomando como exemplo a atividade de pecuária de leite, para que ela seja desenvolvida de modo eficiente e produtiva, espera-se bom desempenho da mão-de-obra envolvida nas seguintes ocupações elencadas de acordo com SENAR (2002):

- a) Trabalhador na bovinocultura de leite/manutenção de instalações e atividades complementares – envolve os seguintes temas:

“contenção, identificação, cuidados com bezerros recém-nascidos, descorna, escrituração zootécnica e avaliação do peso com fita torácica”, “cuidados sanitários gerais, como a aplicação de medicamentos e controle de carrapatos”, “ordenha (manual): higiene e qualidade do leite e controle de mamite”. Carga horária do curso de 32 horas-aula.

- b) Trabalhador na bovinocultura de leite/alimentação, que envolve os seguintes temas: “alimentação e nutrição (noções básicas)”, “conservação de forragens pelo método de silagem”, “conservação de forragens pelo método de fenação”, “cana -de-açúcar enriquecida com uréia”, “preparo de alimento concentrado” e “fornecimento de alimento por categoria animal”. Carga horária do curso de 32 horas-aula.
- c) Trabalhador na bovinocultura de leite/atividades complementares (casqueamento), sendo estes os temas: “anatomia do aparelho locomotor”, “higienização de instalações”, “contenção do animal”, “casqueamento”, “preparo e aplicação de soluções desinfetantes” e “aplicação de medicamentos e bandagens nos cascos”. Carga horária do curso de 24 horas-aula.
- d) Trabalhador na bovinocultura de leite/inseminação artificial – temas trabalhados nas habilidades específicas: “requisitos para a inseminação artificial: histórico da inseminação artificial, vantagens e limitações e o perfil do inseminador”, “matrizes em cio: sinais de cio e momento ideal para a inseminação”, “aparelho reprodutor da fêmea”, “montagem do aplicador”, e “inseminação da vaca: contenção e higienização, e deposição do sêmen no colo do útero”. Carga horária de 32 horas-aula.

Conforme mencionado anteriormente, em todos esses cursos, assim como nos demais - de Formação Profissional Rural (FPR) e de Promoção Social (PS) -, oferecidos pelo SENAR, são trabalhadas superficialmente as habilidades básicas que tratam da auto-estima, da saúde e segurança no trabalho, bem como da preservação ambiental; além das habilidades gerenciais que também são trabalhadas sem aprofundamento e que tratam da organização, planejamento e avaliação do trabalho e, em alguns casos, do associativismo.

Como visto acima, uma atividade produtiva, como a pecuária leiteira, envolve várias ocupações e que no segmento da agricultura familiar cuja característica, dentre outras apontadas por Abramovay (1998) e FAO/INCRRA (1995), é a diversificação de atividades, tais ocupações são desenvolvidas, geralmente, pela mesma pessoa. A diversidade de atividades e ocupações da agricultura familiar, envolvendo o mesmo trabalhador na execução das tarefas, requer desse trabalhador múltiplas habilidades e conhecimentos a fim de não serem comprometidas a eficiência e a qualidade da produção. Ou seja, um trabalhador rural nessas circunstâncias é demandado em várias atividades na propriedade, desde serviços que envolvam preparo de solo, plantios e cuidados com lavouras e ou plantas forrageiras, até outros eventuais como construção e manutenção de cercas, aguadas e de outras instalações rurais, além de operação e manutenção de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas. Desse modo, na formação de turmas para a realização de cursos, há que se verificar sua homogeneidade não somente quanto aos aspectos da formação, mas também a outros que são levados em conta no processo da aprendizagem. A não observância dessa condição pode comprometer a eficiência das ações desenvolvidas.

A importância de se ter homogeneidade nas turmas de capacitandos é percebida analisando-se o fato de que, geralmente, ocorre de um determinado produtor rural ter interesse em capacitar o seu empregado que, entre outras

atividades que realiza, também trabalha com o trator da propriedade e que às vezes aprendeu ali mesmo por curiosidade e necessidade do serviço. Situações semelhantes a esta podem ocorrer na comunidade ou região, além também de serem, em alguns casos, os próprios produtores rurais os interessados em se capacitarem nessa ocupação de tratorista, o que contribui para a formação de uma turma para a capacitação na ocupação de operador de máquinas agrícolas (tratorista). Por isso, podem ser mobilizadas e formadas turmas que apresentem muito ou pouca heterogeneidade de perfil. Isto é possível, uma vez que há prazo a ser cumprido entre a aprovação dos eventos planejados e sua execução e existam algumas dificuldades nesse processo de mobilização. Uma delas é que, com raras exceções, faltam condições para que o mobilizador se desloque pelo município e região para contatar a clientela em sua realidade de trabalho e vida familiar e promover homogeneidade de turma.

Outra dificuldade é que, em alguns casos, a pessoa responsável pela mobilização e formação das turmas de capacitandos acumula outras funções com esta de mobilizador, faltando-lhe tempo para melhor realização desta função, uma vez que ela implica em deslocamento pelos empreendimentos e comunidades rurais. Além desse aspecto, ocorre de, em alguns casos, ser o mobilizador estranho ao universo das ocupações rurais, o que dificulta também o seu trabalho de mobilização.

Pelos tipos e quantidade de cursos feitos pelos egressos entrevistados no período pesquisado, é possível dimensionar as demandas ocupacionais. Os 60 entrevistados fizeram um total de 196 cursos entre 1993 e 2003. Dos 40 tipos de cursos de FPR e PS realizados, os mais frequentes foram: administração rural, com 8,2% do total (16 cursos); bovinocultura de leite, com 7,7% (15 cursos); inseminação artificial, 7,7% (15 cursos); derivados do leite e doces e compotas, totalizando 6,1% cada um (12 cursos de cada) e de operação e regulação de

trator agrícola, 5,1% do total (10 cursos). A Tabela 34 mostra a relação e o total desses cursos.

TABELA 34 Relação dos cursos do SENAR feitos pelos egressos entrevistados, entre 1993 e 2003.

Tipos de cursos	Total	Percentual	Tipos de cursos	Total	Percentual
Administração rural	16	8,2	Desidratação de flores	1	0,5
Agente sanitário	2	1,0	Doces e compotas	12	6,1
Apicultura	2	1,0	Doma racional	6	3,1
Aplicação de defensivos	5	2,6	Embutidos e defumados	6	3,1
Artesanato com argila	1	0,5	Floricultura	1	0,5
Artesanato em palha	1	0,5	Fruticultura	3	1,5
Associativismo	8	4,1	Horticultura	6	3,1
Avicultura	2	1,0	Inseminação artificial	15	7,7
Bordado	1	0,5	Manejo de bezerros	2	1,0
Bovinocultura de corte	4	2,0	Minhocultura	2	1,0
Bovinocultura de leite	15	7,7	Picles e conservas	7	3,6
Caprinocultura	3	1,5	Pintura de tecidos	6	3,1
Casqueamento	1	0,5	Plantas medicinais	6	3,1
Cerqueiro	1	0,5	Plantio de café	3	1,5
Compostagem	2	1,0	Produção de aguardente	1	0,5
Cooperativismo	3	1,5	Piscicultura	2	1,0
Costureira	6	3,1	Rédea	5	2,6
Culinária	4	2,0	Terrereiro	3	1,5
Degustação de café	3	1,5	Tratorista	10	5,1
Derivados do leite	12	6,1	Vaqueiro	7	3,6
Total de cursos			196	100,0	
Total de egressos				60	
Média de cursos por egresso				3,3	

Fonte: pesquisa de campo, 2004.

Analisando-se a distribuição dos cursos, apresentada na Tabela 34, em relação à agropecuária dos municípios de origem dos entrevistados nesta pesquisa, verifica-se uma tendência de ajustamento dos cursos à agropecuária local. Assim, tomando-se como exemplo a atividade da pecuária leiteira, que é presente em todos os municípios do estado, verifica-se a ocorrência de cursos

relacionados a esta atividade na maioria destes municípios, sendo estas as maiores freqüências de municípios atendidos: inseminação artificial, 15 cursos em 7 municípios; derivados do leite, 12 cursos em 7 municípios; bovinocultura de leite, 15 cursos em 6 municípios e vaqueiro, 7 cursos em 5 municípios. Da mesma forma, tomando-se a atividade relacionada ao cultivo do café, verifica-se que a ocorrência dos cursos relacionados a esta atividade, tais como: plantio de café, terrereiro e degustação de café, se deu nos municípios mais identificados com esta lavoura, dentre os pesquisados. Como suporte a estas e a outras atividades produtivas, verificou-se a ocorrência, com uma certa freqüência, dos cursos de administração rural em regime de economia familiar (16 cursos em 6 municípios) e de tratorista (10 cursos em 6 municípios).

Cabe destacar também que foi identificada uma tendência de terem os egressos entrevistados um perfil pluriativo. Esta afirmação é corroborada pela quantidade de alguns cursos que eles fizeram voltados para atividades não agrícolas, como o de doces e compotas: 12 cursos em 6 municípios; costureira, que totalizou 6 cursos feitos em 5 municípios, semelhante aos 6 cursos de pintura em tecidos distribuídos em 5 municípios; picles e conserva, 7 cursos em 4 municípios; culinária, 4 cursos em 3 municípios, além de outros cursos com menor freqüência, como agente sanitário, artesanatos em argila, palha, bordado, etc. São atividades que se inserem no que Carneiro (1999) e Graziano da Silva & Del Grossi (1997) ponderam sobre o espaço rural marcado por crescente tendência da população residente no campo - agricultores e trabalhadores rurais - buscarem outras atividades que não aquelas do cotidiano agrícola, com o interesse de elevar renda e melhorar o desempenho produtivo nas atividades que desenvolve ou que pode vir a desenvolver.

Além disso, as pessoas aproveitam a oportunidade de realização desses cursos para estreitarem os relacionamentos, trocarem experiências e aprendizados, discutirem planos e idéias em conjunto visando melhores

condições de vida para o grupo e seus familiares, além de discutirem sobre as condições e oportunidades de trabalho e de ocupação que o lugar onde vivem oferece, bem como sobre os serviços públicos disponíveis em quantidade e qualidade. Nestes cursos existem, portanto, momentos em que se verifica a possibilidade de incremento da proximidade social.

Entretanto, não se pode garantir que sejam tais cursos, assim como outros sobre outros temas desenvolvidos pela organização estudada, pelo que propiciam de aumento na base de conhecimento e nas relações sociais entre os participantes, suficientes para que o desenvolvimento local se realize. Mais do que isso, conforme Dowbor (1995), Santos (1996) e Abramovay (1999) ponderam, é preciso que haja uma articulação entre os diversos atores sociais locais mais o Estado na construção de projetos econômicos, sociais e culturais que desenvolvam as potencialidades locais, revertendo os resultados em benefício da coletividade. Com base nas reflexões destes autores, é possível afirmar que formação técnica é importante no processo de desenvolvimento local, mas é pouco provável que o seja desacompanhada de outros fatores que integram o conjunto de articulações sociais, como referido acima.

Para analisar a composição, caráter e possível utilização das capacitações, os cursos relacionados na Tabela 34 foram agrupados nas seguintes categorias:

- capacitação para a agropecuária;
- capacitação para a indústria rural;
- capacitação para serviços rurais e
- capacitação para atividades não-agrícolas.

Na Tabela 35 observa-se o total de cursos realizados nos municípios de origem dos egressos amostrados na pesquisa, em cada uma dessas capacitações.

TABELA 35 Categorização dos cursos feitos pelos egressos entrevistados.

Tipos de cursos	Quantidade de cursos realizados										Total	Percentual
	Campos Altos	Monte Alegre	Arinos	Mutum	Simonésia	Grão Mogol	Novo Cruzeiro	Santana do Pirapama	Pimenta	Nova Resende		
Capacitação para produção agropecuária	6	8	17	9	4	4	6	7		11	73	37,24
Capacitação para indústria rural	4	1	5	9	4	3	1	4	4	6	41	20,92
Capacitação para serviços rurais	1	4	12	6	2		5	9	1	12	52	26,53
Capacitação em atividades não-agrícolas	4	1	7	4		3	5	2	2	2	30	15,31
Soma de cursos feitos pelos entrevistados	15	14	41	28	10	10	17	22	8	31	196	100,00
Número de entrevistados	4	7	11	9	3	6	4	4	4	8	60	
Média de curso por entrevistado	3,8	2,0	3,7	3,1	3,3	1,7	4,3	5,5	2,0	3,9	3,3	

Fonte: dados da pesquisa, 2004.

Analisando-se o número de cursos, segundo as categorias de capacitações apresentadas na Tabela 35, entre os municípios e entre os egressos entrevistados tem-se que, no caso da capacitação para produção agropecuária, foram realizados 73 cursos em 16 modalidades diferentes, numa média de 7,3 cursos por município, correspondendo a 37,2% do total de cursos feitos por esses egressos, como mostrado na Tabela 36.

TABELA 36 Cursos de capacitação para produção agropecuária feitos pelos egressos entrevistados.

Tipos de cursos	Campos Altos	Monte Alegre	Arinos	Mutum	Simonésia	Grão Mogol	Novo Cruzeiro	Santana do Pirapama	Pimenta	Nova Resende	Frequência de municípios	Total	Percentual	Percentual sobre o Total
Aplicação de defensivos								1	1	3	3	5	6,85	2,55
Apicultura			2								1	2	2,74	1,02
Avicultura			2								1	2	2,74	1,02
Bovinocultura de corte						3		1			2	4	5,48	2,04
Bovinocultura de leite	1	4	4	2			2	2			6	15	20,55	7,65
Caprinocultura			3								1	3	4,11	1,53
Compostagem	1									1	2	2	2,74	1,02
Floricultura				1							1	1	1,37	0,51
Fruticultura	1	2									2	3	4,11	1,53
Horticultura	2		2	1				1			4	6	8,22	3,06
Inseminação artificial	1	2	4	3			2	2		1	7	15	20,55	7,65
Manejo de bezerros										2	1	2	2,74	1,02
Minhocultura										2	1	2	2,74	1,02
Plantas medicinais				1	1	1	1			2	5	6	8,22	3,06
Plantio de café					3						1	3	4,11	1,53
Piscicultura				1			1				2	2	2,74	1,02
Total	6	8	17	9	4	4	6	7	1	11		73	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Na análise do perfil dos participantes destes cursos (Tabela 36) observou-se que 34 dos entrevistados estiveram envolvidos com essa capacitação para a produção agropecuária. Destes, 24 são agricultores familiares, sendo 14 consolidados, 3 em transição e 6 são considerados periféricos; 7 são assalariados, sendo 6 rurais e um urbano e, dos quatro restantes, 3 são estudantes e uma é dona de casa.

Os dados da Tabela 36 indicam também a prevalência desse tipo de capacitação, em comparação às demais nas outras atividades, embora aquém do número de envolvidos diretamente com a produção, 35, como será visto adiante, sendo 21 exclusivamente produtores rurais e 14 que combinam produção com assalariamento rural. Dentre essas capacitações, o destaque é para as

desenvolvidas nos temas *bovinocultura de leite e inseminação artificial*, que representam 21% do total cada; *plantas medicinais e horticultura*, 8% cada; e *aplicação de defensivos* com 7%. Essas cinco modalidades de capacitação, voltadas para a agropecuária e desenvolvidas por esses agricultores, representam 65% das 16 nesse grupo, o que pode revelar maior interesse desses capacitandos por tais atividades. Contudo, destaca-se a pecuária leiteira pela sua capacidade de gerar renda com maior persistência que as demais, sendo uma atividade presente na maioria das unidades de produção familiares e em todas as regiões e municípios de Minas Gerais. É uma atividade subsidiada por outras que lhe dão suporte e que exigem especificidades de conhecimento na execução, como, por exemplo, a inseminação artificial e a aplicação de defensivos.

A horticultura tem destaque econômico pelo que sua produção envolve de pessoal, tanto na produção como no consumo. Importante na alimentação de grande parte dos brasileiros, essa atividade se destaca por demandar pequenas áreas para o cultivo de determinadas hortaliças e legumes, sendo praticada por muitos agricultores familiares. O destaque encontrado para o tema *plantas medicinais* como objeto de capacitação para agropecuária é que, não somente pela cultura das populações rurais, mas também do meio urbano, a utilização de ervas e produtos fitoterápicos é valorizada por muitas pessoas. Esse aspecto constitui-se em motivação para a exploração dessa atividade, tanto em âmbito comercial como doméstico, o que pode ser visto na expressão da procura por capacitação nesta área produtiva revelada pelos dados da Tabela 36.

Na produção agropecuária, além de sua importância direta no comércio, consumo e noutras formas de utilização dos produtos na sua forma primária, destaca-se a forma indireta que advém da transformação ou processamento. Dessa forma, a pesquisa identificou a ocorrência de capacitações para a indústria rural entre alguns dos entrevistados.

A indústria rural é uma atividade importante, não somente pelo seu aspecto econômico mas pelo social, uma vez que envolve desde o processamento artesanal de produtos agroalimentares até outros, como objetos e utensílios domésticos ou mesmo artesanato para fins decorativos. Nesses processos artesanais destaca-se, dentre outros aspectos, o seu lado operacional que, em algumas situações, não demanda grandes espaços ou investimentos econômicos de partida para sua prática. O desenvolvimento dessa atividade geralmente ocorre no ambiente doméstico e do qual podem participar adultos, jovens e, em algumas situações, até crianças.

Assim, no período analisado, foram realizados 41 cursos distribuídos em 8 modalidades, para capacitação no tema da indústria rural entre os 10 municípios. Dentre estas modalidades, os cursos que mais se destacaram foram: derivados do leite, 12 cursos em 7 municípios, representando 29,3% do total de cursos para esse tipo de capacitação; doces e compotas, 12 cursos em 6 municípios, 29,3% do total; picles e conservas, 7 cursos em 4 municípios, 17,1% do total e o de embutidos e defumados, com um total de 6 cursos em 3 municípios, representando 14,6% das capacitações voltadas para a indústria rural. Esses quatro tipos de cursos representam 90,3% do total de capacitações para indústria rural, conforme mostrado na Tabela 37.

TABELA 37 Cursos de capacitação para indústria rural, concluídos pelos egressos entrevistados.

Tipos de cursos	Campos Altos	Monte Alegre	Arínos	Mutum	Simonésia	Grão Mogol	Novo Cruzeiro	Santana do Pirapama	Pimenta	Nova Resende	Frequência de municípios	Total	Percentual sobre o Total
Artesanato com argila								1		1	1	2,44	0,51
Artesanato em palha			1							1	1	2,44	0,51
Derivados do leite	1	1	4	2	1	1	2			7	12	29,27	6,12
Continua...													

TABELA 37 Continuação.

Tipos de cursos	Campos Altos	Monte Alegre	Arinos	Mutum	Simonésia	Grão Mogol	Novo Cruzeiro	Santana do Pirapama	Pimenta	Nova Resende	Frequência de municípios	Total	Percentual sobre o Total
Desidratação de flores							1			1	1	2,44	0,51
Doces e compotas	1	3	2	2				1	3	6	12	29,27	6,12
Embutidos e defumados	1		2						3	3	6	14,63	3,06
Picles e conservas	1	2	2					2		4	7	17,07	3,57
Produção de aguardente								1		1	1	2,44	0,51
Total	4	1	5	9	4	3	1	4	4	6	41	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

O quadro que aponta o perfil dos participantes destes cursos da Tabela 37 é composto de 21 dos egressos entrevistados, sendo 12 agricultores, 3 assalariados, 4 donas de casa e 2 profissionais autônomos (não rurais). Entre esses doze agricultores, seis são considerados como tendo o perfil de periféricos, um grupo de cinco é de agricultores consolidados e um deles é considerado em transição. Um aspecto que destaca esse grupo de participantes é que a maioria é composta por mulheres.

Os dados da Tabela 37 confirmam a importância da agropecuária no contexto econômico do rural, cabendo destacar o fato de que produtos vegetais e de origem animal são transformados de modo artesanal e, geralmente, são restritos a pequenos mercados, como o das localidades de origem dos entrevistados. Isso garante o envolvimento e a permanência de muitos pequenos produtores rurais nestas atividades produtivas. O processamento artesanal tem como peculiaridades os aspectos culturais de quem os produz e consome, além de diferentes lógicas de produção, o que contribui para diferenciá-los dos industrializados, agregando valor e qualidade, uma vez que processados têm a vida útil para consumo prolongada. É o caso do processamento de leite, frutas e de outros produtos de origem vegetal e animal, oriundos das unidades de

produção dos entrevistados. São atividades que reúnem várias tarefas na sua execução, o que lhes confere importância social pela possibilidade de criação de ocupação e renda para a população rural.

Esses aspectos observados na capacitação dos pesquisados certamente contribuem para o desenvolvimento local. Comum aos estudos sobre o desenvolvimento local é a afirmação de que o “local” ou a “localidade” é o “lugar” onde se dá o desenvolvimento (Santos, 1996), pois é, como afirma Rosa (2001), “onde ocorrem os empreendimentos familiares agrícolas e não-agrícolas”. Assim, a realidade dos egressos pesquisados, revelada em parte pelos dados da Tabela 37, permite considerar que os entrevistados nesta pesquisa, envolvidos com a produção agropecuária ou seu processamento, pelo conhecimento que têm das especificidades de seus locais de origem, procuram desenvolver atividades produtivas que lhes garantam o sustento, numa perspectiva de busca por melhorias nos processos produtivos. Daí seu envolvimento em capacitações.

Alguns dos serviços rurais foram objeto de capacitações realizadas pelo SENAR no período pesquisado. Dentre os 40 diferentes cursos de que participaram os entrevistados, 9 foram capacitações para a prestação de serviços rurais, num total de 52 cursos, numa média de 5,2 cursos por município e correspondendo a 26,5% do total de cursos feitos pelos 60 egressos amostrados. Na Tabela 38, observa-se essa distribuição, em que 4 desses cursos se destacam pela maior frequência e total observada. São os cursos de administração rural em regime de economia familiar, 16 cursos (30,8%) em 6 municípios; tratorista, 10 cursos (19,2%) em 5 municípios; vaqueiro, 7 cursos (13,5%) em 5 municípios; doma racional, 6 cursos (11,5%) em 4 municípios. Estes quatro tipos de capacitações totalizaram 44 cursos, correspondendo a 84,6% do total deste segmento de serviços, o que demonstra relação entre o interesse dos participantes e a dinâmica da agropecuária, demandando força de trabalho

qualificada para a gestão e outros processos técnicos da produção, assim como em especialidades tradicionais como a de vaqueiro.

TABELA 38 Cursos de capacitação para serviços rurais, concluídos pelos egressos entrevistados.

Tipos de cursos	Campos Altos	Monte Alegre	Arinos	Mutum	Simonésia	Grão Mogol	Novo Cruzeiro	Santana do Pirapama	Pimenta	Nova Resende	Frequência de municípios	Total	Percentual sobre o Total
Administração rural	1	4	5			3	1	2	6	16	30,77	8,16	
Casqueamento							1		1	1	1,92	0,51	
Cerqueiro						1			1	1	1,92	0,51	
Degustação de café								3	1	3	5,77	1,53	
Doma racional		1	2				2	1	4	6	11,54	3,06	
Rédea		1	2				2		3	5	9,62	2,55	
Terrereiro								3	1	3	5,77	1,53	
Tratorista			2	1		1	2	1	3	5	10	19,23	5,10
Vaqueiro		2	2	1	1		1		5	7	13,46	3,57	
Total	1	4	12	6	2	5	9	1	12	52	100,00		

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Traçando-se o perfil dos participantes nas categorias de cursos relacionados na Tabela 38, tem-se um quadro composto de 29 participantes, em que 17 são agricultores, 9 assalariados, 2 estudantes e um trabalhador rural desempregado. Dos agricultores, 11 são consolidados, 5 são periféricos e apenas um foi caracterizado como em transição. Entre os assalariados, 7 são trabalhadores rurais e dois são empregados de prefeituras. É, portanto, expressivo o número de agricultores e de trabalhadores rurais envolvidos com esse tipo de capacitação, sendo o de trabalhadores rurais superior ao encontrado nas categorias de capacitação anteriores, bem como na categoria de capacitação em atividades não-agrícolas, discutida adiante. Isto demonstra focalização da categoria de capacitação para serviços rurais no segmento de agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Outro destaque a ser feito nos dados da Tabela 38 é que eles permitem afirmar que existe uma tendência de busca por aprendizagens voltadas para a gestão rural.

Em paralelo à redução na ocupação no setor agropecuário mineiro há um cenário de pluriatividade que incorpora parte dos rurais atingidos pela perda de emprego. Nesse cenário, às vezes ocorrem situações em que pessoas ocupadas na agropecuária procuram desenvolver alguma atividade não-agrícola, buscando aumentar a renda ou a obtenção de outras vantagens importantes ao dia-a-dia doméstico ou social e familiar (Carneiro, 1999; Graziano da Silva & Del Grossi, 1998). Foram desenvolvidas sete diferentes capacitações em atividades não-agrícolas, num total de 30 cursos, sendo uma média de três por município e correspondendo a 15,3% do total de 196 cursos de que participaram os 60 egressos entrevistados nesta pesquisa. Dentre os cursos realizados destacam-se os que tratam da organização comunitária - com ênfase no associativismo rural, num total de 8 cursos, mas apenas em dois municípios; os de corte e costura, num total de seis cursos distribuídos em 5 municípios, semelhante em quantidade e frequência ao curso de pintura em tecido e os cursos de alimentação e nutrição, com ênfase na higiene, conservação e armazenamento de alimentos, em que foram realizados 4 cursos em 3 municípios. Na Tabela 39 está mostrada essa distribuição.

Os entrevistados participantes dos cursos inseridos na categoria de capacitação apresentada na Tabela 39 totalizam 21 pessoas com as seguintes ocupações: são 8 agricultores familiares – 2 consolidados e 6 periféricos; 5 assalariados – 3 urbanos e dois rurais; 1 autônomo; 7 outros, dentre os quais 2 estudantes e 5 donas de casa. Nos cursos listados na mesma Tabela, houve maior participação feminina, destacando-se as mulheres sem emprego formal, mas com responsabilidades domésticas, e estudantes. Também foi observada a participação de agricultores familiares periféricos em tais cursos. Esses tipos de

curso integram as atividades trabalhadas pelo SENAR na área de promoção social.

TABELA 39 Cursos de capacitação em outras atividades não-agrícolas, concluídos pelos egressos entrevistados.

Tipos de cursos	Campos Altos	Monte Alegre	Arinos	Mutum	Simonésia	Grão Mogol	Novo Cruzeiro	Santana do Pirapama	Pimenta	Nova Resende	Frequência de municípios	Total	Percentual sobre o Total	
Agente comunitário e sanitário no meio rural				2							1	2	6,67	1,02
Organização comunitária – associativismo	3		5								2	8	26,67	4,08
Organização comunitária – cooperativismo							2			1	2	3	10,00	1,53
Bordado							1				1	1	3,33	0,51
Costureira		1	1	1		2		1			5	6	20,00	3,06
Culinária *								1	2	1	3	4	13,33	2,04
Pintura em tecidos	1		1	1		1	2				5	6	20,00	3,06
Total	4	1	7	4		3	5	2	2	2		30	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

*Higiene, conservação e armazenamento de alimentos.

A apresentação e a discussão sobre os diversos cursos de que participaram os egressos entrevistados e que compõem as categorias de capacitação para produção agropecuária, para indústria rural, para serviços rurais e para atividades não-agrícolas, completam-se com a consideração de que uma parte desses cursos se constitui em formação de mão-de-obra para as diversas ocupações do setor agropecuário, enquanto a outra parte é de cursos que têm uma conotação diferente, ou seja, seus conteúdos que dão caráter a uma formação não são vinculados à demanda do mercado de trabalho no meio rural. Neste grupo estão alguns cursos de promoção social, como costureira, pintura em tecido e bordado, dentre outros.

5.2.3 Os egressos dos cursos do SENAR-MG

A identificação do perfil dos egressos do SENAR-MG foi feita com base nas entrevistas realizadas durante as visitas feitas aos selecionados durante a pesquisa, além das informações demográficas e referentes aos aspectos da ocupação, da renda e da aprendizagem adquirida com os cursos do SENAR.

Entre os 60 egressos entrevistados 38 são homens e 22 mulheres. Esse resultado confirma a importância do espaço rural como gerador de ocupações agrícolas e não agrícolas, cuja divisão do trabalho envolve a participação de homens e mulheres no conjunto das atividades, embora tenha sido observada a prevalência de homens nos cursos de Formação Profissional Rural (FPR), como pode ser visto na Tabela 40.

TABELA 40 Tipos de curso (FPR e/ou PS) concluído pelos egressos, segundo o sexo.

RESPOSTA	SEXO					
	Masculino		Feminino		GERAL	
	Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual	Freqüência	Percentual
Somente FPR	36	60,5	3	4,5	24	40
Mais de FPR que PS	16	26,4	19	31,8	17	28,3
Somente PS	2	2,6	30	50	12	20
Igualmente de ambos	6	10,5	5	9,1	6	10
Mais de PS do que de FPR	0	0	3	4,5	1	1,7
Total	60	100	60	100	60	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Decompondo-se os tipos de cursos mostrados na Tabela 40 nos cursos listados na Tabela 34 constata-se que, nos cursos de promoção social, a participação feminina é predominante ou, em alguns casos, é exclusiva. Prova disso é que nos cursos de artesanato em argila e em palha, de bordado, costureira, culinária e de desidratação de flores, não houve nenhum dos homens

entrevistados como participante. Já nos cursos de plantas medicinais, houve a presença de homens entre os participantes: nos cinco cursos realizados - um por município – teve a participação de 4 mulheres e um homem dentre os entrevistados. Quanto às atividades típicas de ações de Formação Profissional Rural (FPR), existem aquelas que envolvem mais a presença masculina. Para ilustrar, destaca-se entre os cursos o de cerqueiro, que teve a participação de uma mulher. Do mesmo modo aconteceu nos sete cursos de vaqueiro de que participaram 6 homens e uma mulher, dentre os entrevistados; já no curso de doma racional, o quadro de participantes, dentre os entrevistados, só incluiu homens.

No contexto das ocupações agrícolas e não-agrícolas, a necessidade de capacitação é importante a fim de possibilitar ganhos na qualidade do produto ou do trabalho realizado e, por consequência, impactar a renda dos atores envolvidos. Algumas atividades se destacam mais em termos econômicos do que outras que, às vezes, restringem-se ao ambiente doméstico no que se refere a mudanças em hábitos e atitudes. Isto não reduz sua importância, pois pode trazer agregação na qualidade de vida das pessoas, seja por consumo de alimentos com melhor qualidade, seja pelo conforto doméstico, dentre outros aspectos ligados às atividades de promoção social.

Um aspecto do perfil dos egressos de cursos do SENAR considerado nesta pesquisa é a idade. Entre os entrevistados, 86,7% deles encontram-se na faixa etária dos 16 aos 49 anos, ou seja, indivíduos em plena força de trabalho⁴⁸. Dentre esse grupo, a amostra apresentou uma maior percentagem de indivíduos na faixa etária entre 30 e 39 anos (41,67%) e entre 40 e 49 anos (30,0%).

A prevalência da faixa etária entre 30 e 49 anos deve-se, provavelmente, ao fato destes indivíduos assumirem responsabilidades como profissionais, em

⁴⁸ A idade mínima de 16 anos é uma exigência do SENAR para a participação em alguns de seus cursos.

sucessão aos pais, ou familiares na condição de cônjuge e de pai/mãe e serem mais propensos a buscarem novos conhecimentos e técnicas para aplicarem em suas atividades produtivas ou no trabalho como assalariados. Nessa faixa etária, espera-se dos indivíduos maior plenitude de capacidades físicas e maior perspectiva produtiva, em comparação com os mais idosos. Estes últimos têm a vantagem de possuir mais experiência de vida que pode ser utilizada quando lhes são dadas oportunidades de participação. Além desse aspecto positivo, não se deve ignorar a participação econômica dos idosos na formação da riqueza local por meio através dos rendimentos que percebem da aposentadoria. Estes recursos, em muitas situações, representam parte considerável da renda familiar, quando não o todo. Cabe afirmar que não existe proibição da participação de idosos nos cursos do SENAR, o que está de acordo com a proposição de que o aprendizado é uma constante na vida humana, como destacou um dos dois entrevistados com mais de 65 anos. Segundo ele,

“Sempre o homem aprende, e do que aprende faz ele o seu viver”
(A.G.M., entrevistado em Arinos).

Na Tabela 41 encontra-se a distribuição etária dos entrevistados na pesquisa.

TABELA 41 Idade dos egressos entrevistados.

Idade	Frequência	Porcentagem
16 a 29 anos	9	15,00%
30 a 39 anos	25	41,67%
40 a 49 anos	18	30,00%
50 a 64 anos	6	10,00%
Mais de 65 anos	2	3,33%
Total	60	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Observando-se a relação entre a idade e o estado civil dos entrevistados, percebe-se que 77% dos egressos pesquisados são casados e 18% são solteiros. Dentre estes, 64% estão na faixa etária de 16 a 29 anos e 36% na de 30 a 39 anos. Nestas faixas etárias e nas de 40 a 49, 50 a 64 e mais de 65 anos o percentual de egressos casados é, respectivamente, de 4,3%, 41,3%, 39,1%, 10,9% e 4,3%, conforme a Tabela 42.

TABELA 42 Idade dos egressos entrevistados, segundo o estado civil.

Estado civil	Idade (anos)					Total
	16 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	Mais de 65	
Casado(a)	(22%)2	(76%)19	(100%)18	(83%)5	(100%)2	(76,7%)46
Solteiro(a)	(78%)7	(16%)4	-	-	-	(18,3%)11
Viúvo(a)	-	(4%)1	-	-	-	(1,7%)1
Separado(a)	-	(4%)1	-	(17%)1	-	(3,3%)2
Total	(100%)9	(100%)25	(100%)18	(100%)6	100%)2	(100%)60

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Quanto ao número de filhos, os dados da Tabela 43 mostram que a totalidade dos entrevistados casados tem, pelo menos, um filho, enquanto que, entre os solteiros, somente um disse ter apenas um filho. Entre os entrevistados casados, aproximadamente 80% (37) têm, pelo menos, dois filhos; desse total, 41% (15) têm apenas dois filhos e 59% (22), mais de dois.

TABELA 43 Número de filhos dos entrevistados, segundo o estado civil.

Estado civil	Número de filhos										Total	
	Nenhum		Apenas 1		2		3 ou 4		Mais de 4		Freq.	%
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%		
Casado(a)			9	19,6	15	32,6	15	32,6	7	15,2	46	100,0
Solteiro(a)	10	90,9			1	9,1					11	100,0
Viúvo(a)			1	100,0							1	100,0
Separado(a)					2	100,0					2	100,0
Total	10	16,7	10	16,7	18	30,0	15	25,0	7	11,7	60	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Com relação à escolaridade dos entrevistados, cerca de 62% têm, no máximo, até 8 anos de estudo - sendo que quase a metade desse total tem menos de 4 anos de estudo,⁴⁹ e, dentre os 38% com mais de 8 anos, apenas 7%, 4 pessoas, chegaram ao ensino superior, mas apenas dois concluíram os respectivos cursos, conforme Tabela 44.

TABELA 44 Escolaridade dos egressos entrevistados.

Escolaridade, em anos de estudo	Egressos entrevistados		Percentual da população rural de Minas Gerais no ano 2000
	Frequência	Percentual	
Até um ano	1	1,70	39,0
Entre 1 e 4 anos	16	26,70	47,6
Acima de 4 e menos de 8	20	33,30	9,9
Acima de 8 até 11	19	31,70	2,8
Mais de 12	4	6,70	0,7
Total	60	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico, IBGE (2000); e dados da pesquisa, 2004.

Comparando-se o nível de escolaridade dos egressos entrevistados com o nível de escolaridade da população rural do estado, em anos de estudo, segundo o Censo Demográfico do IBGE, verifica-se uma grande vantagem desses egressos nos estratos acima de 4 anos de escolaridade. A população rural do estado apresentava, em 2000, cerca de 39,0% de pessoas, acima de 10 anos, com até um ano de instrução e 47,6% entre um e quatro anos de estudos. Nesta população, os níveis de escolaridade entre 4 e 11 anos de estudo e acima de 11 anos têm as seguintes proporções: 9,9% entre 4 e 8 anos de estudo, 2,8% entre 8 e 11 e 0,7% para acima de 11 anos. Comparativamente às proporções encontradas entre os entrevistados nestes mesmos níveis de escolaridade (33,3%

⁴⁹ É exigência do SENAR a condição de alfabetizado dos candidatos aos cursos de FPR e de PS.

31,3% e 6,7%, respectivamente) constata-se uma maior taxa de abandono da escola na população rural do estado. Entretanto, cabe ressaltar que, por exigir a condição de alfabetizado dos capacitandos nos cursos de FPR e de PS, o SENAR influencia no resultado da comparação entre a escolaridade de seus egressos e a escolaridade da população rural do estado. Escolaridade essa que segue a tendência de ser baixa, sobretudo nos estratos de maior idade, conforme a Tabela 45. A maioria dos entrevistados aponta vários motivos que contribuíram para a não continuidade dos estudos. Entre eles destaca-se a falta de condições financeiras, que foi apontada por alguns deles como o impedimento principal, devido à necessidade de trabalhar para proverem o próprio sustento ou da família. Outros entrevistados, porém, manifestaram o desinteresse pelos estudos como a principal razão do abandono da escola.⁵⁰

TABELA 45 Escolaridade (em anos de escola), segundo a idade.

Idade	Escolaridade (em anos de escola), segundo a idade				Total
	Entre 1 e 4 anos	Acima de 4 e menos de 8	Acima de 8 até 11	Mais de 11	
16 a 27 anos		3	4	2	9
28 a 39 anos	6	11	6	2	25
40 a 51 anos	7	4	7		18
52 a 64 anos	2	2	2		6
Mais de 65 anos	2				2
Total	17	20	19	4	60

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Analisando a sua realidade econômica, alguns dos entrevistados manifestaram o desejo de retornarem à escola, pois acreditam que assim poderão elevar a renda, que consideram ser baixa em função de não terem estudado. No entanto, esses entrevistados lamentam as dificuldades que têm encontrado em

⁵⁰ Entre os entrevistados que manifestaram este motivo para abandonar os estudos, alguns se dizem arrependidos, pois acham que, se tivessem continuado, estariam vivendo em melhores condições, do ponto de vista material.

retornar à escola, principalmente as mulheres casadas, que consideram o não consentimento dos maridos como a maior causa de impedimento.⁵¹

A baixa escolaridade entre os entrevistados, retratada nos dados da Tabela 45, expressa o pequeno alcance das políticas públicas voltadas para a população rural no que se refere à educação. Ou seja, são dados que evidenciam a ausência do Estado para com essa população, pelo não cumprimento do que estabelece ser sua a responsabilidade pela educação da população na faixa etária dos sete aos quatorze anos.⁵² A consequência disso, pelo menos no plano das leis, é o estabelecimento de, no mínimo, uma parte aberta a todos, de entrada acessível, obrigatória e, principalmente, de permanência compulsória, como destacado por Cunha (1991, p. 117). Entretanto, a realidade dos entrevistados, marcada pela falta de condições de acesso e ou permanência na escola, somada à baixa qualidade da educação oferecida no meio rural, se assemelha à de um universo maior de pessoas excluídas dos processos formais de ensino, o que reduz as chances de inserção no mercado de trabalho em ocupações com melhor remuneração. De acordo com Werthein (1985), esses excluídos, social e economicamente, são os destinatários do processo de desenvolvimento rural que visam conseguir melhorias substanciais em suas condições de vida.

Quanto à renda, cerca de 37% dos entrevistados têm a renda total familiar inferior a 3 salários mínimos, enquanto que, para 30%, a renda situa entre 3 e 5 salários mínimos e a de 33% é superior a cinco salários mínimos (Tabela 46). Foi verificada uma tendência de ser maior a renda entre os indivíduos de maior escolaridade.

⁵¹ Dentre as mulheres casadas entrevistadas, apenas uma afirmou que conta com o apoio do marido para que ela estude e que, inclusive, custeia as despesas com o curso superior de pedagogia.

⁵² Essa responsabilidade de garantir escolarização obrigatória e gratuita (pelo menos nos seus estabelecimentos de ensino) é histórica. A Constituição Federal de 1946 prescrevia que a duração da escolarização deveria ser de quatro anos, no mínimo. Essa duração foi dobrada para oito anos, segundo a Lei nº 5.692/71.

TABELA 46 Renda familiar dos entrevistados em número de salários mínimos.

Renda familiar mensal (número de salários mínimos)	Egressos entrevistados		Percentual em Minas Gerais*
	Frequência	Porcentagem	
Menos de 1			23,81
De 1 a 3	22	36,67	39,82
Acima de 3 até 5	18	30,00	9,23
Acima de 5 até 8	9	15,00	7,20
Mais de 8	11	18,33	19,94
Total	60	100,00	100,00

Fonte: FJP (2002) e Dados da pesquisa, 2004.

*No ano 1999.

Pela Tabela 46 percebe-se que 66,67% dos entrevistados têm renda familiar de um a 5 salários mínimos e 33,33% têm renda acima deste nível. Numa comparação desses rendimentos com a renda da população ocupada de Minas Gerais, no ano de 1999, segundo a Fundação João Pinheiro,⁵³ na faixa de rendimento de um a 5 salários mínimos, o percentual é de 49,05% e cerca de 20% têm rendimento acima disso. Há, portanto, uma tendência de que o rendimento obtido pelos entrevistados seja superior ao do pessoal ocupado na agropecuária do estado.

Outra característica importante no perfil do público do SENAR é com relação à posse e ao tamanho da terra. Dos egressos que possuem terra, 91% têm estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, sendo 78% com menos de 50 hectares. Entretanto, a maior proporção é dos egressos entrevistados que possuem área de até 15 hectares, correspondendo a 32,61% desses proprietários; essa proporção é semelhante à encontrada entre os do extrato de área inferior a 10 ha. Cabe destacar que, dentre os proprietários com área superior a 100 hectares, apenas dois egressos responderam que têm área superior a 200.⁵⁴ A Tabela 47 mostra essa distribuição.

⁵³ FJP (2002).

⁵⁴ São localizadas em Grão Mogol, sendo uma com 3.000 ha e outra com 650 ha.

TABELA 47 Tamanho da terra

Tamanho da terra em hectares	Frequência	Percentual	Minas Gerais (%)
Menos de 5	3	6,52	20,67
De 5 a 10	12	26,09	13,48
Acima de 10 e menos de 20	6	13,04	16,00
De 20 a menos de 50	15	32,61	21,47
De 50 a menos de 100	6	13,04	12,12
Acima de 100	4	8,70	16,26
Sub total	46	100,00	
Não tem terra	14	23,33%	
Total	60	100,00%	100,00

Fonte: Censo Agropecuário, 1995/96; e Dados da pesquisa, 2004.

Essa distribuição quanto ao tamanho da terra dos entrevistados se aproxima da verificada no estado em 1996, segundo o Censo Agropecuário. Naquele ano, em Minas Gerais, 34,17% dos estabelecimentos rurais tinham área inferior a 10 hectares, 16% entre 10 e 20 ha; 21,48% entre 20 e 50 ha; 12,13% entre 50 e 100 ha e 16,18% acima de 100 hectares. A amostra configura uma tendência de ser esse público pesquisado predominantemente formado por unidades de produção de menor tamanho (FAO/INCRA, 2000).

Quanto à condição de posse da terra, alguns dos entrevistados têm a posse da terra na condição de herdeiro, outros por arrendamento ou cessão feita por parentes e outros são assentados da reforma agrária. Esse aspecto é importante porque indica que esses entrevistados têm a trajetória econômica e social vinculada ao meio rural, seja por laços familiares e ou de natureza econômica em atividades produtivas rurais. Perpassam esses laços a situação encontrada entre os egressos entrevistados que vivem e ou desenvolvem atividades produtivas no meio rural, inclusive entre aqueles que, mesmo residindo e trabalhando e ou estudando no meio urbano, têm relação na condição

de filho(a) de alguém que vive e ou desenvolve atividades produtivas rurais. A importância de se conhecer esse vínculo está no fato de se verificar o alcance dos cursos que eles fizeram nas atividades produtivas identificadas com o rural, tanto as que eles desenvolvem como as das pessoas das respectivas famílias com as quais mantêm vínculo de dependência e de que são colaboradores nestas atividades.

Nesse sentido, identificou-se o quadro ocupacional dos egressos pesquisados, segundo as categorias encontradas e cuja distribuição numérica, segundo os municípios de origem, encontra-se na Tabela 48.

TABELA 48 Distribuição das ocupações e atividades atuais dos entrevistados, segundo o município de origem.

Município	Quantidade de egressos entrevistados por categorias de ocupação.							Total de entrevistados
	Só assalariado rural	Só assalariado urbano	Assalariado rural e produtor rural	Assalariado urbano e produtor rural	Autônomo e produtor rural	Só produtor rural	Estudante/desempregado "Do lar" *	
Campos Altos			3			1		4
Santana de Pirapama				1		1	1	4
Pimenta		1				2	1	4
Mutum	1	2		1	1	3	1	9
Novo Cruzeiro		1				1	1	4
Simonésia	1	1				1		3
Arinos	3		1		2	5		11
Grão Mogol						2	2	6
Nova Resende	1	1	1		2	2	1	8
Monte Alegre	1	1	2			3		7
Total de entrevistados	8	7	7	2	5	21	4	60

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

* São esposas de trabalhador rural e de produtor rural.

Analisando-se o vínculo com o meio rural que mantêm os entrevistados,

de acordo com as categorias ocupacionais e de atividades relacionadas na Tabela 48, constata-se que, na combinação de atividades econômicas em que os entrevistados estão envolvidos, o predomínio é de produtores rurais. Dentre os 60 egressos entrevistados, 35 são produtores rurais, sendo que 14 destes combinam atividade agrícola com outras na condição de assalariados rurais, urbanos ou como autônomos - sendo 7 os que combinam produção com assalariamento rural (4 temporários e 3 permanentes), 2 assalariados urbanos, no serviço público municipal e 5 como autônomos na prestação de serviços, incluindo 2 profissionais liberais; uma comerciante de alimentos; uma costureira e um artesão. Os demais 21 são exclusivamente produtores rurais. Neste elenco encontram-se agricultores familiares que, de acordo com a FAO/INCRA (2000), podem ser considerados: 14 consolidados, 4 em transição e 3 periféricos.

Esta categorização levou em consideração o rendimento familiar dos entrevistados, bem como a relação de dependência com a produção agrícola, pecuária e da indústria rural. Ressalta-se que, entre aqueles agricultores que combinam a produção rural com outras atividades, somente nos casos de agricultores que também atuam como autônomos é que foi verificada a ocorrência de dois agricultores consolidados. Nos demais casos, inclusive os que são assalariados e produtores rurais, são de agricultores periféricos. Para estes agricultores, a expressão econômica observada nas atividades produtivas – lavoura, indústria rural doméstica e criação -, em grande parte, é voltada para o autoconsumo.

Os dados da Tabela 48 mostram também que 15 egressos dentre os entrevistados são assalariados rurais, dos quais 7 combinam esta atividade com a de produtor rural, enquanto os demais têm o emprego rural como atividade principal. Nesse grupo de assalariados rurais produtores, a maioria é de agricultores que possuem pequenas glebas de terra e produzem para o autoconsumo. Como assalariados, esse grupo está envolvido nas seguintes

ocupações: gerente de fazenda (3), tratorista (2) e vaqueiro (2). Os oito assalariados rurais restantes se distribuem nas seguintes ocupações: 2 são gerentes de fazenda (sendo um em fazenda cuja atividade econômica principal é produção de leite e outro em fazenda de café), 3 são tratoristas, 2 são vaqueiros e um é trabalhador fixo numa fazenda de café.

Na análise do vínculo com o meio rural, que possuem os sete assalariados urbanos identificados na pesquisa, tem-se o seguinte quadro: duas são esposas de produtores rurais - ambas funcionárias de prefeituras, tendo uma delas feito o curso de derivados do leite e, com a ajuda das filhas, faz queijos para vender no comércio local; outra fez o curso de plantas medicinais cujo aproveitamento tem sido apenas para uso doméstico; dois são agentes de saúde de prefeitura e fizeram o curso de agente comunitário e saneamento básico para atuarem no meio rural, prestando serviços junto à coletividade rural. Dois outros destes assalariados são também funcionários de prefeitura nos municípios de Simonésia e Novo Cruzeiro, mas prestam serviços no meio rural aos pequenos produtores rurais. Ambos são tratoristas (trator adquirido com recursos do PRONAF) que executam os serviços nas unidades de produção de agricultores familiares no município e os dois fizeram o curso de tratorista. O último destes assalariados é uma empregada doméstica, que está há mais de vinte anos nesta profissão. Embora filha de trabalhadores rurais e tendo já trabalhado nesta ocupação, para esta pesquisa, conforme o exposto acima, ela não possui vínculo com o meio rural. Egressa do curso de corte e costura, esta entrevistada afirma que tal curso ainda não lhe trouxe aumento na renda, mas que as perspectivas existem, conforme expressa na seguinte fala:

“Acho que depois que a nossa associação de costureiras estiver organizada e funcionando vai se ver algum resultado”. (E.S. Entrevistada em Monte Alegre).

Ainda na análise do vínculo com o meio rural entre os entrevistados, outra revelação tirada a partir dos dados da Tabela 48 é sobre um grupo de entrevistados que compõem algumas categorias que não podem ser tomadas como estranhas ao contexto analisado. São as categorias de estudantes e de desempregados, que totalizam 10 pessoas.⁵⁵ Não é somente o fato de serem integrantes do núcleo familiar de agricultores ou de trabalhadores rurais que deve ser levado em conta na identificação do vínculo com o meio rural e sim o fato de serem esses atores coadjuvantes nas atividades desenvolvidas nas unidades de produção e no ambiente familiar. Diante disso, uma questão para análise é sobre a motivação com que essas categorias, particularmente a de estudante, se inserem na capacitação de mão-de-obra para atender às demandas produtivas da agropecuária. Uma explicação é que esses entrevistados buscaram, com os cursos que fizeram, somar experiências às que possuem, no sentido de poderem contribuir com os processos produtivos familiares ou, então, visando futura inserção no mercado de trabalho.

Os estudantes identificados nesta pesquisa realizam atividades de apoio ao trabalho dos pais nas unidades de produção ou nas atividades como assalariados. Comprovação disso está na fala de estudantes e desempregados entrevistados como mostrado a seguir:

“Graças a Deus vou começar num emprego novo. Depois que a gente acostuma ter o salário todo mês, quando perde fica muito esquisito. De qualquer forma, esse período parado serviu para dar uma arrumada no sítio e na horta que meus velhos tocam” (M.F. Entrevistado em Santana de Pirapama).⁵⁶

⁵⁵ Na categoria de estudantes foram encontrados três, sendo um filho de produtor rural, uma esposa de produtor rural e um filho de trabalhador rural; na de desempregados encontra-se um trabalhador rural desempregado e seis senhoras donas de casa; destas, duas são esposas de trabalhador rural e quatro são esposas de produtor rural.

“Nossa produção de leite é pequena, por isso eu tenho que ajudar, pois temos o sonho de melhorar” (D.V.O. Entrevistada de Novo Cruzeiro).⁵⁷

“Eu me sinto bem ajudando meu pai. Ele precisa de mim, mas eu preciso mais dele. São mais de 20 anos que ele mexe com fazenda, só que tem coisas que ele pede para eu ajudar, como, por exemplo, anotar e fazer alguns controles” (C.M.S. Entrevistado em Grão Mogol).⁵⁸

Algumas das mulheres entrevistadas, e que têm a responsabilidade do lar, desenvolvem algumas atividades no ambiente doméstico visando à complementação da renda familiar. São, geralmente, atividades do setor de indústria rural como a fabricação de lingüiça, doces e outros produtos de origem vegetal ou animal. Outras mulheres “do lar” e também entrevistadas afirmaram que utilizam o que aprenderam nos cursos no próprio ambiente doméstico, seja na alimentação envolvendo a conservação e o beneficiamento de alimentos, seja na confecção de vestuário para os membros da família ou outras relacionadas ao bem-estar familiar.

Tomando-se as categorias de ocupação constantes na Tabela 48, pode-se afirmar que o legado de experiências adquirido por esses entrevistados, em situações de compartilhamento da força de trabalho familiar, ou em condições de trabalho assalariado, seja determinante na continuidade e persistência em atividades produtivas do meio rural. Um dos egressos entrevistados mencionou assim:

⁵⁶ Esse egresso fez o curso de tratorista e estava desempregado quando foi entrevistado, mas já tinha conseguido um novo emprego que iria assumir em poucos dias.

⁵⁷ Essa entrevistada é estudante do ensino médio, filha de produtor rural e afirmou que ajuda o pai dela nos serviços da fazenda, principalmente nas atividades de apoio como escrituração, vacinação de gado, controle leiteiro e zootécnico do rebanho, além da inseminação artificial nas vacas que ela faz. Fez os seguintes cursos pelo SENAR: bovinocultura de leite, inseminação artificial, pintura em tecido, cerqueiro, plantas medicinais, piscicultura e cooperativismo.

⁵⁸ Esse entrevistado é estudante e afirmou que ajuda no gerenciamento da fazenda em que o pai trabalha como administrador. Fez o curso de “Plantio de cana-de-açúcar”.

“De tudo que aprendi fazer na vida, é no serviço de roça que tenho ocupado mais tempo, pois cresci trabalhando com meus irmãos, ajudando meu pai no sítio da família” (S.H.S. Entrevistado em Monte Alegre).

Esses depoimentos traduzem experiências acumuladas pelos egressos pesquisados nas tomadas de decisão nos processos produtivos e na vida familiar. Alguns seguem a trajetória iniciada com a família de origem; outros aproveitam as experiências anteriores e experimentam outras formas de ocupação rural para garantirem a sobrevivência. Nesse conjunto de alternativas que marcam o cotidiano dos entrevistados há uma construção de conhecimento e de saberes, como assegura Brandão (1986). São ações e atividades que desenvolvem no plano individual e familiar, desde o trabalho como assalariado, como produtor rural ou em atividades do cotidiano doméstico.

No que se refere à produção agrícola, cabe destacar que, dos 46 egressos entrevistados que possuem terra, 68% cultivam lavoura em área de até 3 hectares, sendo que 20% cultivam lavoura em área inferior a um hectare e a maioria (47,8%) cultiva áreas de lavoura entre 1 e 3 hectares (Tabela 49).

TABELA 49 Área explorada com lavoura (em hectares) pelos egressos entrevistados ou suas famílias.

Área explorada com lavoura (em hectares)	Frequência	Percentual
Menos de 1	9	19,6
De 1 a 3	22	47,8
Acima de 3 até 5	3	6,5
Acima de 5 até 10	3	6,5
Acima de 10	9	19,6
Total	46	100,0
Percentual/Total geral		76,7
Não tem terra	14	23,3
Total geral	60	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

A distribuição da área explorada pelos entrevistados envolvidos com atividade agrícola, conforme mostrado na Tabela 49, confrontada com os cursos que fizeram (Tabela 34) revela que há espaço para que o SENAR possa inserir-se mais no público cujo perfil está delineado nesta pesquisa. Ou seja, por estarem, cerca de 67%, envolvidos com exploração agrícola em pequenas áreas e sendo o destino da maior parte da produção o autoconsumo, deveria ser privilegiado pelas parcerias locais, que cuidam da inserção do SENAR no local, a mobilização de cursos, focando mais esses cultivos e sistemas produtivos. Analisando-se os temas e o total de cursos de que participaram os entrevistados, tem-se que 67 desses cursos, o que corresponde a 34,2% do total, têm a atividade agrícola como tema; 97 cursos ou 49,5% são relacionados com a pecuária e 39 ou 19,9% são cursos que expressam atividades não agrícolas.⁵⁹

Esse total de cursos identificados com atividades não-agrícolas, realizados pelos entrevistados, é visto como uma tentativa das parcerias locais do SENAR buscarem, na capacitação nestas atividades, a inserção dos entrevistados com o fim de agregação de renda. Esse resultado guarda relação com o desenvolvimento local na medida em que, para que este ocorra, são necessários, dentre outros aspectos, indivíduos capacitados para atuarem nos processos produtivos, de modo a conseguirem aumento na eficácia e eficiência na produção, bem como na realização das tarefas integrantes das ocupações rurais.⁶⁰

A atividade pecuária desenvolvida pelos egressos entrevistados é predominantemente de pequeno porte. Dentre os 46 egressos entrevistados que

⁵⁹ Como o total de cursos realizados pelos entrevistados é 196 e este somatório totaliza 203 cursos, significa que alguns cursos são duplamente voltados para suporte nas atividades de agricultura e pecuária. São eles: administração rural, aplicação de defensivos, cerqueiro e tratorista.

⁶⁰ Essa proposição está de acordo com Wherthein (1985), que considera como condição para o desenvolvimento a necessidade de dotar o processo social de certas e determinadas características como "níveis crescentes de produção; uma distribuição justa de rendas e a participação ampla da população na tomada de decisões".

possuem terra, cerca de 73%, ou 29 deles, exploram áreas inferiores a 15 hectares com pastagem; desse total, cerca de 35% (16 egressos) exploram áreas inferiores a 5 hectares; para 28% (13 egressos), a área explorada com pastagem situa-se entre 5 e 15 hectares e em torno de 20% exploram área de pastagem acima de 30 hectares (Tabela 50).

TABELA 50 Área explorada com pastagem pelos entrevistados que desenvolvem atividades produtivas.

Área explorada com pastagem (em hectares)	Frequência	Percentual
Menos de 5	16	34,8
De 5 a 15	13	28,3
Acima de 15 até 30	8	17,4
Acima de 30 até 80	5	10,9
Acima de 80	4	8,7
Total	46	100,0
	%/Total geral	76,7
Não tem terra	14	23,3
Total geral	60	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

A exploração de pastagens é justificada pela atividade criatória praticada por aproximadamente 77% dos entrevistados. Dentre estes, 67% têm até 30 cabeças de gado, sendo quase um terço desse percentual com rebanho de no máximo 10 cabeças (Tabela 51).

TABELA 51 Tamanho do rebanho bovino (número de cabeças) dos entrevistados que desenvolvem atividades produtivas.

Tamanho do rebanho	Frequência	Percentual
Até 10 cabeças	12	26,09
Acima de 10 até 30 cabeças	19	41,30

Continua...

TABELA 51 Continuação.

Tamanho do rebanho	Frequência	Percentual
Acima de 30 até 80 cabeças	7	15,22
Mais de 80 cabeças	8	17,39
Total que cria gado	46	100,00
Percentual sobre o total		76,67
Não tem criação de gado	14	23,33
Total	60	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Como fonte de renda, a atividade pecuária dos entrevistados tem destaque na produção de leite, cuja escala de produção diária tem a seguinte distribuição: do total de 46 egressos que desenvolvem atividade leiteira, 59% produzem até 50 litros de leite por dia; 24% de 50 a 150 litros e apenas 17% produzem acima de 150 litros diários (Tabela 52). São, portanto, cerca de 77% dos entrevistados envolvidos com esta atividade. Entretanto, tomando-se esse percentual em relação ao total de cursos desenvolvidos na temática da pecuária, percebe-se que existe a possibilidade de serem oferecidos mais cursos voltados para ocupações nesta atividade.

TABELA 52 Produção de leite obtida pelos egressos entrevistados (litros/dia).

Produção diária	Frequência	Percentual
Até 50 litros	27	58,70
Acima de 50 até 80 litros	6	13,04
Acima de 80 até 150 litros	5	10,87
Acima de 150 litros	8	17,39
Total que tem produção de leite	46	100,00
Percentual sobre o total		76,67
Não tem produção de leite	14	23,33
Total	60	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Analisando o destino da produção agropecuária e da indústria rural dos 35 entrevistados que são produtores rurais, exclusivamente ou combinando com outras atividades, constatou-se que, para a maioria, a produção agrícola e ou pecuária que processam destina-se, em sua totalidade, ao próprio consumo familiar. Situação diferente foi constatada quanto à produção da lavoura e da pecuária que tem o autoconsumo para 31,4% e 14,3% dos entrevistados, respectivamente, como mostrado na Tabela 53. Nesse caso, a maioria afirmou que têm outras atividades como fonte de renda familiar e que fazem pequenos plantios de lavoura e ou desenvolvem alguma criação de gado bovino ou de aves e de suínos para uso exclusivo familiar. Essa situação configura o público do SENAR como sendo formado por pluriativos, marcado por forte participação da produção para autoconsumo.

TABELA 53 Destino da produção rural obtida pelos egressos entrevistados.

Destino da produção rural	Produção da indústria rural		Produção da lavoura		Produção da pecuária	
	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Toda a produção se destina ao consumo da família.	14	35,9	11	31,43	5	14,29
Muito menos da metade é vendida e outra parte é consumida pela família.	6	15,4	7	20	4	11,43
Mais ou menos a metade é vendida e a outra parte é consumida pela família.	1	2,6	4	11,43	1	2,86
Quase toda a produção é vendida e muito pouco é para o consumo da família.	13	33,3	8	22,86	16	45,71
Toda a produção é vendida	5	12,8	5	14,29	9	25,71
Sub total	39	65,0	35	58,3	35	58,3
Não tem produção	21	35,0	25	41,7	25	41,7
Total	60	100,0	60	100,0	60	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

O perfil pluriativo identificado no público das ações educativas do SENAR insere-se no contexto atual em que a exploração econômica de ocupações não agrícolas no meio rural mineiro vem se destacando, principalmente pelo envolvimento de pessoas antes ocupadas em atividades agrícolas e que foram afetadas pelo desemprego. São várias atividades não agrícolas que vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de geração de renda pelas famílias rurais, destacando-se as que envolvem o processamento doméstico de alimentos e bebidas, como na fabricação de produtos derivados do leite, picles e conservas, doces e compotas, embutidos e defumados, licores e cachaça, além de artesanatos produzidos com diferentes materiais como argila, cipó, madeira, tecido, palha de milho, etc.

A diversidade de atividades agrícolas e não-agrícolas no contexto ocupacional rural de Minas Gerais tem motivado ações educativas na forma de capacitação, buscando agregação de renda e de melhorias na condição de vida dos indivíduos envolvidos. Essa necessidade de capacitação está inserida num contexto de mudanças de ordem tecnológica, de gestão e no campo das relações sociais que permeiam o ambiente rural, principalmente quanto ao conjunto de atividades relacionadas à produção agrícola e aos demais intervenientes no processo de desenvolvimento rural (Rosa, 2001).

Envolvidas nesse conjunto de atividades, essas pessoas assumem responsabilidades que são distribuídas a todos os membros da família em idade produtiva nas diversas ocupações e tarefas. Entre os egressos entrevistados, no grupo de agricultores, analisando-se a distribuição da mão-de-obra ocupada nas atividades agrícolas (agricultura e pecuária) que desenvolvem, constatou-se que há predomínio de envolvimento da mão-de-obra familiar. Para 31% do grupo, essas atividades são desenvolvidas somente pela família, 34% envolvem mais membros da família do que mão-de-obra contratada, 20% mais mão-de-obra contratada do que familiar e, 14% envolvem somente mão-de-obra contratada

nas atividades que compõem os respectivos processos produtivos, conforme Tabela 54.

TABELA 54 Distribuição da mão-de-obra ocupada nas atividades agrícolas (agricultura e pecuária).

Distribuição	Produtores	Percentual
Mais membros da família do que mão-de-obra contratada	11	31,43
Somente mão-de-obra da família	12	34,29
Mais contratada que mão-de-obra da família	7	20,00
Somente mão-de-obra contratada	5	14,29
TOTAL	35	100

Fonte: dados da pesquisa, 2004.

Representando um pouco mais de um terço dos egressos entrevistados, o grupo das mulheres se destaca pelas responsabilidades que assumem conjugando trabalhos domésticos com outras atividades. Essa característica da mulher rural é reconhecida em outros estudos, como o de Medeiros (2001), que destaca o envolvimento feminino no dia-a-dia das famílias rurais, tanto nos aspectos relacionados às rotinas domésticas como no da geração de renda familiar. Nesse sentido, cabe registrar que todas as 22 mulheres entrevistadas, 37% do total da amostra, afirmaram que contribuem com o trabalho na geração da renda familiar em atividades que desenvolvem concomitantemente aos afazeres domésticos e cuidados com os filhos ou ao estudo que, ao contrário de gerar renda gera despesa, embora seja considerado um investimento na formação do capital humano que poderá ser convertido em ativos econômicos.

Assim, analisando-se o quadro ocupacional das mulheres entrevistadas, tem-se que cinco delas (23%) desenvolvem atividades como assalariadas, uma (4,5%) é assalariada e produtora rural, duas (9%) são autônomas e produtoras rurais, seis (27%) são somente produtoras rurais, duas (9%) são estudantes e seis

(27%) são exclusivamente donas de casa, esposas de produtores rurais ou de trabalhadores rurais (Tabela 55).

TABELA 55 Atividade econômica atual dos egressos segundo o sexo.

Categorias	Homens		Mulheres	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Só assalariado rural	8	21,1	0	0,0
Só assalariado urbano	2	5,3	5	22,7
Assalariado rural e produtor rural	7	18,4	0	0,0
Assalariado urbano e produtor rural	1	2,6	1	4,5
Autônomo e produtor rural	3	7,9	2	9,1
Só produtor rural	15	39,5	6	27,3
Estudante	1	2,6	2	9,1
Desempregado	1	2,6	0	0,0
Total de homens	38	100,0		
			2	9,1
‘Do lar’ (esposa de trabalhador rural)			4	18,2
‘Do lar’ (esposa de produtor rural)			22	100,0
Total de mulheres				

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

A valorização da participação feminina na formação da renda familiar é reconhecida entre os homens, segundo a fala de um dos entrevistados, conforme segue abaixo:

“Se não é a ajuda do salário de minha mulher, na despesa, a gente não tinha a condição que temos. Aliás, posso dizer que não é só o salário dela que conta não, tem meus dois filhos que já têm seus ganhos e já não ficam nos pedindo as coisas” (J.F. Entrevistado em Grão Mogol).

Como se constata pelos dados da Tabela 55, o trabalho assalariado é uma das alternativas de renda para uma parcela expressiva dos egressos entrevistados. No grupo dos 15 assalariados rurais, as ocupações mais frequentes são gerente de fazenda, com cinco ocupantes, tratorista também com cinco, vaqueiro com quatro, e um trabalhador fixo. Cabe ressaltar que duas importantes

características do setor agropecuário são a diversidade e a tenuidade que delimitam as tarefas nas diversas ocupações. Assim, é comum a realização de várias tarefas por uma mesma pessoa. Como exemplo, cita-se o caso de administradores de fazenda que geralmente assumem muitas atribuições. É dele a responsabilidade pela organização do estabelecimento rural, o que inclui cuidados com cercas, aguadas, depósitos e galpões para máquinas, ferramentas e equipamentos agrícolas, além de armazenamento da produção e de outras atividades relacionadas à produção, como a contratação de mão-de-obra e de sua distribuição nas tarefas, manejo da criação, registros zootécnicos e de produção. De modo semelhante, quanto à diversidade de responsabilidades, a rotina diária de um vaqueiro envolve várias tarefas relacionadas à principal, que é cuidar do manejo da criação. Assim, é comum encontrar vaqueiros desempenhando também tarefas como tratorista, inseminador e vacinador de gado.

A ocupação de trabalhador rural também tem algumas características semelhantes às categorias anteriores quanto à diversificação de tarefas que os entrevistados desenvolvem. Entretanto, nessa ocupação estão com maior frequência tarefas de roçadas, capinas, aplicação de defensivos, colheitas e auxílio em tarefas de tratoração, dentre outras.

A ocupação de tratorista geralmente tem um valor simbólico de maior expressão no meio rural. Nas tarefas que lhes são próprias, destaca-se a habilidade requerida na precisão dos movimentos na operação de tratores como, por exemplo, nas operações mecânicas de preparo do solo que exige conhecimento técnico e habilidade para fazer cortes com a profundidade adequada, no momento da aração, gradagens, subsolagens, sulcagens, escarificações, terraceamentos, enleiramentos, distribuição de calcário e fertilizantes, semeaduras, cultivos, aplicação de defensivos, colheitas, etc. Enfim, existem muitas operações que requerem a técnica e a habilidade do tratorista.

Cabe destacar que, no quadro das ocupações dos entrevistados, os profissionais autônomos que acumulam suas funções com a produção agropecuária estão de acordo com a tendência atual de diversificação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas. Assim, são encontrados produtores rurais que também são profissionais em outras áreas, não somente as que exigem formação superior, como no caso de profissionais liberais (advogados, médicos, dentistas, engenheiros e outros) mas também os inseridos em outras profissões que dão suporte às atividades produtivas, tais como eletricitistas, pedreiros, pintores, mecânicos, técnicos em informática, etc.⁶¹ Esta característica da agropecuária de conectar-se a outras atividades não-agrícolas insere-se no contexto atual em que a busca de alternativas de ocupação para a obtenção ou agregação da renda familiar é mais frequente.

A produção da lavoura e ou da pecuária tem destaque na renda familiar da maioria dos atores pesquisados. Com exceção de 16 dos entrevistados que não têm produção agropecuária, sendo os 7 assalariados rurais exclusivos, os 3 estudantes e o trabalhador rural desempregado, e 5⁶² dos 7 assalariados urbanos, os demais (44) destacam a participação na renda familiar dessas atividades econômicas, lavoura e ou pecuária, nas seguintes proporções: cerca de 55% (24 egressos) consideram que tais atividades participam com menos da metade da renda familiar, apenas um deles (2%) acha que essa participação representa a metade, 39% (17) consideram que é com mais da metade que elas participam, e apenas dois têm o total de participação destas atividades na renda familiar. Na Tabela 56 observa-se a distribuição da participação dessa atividade na renda familiar desses entrevistados.

⁶¹ Em Ribeiro et al. (1999) tem-se mais detalhamento deste cenário.

⁶² Dentre os assalariados urbanos, como já foi mostrado na Tabela 28, existem duas mulheres que têm vínculos rurais.

TABELA 56 Participação da produção de lavoura e ou pecuária na renda familiar mensal dos egressos entrevistados.

Com quanto participa a produção de lavoura e ou pecuária na renda familiar	Frequência	Percentual
Menos da metade	24	54,55
Metade	1	2,27
Mais da metade	17	38,64
Com o total	2	4,55
Total	44	100,00
Percentual sobre o total		73,33
Não tem lavoura e nem pecuária	16	26,67
Total Geral	60	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Os dados da Tabela 56 reforçam a característica encontrada no perfil dos entrevistados quanto ao aspecto da pluriatividade. Ou seja, mais da metade dos entrevistados tem outras fontes de renda além da advinda das explorações agrícolas e ou pecuárias. Estão aí incluídos os assalariados e os autônomos que também são produtores rurais e, em sua maioria, têm a produção, sobretudo a agrícola, voltada para atender ao autoconsumo.

Também analisando os entrevistados nas ocupações, verifica-se que cinco deles são assalariados urbanos e que não têm produção oriunda de processamento doméstico. Entre os demais 55 egressos, 32, ou 58%, não contam com esse tipo de produção na renda familiar; 18 (33%) a têm como participando com menos da metade da renda e os demais 5 egressos têm-na como sendo no mínimo a metade da citada renda (Tabela 57).

Com base nos dados da Tabela 57 pode-se afirmar que o processamento caseiro de produtos é uma prática bastante difundida entre esta população. Mesmo pessoas que não têm produção agrícola ou pecuária a realizam, sendo a grande maioria da produção destinada ao consumo familiar.

TABELA 57 Participação da produção de agroindústria doméstica na renda familiar mensal dos egressos entrevistados.

Com Quanto participa a produção de agroindústria doméstica na renda familiar	Frequência	Percentual
Nada	32	58,18
Menos da metade	18	32,73
Metade	2	3,64
Mais da metade	2	3,64
Com o total	1	1,82
Total	55	100,00
Percentual sobre o total		91,67
Não tem produção de agroindústria doméstica	5	8,33
Total Geral	60	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

A participação de rendimentos provindos de benefícios previdenciários na renda familiar também foi verificada em alguns dos egressos entrevistados. A importância conferida por eles nesse tipo de rendimento vem do fato de, em alguns casos, além de subsidiar despesas domésticas, ser empregado direta ou indiretamente em custeio da atividade fim que desenvolvem. O gasto indireto refere-se ao emprego de parte dos benefícios na despesa com o consumo alimentar da família e outros gastos domésticos, durante os ciclos produtivos das culturas trabalhadas pelo egresso e sua família. Assim, o recurso que se destinava a este fim é empregado para cobrir gastos com a lavoura e ou pecuária. O gasto direto envolve compra de insumos e cobertura de outras despesas na produção agropecuária, principalmente nos casos em que, não tendo outra fonte de recurso, os atores destinam para este fim parte do benefício previdenciário recebido.⁶³ Ilustra bem essa relação o que expõe um dos entrevistados que afirmou ter uma pessoa aposentada residente no seu domicílio:

⁶³O impacto da renda oriunda dos benefícios previdenciários rurais no total da renda domiciliar e nas economias locais foi estudado por Delgado & Schwarzer (2000) e os resultados apontam que, em determinadas regiões e situações, o benefício da previdência faz uma diferença marcante na cesta de consumo das famílias.

“Eu não sei o que seria de nós se não fosse a aposentadoria dos meus dois velhos, papai e mamãe” (S.H. Entrevistado em Monte Alegre de Minas).

Quanto ao número de segurados da previdência residentes no mesmo domicílio do entrevistado, 15 egressos, ou 25% do total da amostra, afirmaram que existe pelo menos um aposentado nessa condição (Tabela 58).

TABELA 58 Número de aposentados e (ou) pensionistas residentes no mesmo domicílio do egresso entrevistado.

Nº de aposentados residentes no mesmo domicílio	Frequência	Percentual
Nenhum	45	75
1	9	15
2	6	10
TOTAL	60	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Conforme os dados da Tabela 59, percebe-se que oito dos quinze egressos que afirmaram contar com alguma participação de rendimentos previdenciários na renda familiar consideram que tal participação é inferior à metade dessa renda, o que não reduz a importância dessa ajuda.

TABELA 59 Participação de benefícios previdenciários na renda familiar mensal, segundo os egressos entrevistados.

Com quanto benefícios previdenciários (aposentadoria ou pensão) participa na renda familiar	Frequência	%
Nada	45	75,0
Menos da metade	8	13,3
Metade	2	3,3
Mais da metade	4	6,7
Com o total	1	1,7
Total Geral	60	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

5.2.4 Efeito dos cursos nos egressos

Conhecendo a inserção dos cursos nas regiões e municípios pesquisados e o perfil dos egressos dos cursos de capacitação rural ministrados pelo SENAR, serão apresentados alguns dos efeitos desses cursos nos capacitandos. Para tanto levou-se em conta o fato de que tais ações educativas lhes possibilitaram: auferir ganhos na renda e na qualidade de vida; enfrentar e resolver os problemas e desafios do dia-a-dia em suas diversas atividades produtivas e ou nas lidas como assalariados; aumentar a conscientização sobre a necessidade de se produzir fazendo melhor uso dos recursos naturais, ou seja, obedecendo aos critérios de sustentabilidade e incrementar a participação em organizações sociais, como sindicatos, cooperativas e associações.

Esses resultados são melhor compreendidos considerando-se o fato de que o desenvolvimento requer interação entre os indivíduos e ações na busca de potencialidades locais e que, nesse processo, o desenvolvimento do capital humano assume destaque pelo que pode derivar em contribuições na formação de capital social, econômico e cultural, como pondera Franco (2001). O autor afirma que, para tornar dinâmica uma potencialidade, é preciso identificar uma vocação e descobrir as vantagens de uma localidade em relação às demais. Ou seja, “é preciso que um conjunto de fatores de desenvolvimento seja estimulado, de modo que as pessoas tenham acesso à renda, à riqueza, ao conhecimento, e ao poder”. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que não basta apenas capacitar mão-de-obra para atender às demandas tecnológicas na produção. É preciso que sejam agregadas ações e políticas públicas focadas em todas as dimensões do desenvolvimento, quais sejam a econômica, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica. Além disso, deve haver o envolvimento direto e ativo dos sujeitos do desenvolvimento rural – agricultores e trabalhadores rurais.

Um dos aspectos analisados quanto ao impacto dos cursos do SENAR no contexto econômico e social dos entrevistados é a renda. Constatou-se que esses cursos influenciaram positivamente a renda familiar desses egressos, como mostrado na Tabela 60.

TABELA 60 Em termos de renda familiar, como os entrevistados consideram a contribuição dos cursos do SENAR.

Resposta	Frequência	Percentual
Quase sem importância alguma	2	3,33
Pouco importante	1	1,67
Importante	32	53,33
Muito importante	21	35,00
Entrevistados com renda	50	83,33
Entrevistados sem renda*	10	16,67
Total	60	100,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

*São os 3 estudantes, o trabalhador rural desempregado e as seis donas de casa.

Os dados da Tabela 60 sugerem que o grupo dos entrevistados que possui renda, num total de 50, atribuiu alguma importância à contribuição dos cursos que fizeram para a renda familiar. Ou seja, esses egressos consideram que houve melhora na renda, seja diretamente, no aumento da produção ou produtividade de produtos produzidos ou indiretamente, por redução em custos de produção; entre os assalariados o impacto só foi verificado entre os trabalhadores rurais. Outra constatação é a de que, entre os egressos que são exclusivamente assalariados rurais, o aumento no salário ocorreu principalmente quando mudaram de ocupação ou de patrão, na mesma ocupação. Esse fato pode ser constatado por meio da fala de alguns entrevistados que, ou mudaram de emprego após a realização dos cursos ou tiveram aumento na produtividade em suas explorações agropecuárias ou redução nos custos de produção.

“Agora estou trabalhando naquilo que mais gosto de fazer, que é mexer com cavalo, com a vantagem de estar ganhando mais do que antes como vaqueiro” (S.L.M. entrevistado em Monte Alegre de Minas).⁶⁴

“O que me ajudou a conseguir esse novo emprego, com um salário maior e melhor condição de trabalho, foi a minha experiência que adquiri nos 6 anos trabalhando nesta fazenda, com a ajuda do que aprendi nos cursos do SENAR” (M.P. Entrevistado em Arinos)⁶⁵.

“Depois que fiz o curso do SENAR, a minha produção de leite aumentou sem que eu tenha aumentado o tamanho do meu rebanho. Simplesmente mudei o manejo da criação” (J.M.A. Entrevistado em Mutum).

“Eu agora sei quanto custa o litro de leite que produzo. Antes do curso de administração que fiz pelo SENAR, eu não tinha essa organização que tenho hoje. Por isso, o meu ganho aumentou pelo que deixo de gastar com insumos e a manutenção das minhas vacas e das outras coisas que faço em minha propriedade” (E.G.R. Entrevistado em Santana de Pirapama).

Conjugada com a melhoria na renda, a qualidade de vida dos entrevistados foi impactada pelos cursos do SENAR. As evidências disso são encontradas analisando-se os dados da Tabela 61, segundo os quais 40% dos entrevistados consideram que a aquisição de novos conhecimentos sobre a atividade econômica que exercem constitui-se no aspecto mais importante que os cursos lhes trouxeram. Esses novos conhecimentos e técnicas aprendidas repercutiram nas atividades produtivas de alguns dos entrevistados, propiciando-

⁶⁴ Trata-se de um ex-vaqueiro em Monte Alegre de Minas que, após os cursos de doma racional e rédea, mudou de emprego passando a trabalhar como domador de cavalos.

⁶⁵ Este entrevistado estava sendo demitido da fazenda onde trabalhava há quase 6 anos, mas, ao final do cumprimento do aviso prévio, ele iria assumir a gerência de uma outra fazenda no município, ganhando quase o dobro do salário anterior. Ele afirmou que no novo emprego iria ganhar um salário bem maior do que antes e numa atividade de menos trabalho que é cuidar de gado de corte em sistema semi-extensivo. Seu trabalho anterior era em fazenda cuja atividade principal é produção de leite. Ele fez os cursos de tratorista, apicultura, inseminação artificial e bovinocultura de leite.

lhes ganhos na produtividade e qualidade da produção. Para outros entrevistados, o aspecto de maior relevância foi o aumento que obtiveram na renda, permitindo a aquisição de bens ou a realização de melhorias na infraestrutura das respectivas unidades de produção.

TABELA 61 Resultados dos cursos do SENAR considerados mais importantes pelos entrevistados e que representam melhoria na qualidade de vida.

Resposta	Frequência	Percentual
Ter aprendido novos conhecimentos sobre a atividade econômica que exerce.	24	40,0
Ter aumentado a renda e podido comprar bens imóveis e ou ter feito melhorias na infra-estrutura.	16	26,7
Ter aumentado a renda indiretamente pela redução no gasto com remédios, em função de ter melhorado a alimentação.	10	16,7
Ter aumentado a renda pela redução nos custos de produção.	7	11,6
Ter melhorado o relacionamento com as pessoas da família e do local onde vive e/ou trabalha.	3	5,0
	60	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2004.

Uma análise da Tabela 61 revela que quase dois terços dos pesquisados demonstram possuírem domínio nas tarefas e atividades nas ocupações em que estão envolvidos. O restante dos entrevistados considera os novos aprendizados como impactantes na qualidade de vida. No entanto, se essa melhoria representa, para alguns egressos, acesso mais freqüente a alguns bens ligados tanto à produção como à vida doméstica, antes inacessíveis, para outros, houve melhora na qualidade de vida pela melhoria da qualidade da dieta proporcionada por alimentos de melhor qualidade, tanto na produção como no preparo, manipulação e conservação, bem como pela incorporação de novos hábitos de

higiene. Isto é constatado por meio da manifestação de alguns dos entrevistados, como mostrado a seguir:

“Aqui na fazenda, é tudo um conjunto, e pra chegar no que é hoje muita coisa está envolvida. Nós produzimos leite e vendemos aqui mesmo na cidade. Nossa produção tem aumentado em razão do rebanho que hoje é selecionado e do trato que é feito com cuidado e carinho; eu mesmo faço a inseminação de nossas vacas, antes eu pagava por esse serviço; já temos ordenhadeira mecânica e conseguimos comprar um carrinho usado (Modelo pampa) para fazermos a entrega do leite, que antes era feito numa carroça. Tudo isso tem uma história por trás: muitos cursos e palestras – não perco uma; só do SENAR, eu já fiz cinco cursos”. (D.B. Entrevistada em Campos Altos-MG).

“Eu fiz os cursos de culinária e de pickles e conservas pensando em abrir um negócio no setor de alimentação, e já comprei alguns equipamentos. Se ainda não tenho lucro diretamente com o curso, posso dizer que, indiretamente, eu e minha família ganhamos muito, pois a qualidade da alimentação de casa melhorou, porque eu ponho em prática quase tudo que aprendi no curso” (E.L. – Entrevistada em Pimenta).

Outro aspecto analisado na relação dos cursos do SENAR com o desenvolvimento da aprendizagem dos egressos pesquisados é quanto ao preparo adquirido por eles para o enfrentamento de eventuais problemas e dificuldades no cotidiano da produção, do trabalho e da vida em família. Os dados da Tabela 62 mostram que houve impacto nessa condição dos entrevistados, uma vez que a maioria deles considera que os conhecimentos adquiridos nos cursos os tornaram preparados para enfrentarem os problemas nas atividades que desenvolvem. Entretanto, cerca de 22% dos entrevistados assumem a condição de mais ou menos preparados, alegando que os problemas e dificuldades se renovam, o que exige novas formas e conhecimento para enfrentá-los.

TABELA 62 Como os entrevistados consideram a contribuição do aprendizado nos cursos do SENAR no enfrentamento dos problemas e dificuldades do dia-a-dia.

Resposta	Freqüência	Percentual
Muito pequena	0	0,0
Pequena	0	0,0
Mais ou menos	13	21,7
Grande	42	70,0
Muito grande	5	8,3
	60	100,0

Fonte: dados da pesquisa, 2004.

Cabe esclarecer que o aprendizado adquirido em cursos por si só não garante que as pessoas se tornem totalmente preparadas para o enfrentamento de problemas e dificuldades. É preciso considerar que, a este aprendizado, somam-se suas experiências bem como um conjunto de outros conhecimentos obtidos no relacionamento e convívio social dos indivíduos e no próprio fazer das coisas. São, portanto, erros e acertos que moldam a experiência dos indivíduos, influenciando, de certo modo, o agir. Constatou-se que os cursos trouxeram alguma repercussão no preparo dos entrevistados diante de tais dificuldades, como pode ser observado na manifestação de alguns deles sobre como encaram ou buscam resolver os problemas do dia-a-dia.

“Às vezes eu não aplico um conhecimento hoje por não ter domínio dele. Aí um companheiro que já sabe daquilo me passa e vice-versa, e assim a gente vai levando. Do mesmo modo é o que se aprende num curso. Às vezes você faz uma coisa de um jeito achando que tá fazendo certo. Bem, errado de todo não é, mas o resultado é menor do que quando se faz com outra técnica melhor. Por isso é importante o que a gente aprende” (E. P. entrevistado em Monte Alegre de Minas).

“Posso dizer que, da minha experiência labutando com gado desde menino, tem muita coisa ainda pra aprender. Do que aprendi no curso

que fiz sobre gado de leite e o que minha mulher aprendeu no que ela fez sobre derivados de leite temos mais condição de produzir leite e fazer um queijo de melhor qualidade. Digo isto porque antes do curso eu não fazia teste de mamite nas vacas e nem sabia sobre a importância dessa doença na qualidade do leite. Hoje sei como cuidar direitinho de uma vaca com mamite” (F.G. Entrevistado em Arinos).

Um outro aspecto que se inclui no quadro de análises sobre a repercussão dos cursos no cotidiano dos entrevistados é a conscientização sobre o melhor uso dos recursos naturais. Verificou-se que houve impacto da aprendizagem adquirida em tais cursos, uma vez que a maioria dos entrevistados afirmou ter aumentado sua informação sobre a importância de produzir preservando tais recursos. Comprovação desse efeito foi dada nas entrevistas em que os egressos demonstraram conhecimento a respeito do problema ambiental e das práticas conservacionistas requeridas nas atividades produtivas no setor agropecuário e que devem ser adotadas como forma de minimizar os impactos ambientais causados pela ação humana nessas atividades, o que vai ao encontro das proposições de Abramovay (1999) sobre desenvolvimento sustentável de uma localidade. O depoimento de um dos entrevistados exprime um pouco do efeito do aprendizado adquirido nos cursos a este respeito:

“Depois que eu passei a roçar o mato no meio do cafezal, ao invés de capinar de enxada, percebi que a terra não desce com a enxurrada e fica mais úmida no tempo seco” (E.A., entrevistado em Simonésia).

O envolvimento e a participação social dos egressos também foram objeto de análise nesta pesquisa, constatando-se que elas aumentaram após a realização dos cursos. Essa constatação é fruto do levantamento sobre de quais organizações os entrevistados faziam parte antes e após a realização dos cursos do SENAR. Observou-se que 55% dos egressos (33 deles) não faziam parte de nenhuma organização social antes dos cursos, o que foi reduzido para 32% (19

egressos) após terem realizado algum curso desta instituição. Importante destacar que essa mudança ocorreu mais entre as mulheres, cuja redução daquele percentual passou de 77,3% para 36,4%; enquanto, entre os homens, tal percentual foi reduzido de 42,1% para 28,9%.

Esse maior impacto das ações educativas do SENAR sobre as mulheres, quanto ao aspecto da participação em organizações sociais, revela uma ampliação do horizonte feminino na participação doméstico-trabalho-organizações-sociais.

Cabe destacar que, dentre os entrevistados que faziam parte de alguma organização social antes da realização dos cursos, tanto entre os homens como nas mulheres, a maioria era formada de membros de sindicatos de trabalhadores rurais. Em seguida vêm os sindicatos de produtores rurais como a organização de base desses pesquisados, como mostrado na Tabela 63.

Como se observa pelos dados da Tabela 63, é expressiva a participação dos entrevistados na organização sindical dos trabalhadores rurais, sendo ela a maior receptora deles. Esse fato confirma a identificação dos pequenos produtores rurais e trabalhadores rurais como predominante no público do SENAR.

Outra relevante característica que os dados da Tabela 63 possibilitam perceber é sobre o impacto dos cursos do SENAR na formação de capital social. Ou seja, verifica-se que houve aumento no número de egressos que passaram a fazer parte de alguma organização social local após a realização dos cursos. Esse resultado se associa com o que Werthein (1985) pondera sobre o efeito da capacitação de atores rurais ligados à produção no processo de organização social. Este autor considera a inter-relação entre a educação-capacitação e a organização como instrumentos privilegiados do desenvolvimento rural. Afirma ele que *“a importância da capacitação deriva-se da relevância que ela tem para a organização [social]; esta por sua vez, adquire importância na medida em que*

está orientada para a participação” (Werthein, 1985, p. 94). Nessa perspectiva, como destaque de algum efeito dos cursos foi observado na motivação dos capacitandos em participarem mais das ações de suas organizações.

TABELA 63 Organizações de que participavam os egressos, antes ou após a realização dos cursos do SENAR, segundo o sexo dos entrevistados.

Tipo de organização	Antes		Após		GERAL	
	Masculino (%)	Feminino (%)	Masculino (%)	Feminino (%)	Antes (%)	Após (%)
Nenhuma	42,1	77,3	28,9	36,4	55,0	31,7
Sindicato de trabalhadores rurais	36,8	0	39,5	18,2	23,3	31,7
Sindicato rural	18,4	18,2	21,1	13,6	18,3	18,3
Cooperativa de produtores	2,6	4,5	5,3	27,3	3,3	13,3
Associação de produtores ou de moradores.	0	0	5,3	4,5	0,0	5,0
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2004.

Um exemplo dessa mudança é visto nas experiências de envolvimento e participação comunitária vivenciada por alguns dos entrevistados, sendo uma dela aqui apresentada. Diz respeito à trajetória de sucesso empreendida por uma associação formada por agricultores e trabalhadores rurais de Campos Altos. Residindo na periferia da cidade e sem renda, várias famílias de agricultores e trabalhadores rurais, que haviam deixado o campo há algum tempo, sobreviviam de cestas básicas doadas pela prefeitura e de outras doações de moradores locais. Após se organizarem em uma associação algumas famílias conseguiram, com o apoio da igreja, prefeitura, Emater e outras organizações da sociedade civil local, desenvolver um projeto comunitário buscando autonomia de renda ao

grupo.⁶⁶ Para tanto, eles precisavam de recursos para desenvolver uma lavoura que produzisse pelo menos o necessário ao consumo alimentar, arroz, milho, feijão e mandioca. Conseguiram arrendar uma área de 20 hectares e, com sementes doadas, deram início ao projeto. Ao final de três anos, já haviam ampliado a área para 40 hectares e as famílias já contavam com uma sobra de produtos, além da cota de autoconsumo.⁶⁷ Além disso, esses indivíduos foram capacitados na fabricação de farinha, conseguindo uma produção diferenciada em termos de qualidade, ou seja, conseguiram produzir uma farinha diferente, por meio da adição de temperos específicos, culmina num tipo de farinha que eles denominam de “farinha temperada”, cuja produção não é suficiente para atender à demanda dos consumidores locais. A renda oriunda da produção desta farinha é destinada às despesas de manutenção do trator adquirido com recursos do PRONAF.⁶⁸ Buscando atender à demanda de farinha no município e adjacências, eles estavam planejando arrendar mais 20 hectares para plantarem somente mandioca.

Egressos de cursos do SENAR e integrantes desta associação foram entrevistados e destacaram o impacto do curso de associativismo realizado pelo SENAR para eles. Este curso serviu para reforçar a estrutura de união entre o conjunto de sócios, bem como aumentar a participação destes nas reuniões e nas discussões envolvendo o dia-a-dia da associação e de seus membros. Isto é percebido no que expõem alguns destes agricultores, conforme segue:

“Depois que nós fizemos o curso de associativismo, ficou mais fácil de reunir, junta mais gente e as pessoas se mostram mais esperançosas (...)

⁶⁶ O início deste projeto envolveu as associações de bairros que, juntamente com a secretaria de ação social da prefeitura local, selecionaram 50 famílias com o perfil de alta carência e que sobreviviam às custas de doações. O projeto começou com 50 destas famílias e na ocasião da entrevista eram apenas 25.

⁶⁷ Na safra de 2002/2003 a associação produziu 600 sacos de milho.

⁶⁸ Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar.

Posso dizer que eu nunca participei de um grupo tão unido igual a esse. No começo surgia alguma discussão sim, mas era tudo com a intenção de fortalecer o grupo e nunca de alguém querer ser maior ou ter mais direito” (J.B. Entrevistado em Campos Altos).

“São apenas três anos de caminhada, mas, graças a Deus, o resultado está aí. Não precisamos mais ir na prefeitura mendigar cesta básica. O básico nós temos para comer e ainda sobra um pouquinho de dinheiro para outros gastos” (M.M. Entrevistado em Campos Altos).

É importante destacar que, nesse contexto de mudança, as experiências associativas anteriores dos entrevistados não devem ser desprezadas. Antes de fazerem os cursos do SENAR, os dois integrantes da referida associação e entrevistados nesta pesquisa já haviam participado de organizações sociais, inclusive como fundadores ou membros da direção. Deste modo, não se pode creditar o sucesso que estão vivenciando, juntamente com os demais membros daquela associação, ao efeito apenas do curso de associativismo que fizeram pelo SENAR. Todavia, tais cursos trouxeram alguma contribuição na formação de ativos de capital humano e social. Como assegura Werthein (1985), dentre outros autores que também discutem esse assunto, a organização de produtores é importante e se justifica pela necessidade imperiosa de uma ação conjunta e coesa dos pequenos produtores rurais no sentido de se implantarem e consolidarem estruturas sociais que permitam a superação das relações sociais de dependência. A organização dos produtores é vista como uma forma de buscar solução de problemas ou, mais precisamente, o meio pelo qual esses produtores rurais tomam consciência de sua situação, formulando as diferentes alternativas de ação e concretizam a transformação de suas reais condições de vida.

5.3 O SENAR e o desenvolvimento rural em Minas Gerais

A diversidade do estado de Minas Gerais em termos econômicos, sociais, ambientais e culturais é fator incisivo na diversificação das ocupações e dos sistemas produtivos rurais. Aspectos esses que geram importância no tema do desenvolvimento rural, sobretudo quando se analisam ações e agentes que o promovam.

O SENAR, em sua trajetória no estado no desenvolvimento de ações de aprendizagem rural, desenvolveu, ao longo do período de 1993 e 2003, um total de 27.655 cursos, atingindo cerca de 129.000 pessoas, notadamente agricultores familiares e trabalhadores rurais, bem como seus familiares. Trata-se de um contingente expressivo de pessoas que têm participado de capacitações voltadas para a produção e ou prestação de serviços na agropecuária. Entretanto, os cursos tiveram uma distribuição heterogênea pelas regiões do estado. Em termos percentuais, eles tendem a ser mais distribuídos nas regiões cuja estrutura fundiária apresenta predomínio de estabelecimentos com áreas menores, como as regiões Sul de Minas, Mata e Norte de Minas que apresentam os maiores percentuais de estabelecimentos com tamanho de área total nos estratos inferiores a 100 hectares, comparativamente às demais, segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995/96. Há, portanto, uma tendência de ocorrerem mais cursos do SENAR nas regiões onde o setor agropecuário inclina-se a contar com uma maior participação da agricultura familiar. Essas regiões, mais dinâmicas em termos de expansão da ocupação, comparativamente às demais do estado, são geralmente as de menor dinamismo em termos de uso de modernas tecnologias.

Constatou-se, portanto, que há uma maior concentração dos cursos por municípios em regiões de agropecuária extensiva e ou de agricultura familiar não integrada. Caracteristicamente nesse segmento produtivo, em que há diversidade de atividades e ocupações, o trabalhador rural é demandado em

várias atividades na propriedade, requerendo dele múltiplas habilidades e conhecimentos para não comprometer a eficiência das ações desenvolvidas. Assim, categorizados os cursos realizados naquele período em ocupações para produção agropecuária, para indústria rural, para serviços rurais e em atividades não-agrícolas, constatou-se a prevalência de cursos no primeiro tipo de capacitação, com 37% dos cursos, em seguida os voltados para serviços rurais, 27% e indústria rural com 21% dos cursos, ficando, em último lugar, os orientados para atividades não-agrícolas, com 15% do total de cursos.

Constatou-se a predominância de agricultores familiares e de trabalhadores rurais envolvidos com tais capacitações, sendo maior a participação de ambas as categorias profissionais nos cursos de capacitação para a produção agropecuária, indústria rural e serviços rurais.

Nos cursos incluídos na capacitação para atividades não-agrícolas verificou-se um ligeiro predomínio de trabalhadores urbanos, estudantes, e “donas de casa”, portanto, de pessoas sem vínculo direto com a produção agropecuária.

A relação com o desenvolvimento rural que se pode destacar no conjunto das capacitações realizadas pelo SENAR em Minas Gerais, no período analisado, é balizada pela importância das ocupações agrícolas e não-agrícolas no contexto produtivo e social do estado. Inserida nesse quadro de importância, a necessidade de capacitação é valorizada pelo que pode possibilitar de ganhos na qualidade do produto ou do trabalho realizado e, por conseqüência, impactar a renda dos atores envolvidos, fato esse observado entre a maioria dos egressos entrevistados na pesquisa. Esses egressos consideram que houve melhora na renda, seja diretamente, no aumento da produção ou produtividade de produtos produzidos ou indiretamente, por redução em custos de produção, por aumento no salário de trabalhadores rurais que ocorreu principalmente quando mudaram de ocupação ou de patrão, na mesma ocupação.

Conjugada com a melhoria na renda, a qualidade de vida dos entrevistados foi impactada pelos cursos do SENAR. A aquisição de novos conhecimentos sobre a atividade econômica que exercem repercutiu nas atividades produtivas de alguns dos entrevistados, propiciando-lhes ganhos na produtividade e qualidade da produção. Além disso, pelo aumento na renda que obtiveram, foi possível a aquisição de bens ou a realização de melhorias na infra-estrutura das respectivas unidades de produção.

Constatou-se também que os cursos repercutiram positivamente no preparo dos entrevistados diante de eventuais problemas e dificuldades no cotidiano da produção, do trabalho e da vida em família. Além desse efeito dos cursos, outro que repercutiu no cotidiano dos entrevistados foi o aumento na conscientização sobre o melhor uso dos recursos naturais. O aumento da participação social também foi verificado entre eles, tanto em quantidade como na qualidade.

Quantitativamente, esse impacto foi verificado no aumento do percentual entre os egressos que passaram a fazer parte de alguma organização social após a realização dos cursos. A melhoria qualitativa, observada na participação social, se deu no fato de ter sido aumentado o interesse dos capacitandos egressos em participar mais ativamente do dia-a-dia das organizações de que fazem parte, após a realização dos cursos.

Ambas as melhorias no processo de participação social sinalizam para a ocorrência de um certo efeito da aprendizagem obtida nos cursos, na formação de capital social, ativo importante no processo de desenvolvimento.

Dessa forma, a análise dos dados permite inferir que capacitações rurais podem contribuir com o processo de desenvolvimento rural, desde que possibilitem ganhos não somente nos aspectos cognitivos relacionados aos aspectos da produção e do trabalho como assalariado, mas também na conscientização sobre o melhor uso dos recursos naturais, bem como na

participação social. Isso corrobora a proposição de Werthein (1985) de que a inter-relação entre a educação-capacitação e a organização são instrumentos privilegiados do desenvolvimento rural. Logicamente que não se está querendo computar exclusividade do SENAR, por meio de seus cursos e treinamentos, à promoção do desenvolvimento rural. Outros fatores, bem como ações de outros atores, são complementares ao processo de desenvolvimento rural. Há, portanto, que se integrem os diversos atores como o Estado, a sociedade civil organizada, as organizações não governamentais e as populações locais, em geral, na construção de modelos de desenvolvimento com caráter de inclusão social e cidadania plena.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa constatou-se que as ações educativas do SENAR, na forma de capacitação voltada para a profissionalização rural e para a promoção social, tiveram algum efeito sobre o conjunto de habilidades rurais e agrícolas dos egressos entrevistados, em específico naquelas relacionadas com o trabalho e produção. Além disso, verificou-se que houve melhorias nas relações sociais entre estes e os demais atores, sobretudo no interesse em participar de organizações sociais de sua base de representação, como associações, sindicatos e cooperativas.

Contudo, faz-se a ressalva de que, nestes resultados, a bagagem acumulada nas trajetórias de vida e de envolvimento com o trabalho, com a produção e nas relações sociais, constitui um ponto de partida que se soma ao aprendizado nos cursos que fizeram, dando assim um certo impacto das ações de aprendizagens que vivenciaram pelo SENAR.

Do ponto de vista das melhorias nas condições de vida dos atores pesquisados, foi constatado que, em alguns casos, houve impacto na renda em função de aumento na produção e na produtividade de suas atividades. Esse ganho foi decorrente da adoção de técnicas novas ou manejo diferenciado do habitual ou por melhorias implementadas na gestão dos processos produtivos.

Noutros casos, o impacto na renda foi verificado pelo aumento no salário, motivado por mudança na ocupação ou emprego rural. Há também casos de impacto na renda em função da melhoria na saúde dos membros da família dos entrevistados. Essa melhoria resultou de mudanças implementadas no preparo e conservação de alimentos processados, bem como na diversificação da dieta e na qualidade dos produtos consumidos. Ou seja, reduziu-se o gasto com remédios e tratamentos, devido à incorporação de melhores hábitos de higiene

pessoal e na manipulação de alimentos, durante o processamento e preparo; e pela utilização de uma alimentação com melhor padrão de qualidade.

No trabalho, ocorreram mudanças na qualidade pela inclusão de novos conhecimentos e de novas técnicas no rol dos saberes desses atores. Esse impacto na qualidade do trabalho tem repercussão nos demais ganhos já mencionados. Ou seja, o maior rendimento nas tarefas executadas, na produção, produtividade, bem como na organização e melhor uso dos fatores de produção tem relação com a incorporação de novos aprendizados adquiridos nos cursos.

Verificou-se também a ocorrência de algumas mudanças na conscientização dos entrevistados, acerca de um melhor uso dos recursos naturais, visando preservá-los para garantir a continuidade de atendimento na sobrevivência das gerações atuais e futuras.

Outro aspecto positivo que se destaca é o aumento da participação social dos entrevistados, ou seja, foram identificados alguns casos concretos de resultados obtidos na melhoria das condições de vida de egressos membros de grupos associativos, sendo que tais ganhos se deram após a participação em capacitações realizadas pelo SENAR.

Dessa forma, com esses aspectos positivos observados nesta pesquisa, é possível considerar que as ações educativas do SENAR, na forma de capacitações rurais desenvolvidas em Minas Gerais, no período pesquisado, tiveram alguma importância em contribuir no processo de desenvolvimento rural do estado. Entretanto, cabe salientar que todos aqueles impactos observados não são, como já mencionado, consequência exclusiva da ação educativa do SENAR. Afirmar isto seria desconsiderar todo o conteúdo acumulado pelas experiências de vida no seio da família e dos demais grupos a que pertencem os egressos, assim como nas lidas diárias, cujo alicerce básico se dá no tripé produção, trabalho e família. Por outro lado, há que se considerar o aspecto da formação empreendida nos cursos de FPR e PS, em que pesem seus conteúdos

voltados para ocupações rurais e atividades não-agrícolas. Isto tem importância na característica do público do SENAR identificado para estas ações. Ou seja, trata-se de um público pluriativo, formado, na maioria, por pequenos produtores rurais que têm a produção, ou o que dela processam de modo artesanal, voltada para o autoconsumo, embora haja casos de produtores com processos produtivos integrados quase que totalmente ao comércio da produção ou da sua agroindustrialização. Destaca-se também que um quarto dos entrevistados é de assalariados rurais, dos quais um pouco mais da metade são exclusivamente assalariados e a outra parte são de pessoas que combinam essa condição com a de produtor rural.

Portanto, cabe ressaltar que, no cenário da pluriatividade identificado na pesquisa entre o público do SENAR, ações educativas com o caráter de capacitação são importantes pois têm lugar no rol de influenciadores do desenvolvimento humano. Apesar de ter sido identificada alguma mudança positiva no espectro de ações dos sujeitos pesquisados, conforme citado anteriormente, algum aspecto do contexto pesquisado chama a atenção diante do tema central da pesquisa: o desenvolvimento local.

Aqui, algumas observações podem ser feitas sobre a ação do SENAR. Observa-se que, na medida que grande parte do planejamento das ações ficam nas mãos da parceria local, o conjunto emerge como um mosaico disperso de cursos, orientados para um público disperso, que produz também indicadores dispersos para uma avaliação da efetividade desta ação. É flagrante que o SENAR efetua mais ações nas regiões de economia rural mais estagnadas do estado, que atinge um público em grande parte produtor de autoconsumo, que não tem no rural sua principal ocupação e, às vezes, sequer consegue no rural parte relevante da sua renda. Mesmo assim, como exige um padrão mínimo de alfabetização dos seus capacitandos, acaba por atingir um público dotado de maior educação formal que a média do rural do estado.

É de se perguntar, nesta altura se estas ações efetivamente são compensadoras para os capacitandos e para o conjunto de cidadãos(ãs) que as pagam. Resta a dúvida se a qualificação professada redime essas pessoas da exclusão social e econômica, e se os gastos feitos nessas ações revertem em benefícios para o conjunto, se não poderiam ser criadas outras e novas formas de aplicação desses mesmos recursos. Valeria mais a pena investir mais agressivamente em formação de assalariados ou técnicos? Talvez, mas isso certamente implicaria em maior concentração de benefícios para um grupo social bem específico, que aliás já é maior ganhador das benesses do rural. E, mais possivelmente, encontraria pouco retorno em demanda, uma vez que essas ofertas já são disponibilizadas para este segmento e se observa uma baixa procura pelos setores mais integrados – observe-se a menor participação relativa do Triângulo e Alto Paranaíba, onde o agronegócio prospera; observe-se a menor participação de assalariados rurais.

Por isto, ao SENAR resta – quase por exclusão – aos pequenos produtores, aos produtores do autoconsumo, aos jovens excluídos rurais. E, como qualificação é algo muito importante mas não é tudo, a ausência de políticas públicas combinadas e complementares impede que capacitações se transformem em resultados materiais, em elevação de renda, em inclusão social e em desenvolvimento.

Diante disso e dos resultados da pesquisa apresentados, observa-se a persistência da desigualdade do desenvolvimento no estado, regiões e no país como um todo. Contribui para isto, entre outros fatores, o fato de existirem ações que produzem algum impacto no desenvolvimento humano, mas desacompanhadas de políticas públicas que de fato promovam o desenvolvimento social, econômico e cultural. Uma das evidências desse paradoxo é a questão da educação formal, cuja oportunidade de acesso é assimétrica entre a população em geral, assim também quanto à qualidade. Este

fato foi percebido entre os egressos entrevistados, que apresentaram um nível de escolaridade relativamente baixo (considerando-se que aproximadamente 60% têm até 8 anos de estudo), apesar de ser superior ao do estado, nas mesmas faixas etárias. De modo que é premente a necessidade de integração entre políticas e ações dos diversos atores sociais, no sentido de se construir um desenvolvimento centrado na inclusão social dos marginalizados da sociedade.

Uma das críticas que se faz ao concluir este estudo é quanto ao conservadorismo da sociedade brasileira que é por demais perversa. Qualificação apropriada, frente à persistência do fenômeno da concentração de riquezas, em contraste com o elevado nível de carências sociais que aflige a maioria da população. Esse *apartheid* social é constatado em Minas Gerais que, apesar de ser um dos estados mais ricos da Federação, do ponto de vista econômico, apresenta uma paisagem de contrastes sociais entre regiões e municípios. À concentração de renda alia-se o elevado índice de analfabetismo, bem como o baixo índice de escolaridade entre a população de jovens e adultos. Esta situação contrasta com o discurso do Estado que, historicamente, tem objetivado resolver esse grave problema educacional do país. A alegação da falta de recursos financeiros para serem empreendidos em ações, visando corrigir tal distorção, tem conotação de engodo oficial para a persistência na manutenção do *status quo* de classes privilegiadas no usufruto da riqueza produzida pelo conjunto da sociedade, em particular daqueles que labutam no campo. Aliás, bem mais que recurso financeiro, o imprescindível é que haja uma simétrica participação entre os atores sociais nos projetos voltados para o desenvolvimento, de modo que todos os segmentos sociais tenham oportunidades iguais de empoderamento.

A experiência adquirida com a realização da presente pesquisa e diante dos seus resultados reforçou a convicção de que muito ainda pode ser pesquisado no tema escolhido. Portanto, está longe de entender que os objetivos

que foram traçados e alcançados têm a conotação de conclusivo ao problema formulado. Bem ao contrário, tem-se a certeza de que desses resultados podem emergir novas indagações a respeito do assunto, até porque o tema do desenvolvimento é rico de complexidades em torno dos fatores intervenientes.

No campo da educação, capacitações voltadas para ocupações rurais configuram-se como importante tema para debate, mas que, extrapolando o nível do debate, resultem em ações concretas promotoras de inclusão social e de desenvolvimento. Nesse sentido, pesquisas empíricas sobre o mercado de trabalho, no contexto das ocupações locais e regionais, podem ser realizadas como forma de respaldarem-se instituições de aprendizagem na formatação de ações educativas de cunho profissionalizante voltadas para esses ambientes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. O Capital Social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 4., 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1999. 18 p.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149 p.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições UNESCO, 1998. 101 p.
- ALENCAR, E. **Paradigma, ontologia, epistemologia, metodologia e método**. Lavras: UFLA, 1998. 15 p. Apostila.
- ALENCAR, E.; GOMES, M. A. O. **Metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1998. 212 p.
- ALVES, F. A. **Efeito do treinamento nos trabalhadores rurais da região cacaueira da Bahia**. 1976. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.
- BARAN, P. A. **A economia política do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 283 p.
- BARROS, J. R. M. de. (Org.). **Agricultura e estabilização no Brasil: coletânea de artigos 1995-1998**. EMBRAPA, 1998.
- BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. **O índice de desenvolvimento da família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. 20 p. (Texto para discussão, n. 986).
- BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D. D.; QUINTAES, G. **Determinantes do desempenho educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para discussão, n. 834).
- BEISIEGEL, C. de R. Considerações sobre a política da União para a educação de jovens e adultos analfabetos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 4, p. 26-34, jan. /abr. 1999.

- BORDENAVE, J. D. & PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 2002. 312 p.
- BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2001. 747 p.
- BRANDÃO, C. R. "Saber de classe e educação popular" In: **O ardil da ordem**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.
- BRITO, F.; HORTA, C. J. G. Minas Gerais: crescimento demográfico, migrações e distribuição espacial da população. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. **Anais....** Diamantina: CEDEPLA/UFMG, 2002. CD-ROM.
- BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M.; SILVEIRA, J. M. da. Agricultura familiar e condicionantes da adoção de tecnologias agrícolas. In: LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. (Org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p. 331-345.
- CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1999.
- CASTELLS, M. **La era de la información. Economía, sociedad y cultura**. "La sociedad red". Madri: Alianza Editorial, 1998. v. 1.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1996. 335 p.
- COCHRAN, W. G. **Técnicas de amostragem**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1965. 555 p.
- CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília, 1998.
- COSTA, C. B. **Avaliação de efeitos do treinamento na formação profissional: o caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília.

CUNHA, L. A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991. 293 p.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura brasileira**. Campinas: Ícone/Edunicamp, 1985.

DELGADO, G.; SCHWARZER, H. **A experiência da previdência rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. 31p.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 58-77, nov. 2001.

DOWBOR, L. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, S. C. (Org.). **Desenvolvimento local: geração de emprego e renda**. Pólis, 1995.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 257 p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Resumo do Relatório final do projeto UTF/BRA/036. 2. versão. Mar. 1995.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, 2000. 74 p.

FLEURY, A. FLEURY, M. T. L. **Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 237 p.

FRANCO, M. C. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 100-137.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 79 p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 1983. 93 p.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 184 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1985**.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995/96.**

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991.**

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP) /CEES – Centro de Estudos Econômicos e Sociais. **Identificação e análise das transformações do setor agropecuário, 1985-96, com ênfase em Minas Gerais.** Belo Horizonte, 2001. 258 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. **Perfil de Minas Gerais.** Belo Horizonte, 1999.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Anuário estatístico de Minas Gerais 2000-2001.** Belo Horizonte, 2002.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil de Minas Gerais.** FJP/CEI. Belo Horizonte, 2003.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto interno bruto de Minas Gerais: Municípios e Regiões 1985-1995.** Belo Horizonte, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Regiões de Planejamento.** Belo Horizonte, 1994.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117 p.

GARCIA HUIDORO, J. E. **Aportes para el análisis y la sistematización de experiencias no formales de educación de adultos.** Chile: UNESCO, 1980.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas,** São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.
GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **A pluriatividade da agropecuária brasileira em 1995-1998.** [S. l. : s. n.], 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural Brasileiro.** Campinas: Instituto de Economia Agrícola, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural Brasileiro. In: SHIKI, S.; SILVA, J.G. da.; ORTEGA, A.C. (Org.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: EMBRAPA/CNPMA ; Campinas: UNICAMP-UFU, 1997. p. 75-100.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimento das pessoas ocupadas na agricultura brasileira, de 1992 a 2001. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora, 2003.

HOFFMANN, R. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Determinantes da renda e pobreza das famílias agrícolas no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40, 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo, 2002. CD-ROM.

KRAUSKOPF, D. Los nuevos desafíos de la educación em el desarrollo juvenil. In: SOLUM, D. (Comp.) **Adolescencia y juventud em América Latina**. Costa Rica: Lur Ediciones, 2001.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.) **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. 318 p.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2002. 208 p.

LOPES, M. A. S. Educação de jovens e adultos e a formação profissional. In: SENAR. **Cenário rural**. Brasília: Senar, 2003. p. 49-61.

LOPES, M. A. S.; ALGARTE, R. A. **Pesquisa sobre impactos sócio-ocupacionais em comunidades rurais participantes do Programa de Educação Profissional de Trabalhadores Rurais sem Escolaridade**. Brasília: SENAR, 2001. 96 p.

MACHADO, L. R. de S. **A educação e os desafios das novas tecnologias**. In: FERRETTI, C. J.; ZIBAS, D. M. L.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B. (Org.) **Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 169-188.

MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000. 210 p.

MEDEIROS, R. M. **Mulher, terra e trabalho**: trajetórias femininas na agricultura familiar mineira nos anos 1990. 2002. 112 p. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG.

MELLO, M. A. de. et. al. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora, 2003.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo. Companhia Melhoramentos, 1998.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992. 269 p.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 43, p. 83-100, 2001.

PAIVA, V. Estado e educação popular: recolocando o problema. In: BRANDÃO, C. R. (org.). **A questão política da Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

PARENTE, S.; ZAPATA, T. **Parceria e articulação institucional para o desenvolvimento: Local integrado e sustentado**. Recife : Projeto Banco do Nordeste/PNUD, 1998. p. 63. Série de cadernos técnicos, n. 4.

POCHMANN, M. Mudanças na ocupação e a formação profissional. Trabalho e educação. **Revista do NETE-FAE**, Belo Horizonte, n. 6, p. 48-71, jul. /dez. 1999/jan. /jun. 2000.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - PNUD. 2003.
Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>>. Acesso em: 05 abr. 2004.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - PNUD. 2004.
Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>>. Acesso em: 15 jul. 2004.

RIBEIRO, E. M.; AYRES, E. B.; ASSIS, T. de P. Diferenças regionais de ocupação rural e desenvolvimento em Minas Gerais. **Economia Rural**, Viçosa, n. 2, p. 30-33, abr. /jun. 2002.

RIBEIRO, E. M.; DANIEL, L. O.; PISA, E. C. As transformações do trabalho rural em Minas Gerais nos anos 1990. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 6., 1999. **Anais...** 1999.

ROCHA, F. A. da S. **Relatório de pesquisa**: uma avaliação de egressos de treinamentos em cinco ocupações. Belo Horizonte: Senar AR/MG, 1997. 67 p.

ROSA, S. L. C. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. In: **Agricultura familiar e o desafio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2001. p. 75-90.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice. 1986.

SANTOS, M. **“Território e Sociedade”**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996. 127 p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p. Título original: Development as freedom.

SENAR AR-MG. **Legislação básica do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR**: atos constitutivos do serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Estado de Minas Gerais – SENAR – MG. Belo Horizonte, 1993.

SENAR AR-MG. **Manual de orientações para a Formação Profissional Rural e a Promoção Social**. Belo Horizonte, 2004.

SENAR AR-MG. **Totalização de eventos de Formação Profissional Rural e Promoção Social, segundo os municípios**. Belo Horizonte, 2004. (Mimeo).

SENAR AR-MG. **Conteúdos das ações de FPR e de PS**. Belo Horizonte, 2002. (Mimeo).

SENAR. **Metodologia do ensino da formação profissional rural e da promoção Social**. Brasília, 1998. Série metodológica, n. 7.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1998. 370 p.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis/Brasília: Epagri/NEAD, 2001. 118 p.

SOARES, S.; CARVALHO, L.; KIPNIS, B. **Os jovens adultos de 18 a 25 anos**: retrato de uma dívida da política educacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. 26p. (Texto para discussão, n. 954).

SOUZA, L. A. G. de. A participação popular na América latina. In: WERTHEIN, J.; ARGUMEDO, M. (Org.). **Educação e participação**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985. p. 25-39.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 36., 1998, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas, 1998.

WANDERLEY, L. Apontamentos sobre a educação popular. In: _____. **Cultura do povo**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

WERTHEIN, J. **Educação de adultos na América Latina**. Campinas: Papirus, 1985. 224 p.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: UnB, 1997.

ANEXOS

	Página
ANEXO A Municípios mineiros que tiveram cursos do SENAR e com as características definidas para a amostragem.....	184
ANEXO B Questionário aplicado para coleta de dados.....	206
ANEXO C Roteiro de entrevistas.....	217
ANEXO D Termo aditivo.....	219
ANEXO E Proposta para a realização de evento (FPR ou PS).....	220
ANEXO F Modelos de Guia de Arrecadação do SENAR-MG (Guia da Previdência Social – GPS).....	225
ANEXO G Programação quadrimestral das ações do SENAR-MG (FPR e PS).....	227
ANEXO H Principais ocupações existentes em Minas Gerais.....	230

ANEXO A
MUNICÍPIOS MINEIROS QUE TIVERAM CURSOS DO SENAR E COM AS CARACTERÍSTICAS DEFINIDAS
PARA A AMOSTRAGEM

TABELA 1A Municípios com ações do SENAR segundo o PIB Agropecuário a preços correntes (R\$) e pessoal ocupado no setor agropecuário no ano 2000. Total de eventos realizados entre 1998 e maio/2003. CENTRAL.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
1	ABAETE	21.188	20,48	2.367	24,84	65	16	81	4,64	51,31
2	ALVINOPOLIS	7.710	8,42	1.681	28,16	40	8	48	2,75	31,09
3	BARBACENA	16.938	2,61	4.090	9,72	64	17	105	6,01	51,18
4	BELO HORIZONTE	0	0	4.546	0,46	3	0	3	0,17	2,18
5	BELO VALE	6.736	22,32	1.213	43,03	35	19	54	3,09	30,34
6	BUENOPOLIS	6.639	24,23	1.153	36,18	5	4	9	0,52	4,67
7	CAETE	5.542	5,87	990	7,53	1	0	1	0,06	0,73
8	CARANDAI	11.382	10,94	2.031	31,53	28	21	49	2,81	25,79
9	CONSELHEIRO LAFAIETE	5.325	1,77	1.428	3,93	73	29	102	5,84	60,51
10	CORDISBURGO	8.359	35,77	1.203	35,84	22	14	36	2,06	19,61
11	CORINTO	11.193	14,64	1.860	21,84	15	4	19	1,09	11,92
12	CURVELO	30.213	12,56	4.416	16,66	80	30	110	6,3	65,84
13	DESTERRO DE ENTRE RIOS	3.095	21,31	1.488	59,19	8	10	18	1,03	8,41
14	DIAMANTINA	3.478	3,15	2.138	12,75	10	4	14	0,8	8,3
15	ENTRE RIOS DE MINAS	7.438	22,14	1.838	34,64	47	14	61	3,49	37,74

Continua...

TABELA 1A Continuação.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
16	FELIXLANDIA	11.049	26,74	1.395	29,99	24	16	40	2,29	21,58
17	FERROS	6.382	28,2	2.196	51,38	5	1	6	0,34	3,89
18	FLORESTAL	6.121	29,83	624	29,57	58	0	58	3,32	42,05
19	IBERTIOGA	3.754	33,51	900	50,25	3	0	3	0,17	2,18
20	IBIRITE	11.546	3,22	1.162	2,56	24	16	40	2,29	21,58
21	ITABIRA	6.593	1,37	3.019	8,49	13	1	14	0,8	9,69
22	ITABIRITO	1.726	0,56	216	1,51	30	8	38	2,18	23,84
23	ITAGUARA	6.679	22,17	1.086	22,62	1	1	2	0,11	0,99
24	JABOTICATUBAS	7.725	20,53	1.546	27,42	1	4	5	0,29	1,77
25	JEQUITIBA	7.614	36,41	888	49,44	20	7	27	1,55	16,33
26	LAGOA DOURADA	10.515	38,67	2.336	50,4	24	11	35	2	20,27
27	LAGOA SANTA	1.977	0,99	538	3,56	2	0	2	0,11	1,45
28	MADRE DE DEUS DE MINAS	3.143	14,94	571	36,96	41	28	69	3,95	37,04
29	MARIANA	3.474	1,12	2.181	12,52	45	14	59	3,38	36,29
30	MORADA NOVA DE MINAS	9.089	35,22	1.091	35,62	0	1	1	0,06	0,26
31	NAZARENO	6.049	19,77	1.058	37,7	13	3	16	0,92	10,21
32	PARA DE MINAS	54.772	14,13	2.865	9,49	39	10	49	2,81	30,89
33	PARAOPEBA	8.425	7,14	1.716	20,98	28	12	40	2,29	23,44
34	PEDRO LEOPOLDO	38.129	8,31	1.022	4,94	26	4	30	1,72	19,9
35	PIEDADE DO RIO GRANDE	2.379	20,58	846	44,95	26	20	46	2,63	24,08
36	PITANGUI	13.712	12,07	1.377	15,16	5	3	8	0,46	4,41
37	POMPEU	32.980	30,36	2.788	25,11	72	26	98	5,61	59

Continua...

TABELA 1A Continuação.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
38	RIO PIRACICABA	4.043	0,89	876	19,89	4	3	7	0,4	3,68
39	SANTA BARBARA	2.228	0,43	1.179	14,05	23	5	28	1,6	17,98
40	SANTA LUZIA	2.202	0,43	953	1,38	7	3	10	0,57	5,86
41	SANTA MARIA DE ITABIRA	13.358	35,81	887	26,41	36	14	50	2,86	29,76
42	SANTANA DE PIRAPAMA	6.315	54,76	1.892	54,54	26	6	32	1,83	20,42
43	SANTANA DO RIACHO	1.251	12,57	284	22,05	1	2	3	0,17	1,25
44	SAO JOAO DEL REI	14.060	4,34	2.109	6,93	65	18	83	4,75	51,83
45	SÃO TIAGO	8.979	31,3	1.893	42,67	4	0	4	0,23	2,9
46	SERRO	6.583	18,25	3.229	45,06	59	12	71	4,07	45,91
47	SETE LAGOAS	11.286	1,19	2.350	3,11	28	12	40	2,29	23,44
48	TRES MARIAS	10.884	6,36	1.165	12,73	17	5	22	1,26	13,63
TOTAL						1266	456	1746	100	

Fonte: IBGE (2000); FJP (2003); e SENAR-MG, 2003.

TABELA 2A Municípios com ações do SENAR segundo o PIB Agropecuário a preços correntes (R\$) e pessoal ocupado no setor agropecuário no ano 2000. Total de eventos realizados entre 1998 e maio/2003. MATA.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
1	ALEM PARAIBA	5.121	4,5	1.075	8,08	21	34	55	2,33	24,08
2	ALTO JEQUITIBA	6.633	29,88	1.846	52,97	35	17	52	2,2	29,78
3	ANTONIO PRADO DE MINAS	1.483	26,12	585	51,2	55	14	69	2,92	43,49
4	ARGIRITA	2.272	20,24	395	32,43	10	1	11	0,47	7,5
5	BARAO DO MONTE ALTO	3.289	22,91	1.055	43,78	0	3	3	0,13	0,78
6	CAPARAO	4.284	40,24	1.955	75,34	5	0	5	0,21	3,62
7	CARANGOLA	11.053	10,05	4.047	28,71	59	18	77	3,26	47,43
8	CATAGUASES	9.480	2,53	1.199	5,12	20	12	32	1,36	17,62
9	DIVINESIA	1.922	26,01	776	55,07	10	0	10	0,42	7,24
10	DIVINO	17.527	35,37	5.183	62,49	13	2	15	0,64	9,94
11	DOM SILVERIO	2.002	13,14	548	29,4	37	11	48	2,03	29,67
12	ERVALIA	10.892	29,4	3.837	56,95	16	6	22	0,93	13,15
13	ESPERA FELIZ	17.802	30,19	6.354	60,02	41	17	58	2,46	34,13
14	EUGENOPOLIS	5.728	24,29	2.384	48,69	51	12	63	2,67	40,07
15	GUARANI	6.193	25,07	915	27,26	15	9	24	1,02	13,21
16	GUIRICEMA	11.015	39,14	2.051	55,27	1	2	3	0,13	1,25
17	JEQUERI	15.712	44,68	3.630	64,84	3	3	6	0,25	2,96
18	JUIZ DE FORA	19.143	0,73	3.777	2,05	57	22	79	3,35	47,02
19	LAJINHA	13.640	27,54	5.208	62,68	59	12	71	3,01	45,86
20	LARANJAL	3.608	25,62	778	32,24	3	2	5	0,21	2,69
21	LEOPOLDINA	15.423	8,46	2.696	13,24	32	13	45	1,91	26,57

Continua...

TABELA 2A Continuação.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
22	MANHUACU	26.326	9,47	9.962	34,26	131	63	194	8,22	111,32
23	MANHUMIRIM	9.121	14,48	2.822	32,46	72	19	91	3,85	57,1
24	MAR DE ESPANHA	3.337	11,84	748	16,44	3	0	3	0,13	2,17
25	MATIPO	8.938	28,66	3.966	61,6	37	17	54	2,29	31,23
26	MIRADOURO	6.518	16,39	867	8,37	52	22	74	3,13	43,4
27	MIRAI	5.638	9,72	1.195	24,67	0	3	3	0,13	0,78
28	MURIAE	19.679	5,89	4.575	12,08	79	25	104	4,4	63,74
29	PALMA	4.705	29,36	851	34	34	25	59	2,5	31,15
30	PATROCINIO DO MURIAE	1.783	5,22	491	23,99	19	11	30	1,27	16,63
31	PAULA CANDIDO	8.345	33,01	2.056	54,48	11	2	13	0,55	8,49
32	PIRAPETINGA	2.269	4,85	612	14,51	13	8	21	0,89	11,5
33	PIRAUBA	4.767	12,02	1.077	25,56	23	13	36	1,52	20,05
34	PONTE NOVA	15.829	6,16	1.895	8,76	75	21	96	4,07	59,8
35	PORTO FIRME	5.603	21,92	1.985	56,15	7	2	9	0,38	5,59
36	RAUL SOARES	13.152	22,66	4.750	48,4	90	29	119	5,04	72,75
37	RIO CASCA	12.446	18,68	1.514	27,57	3	0	3	0,13	2,17
38	RIO NOVO	2.467	8,8	681	20,56	8	4	12	0,51	6,84
39	RIO POMBA	7.567	15,45	1.347	20,17	46	10	64	2,71	36,04
40	RIO PRETO	2.875	17,96	705	30,41	7	7	14	0,59	6,9
41	S. JOAO NEPOMUCENO	4.917	5,93	2.241	54,25	28	12	40	1,69	23,41
42	SANTA MARGARIDA	11.025	32,66	4.154	72,21	8	4	12	0,51	6,84
43	SANTA RITA DE JACUTINGA	3.125	20,77	884	38,22	19	13	32	1,36	17,15
44	SANTA RITA DO IBITIPOCA	2.902	25,21	857	57,75	3	7	10	0,42	4

Continua...

TABELA 2A Continuação.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
45	SANTANA DO DESERTO	1.430	16,24	360	26,03	1	1	2	0,08	0,99
46	SANTO ANÔNIO DO GRAMA	4.662	35,15	728	45,87	12	3	15	0,64	9,47
47	SANTOS DUMONT	8.478	3,2	1.768	11,87	1	0	1	0,04	0,72
48	SAO FRANCISCO DO GLORIA	3.626	24,89	1.488	63,67	1	1	2	0,08	0,99
49	SAO GERALDO	3.243	15,11	885	27,11	33	4	37	1,57	24,94
50	SAO JOAO DO MANHUACU	10.722	23,86	2.412	64,51	27	8	35	1,48	21,64
51	SAO PEDRO DOS FERROS	11.198	40,22	1.326	40,8	17	2	19	0,8	12,83
52	SENHORA DE OLIVEIRA	2.779	23,48	1.358	58,38	14	6	20	0,85	11,71
53	SIMONESIA	11.361	47,26	4.612	69,58	26	8	34	1,44	20,92
54	TABULEIRO	2.555	23,36	722	43,42	11	10	21	0,89	10,58
55	TOMBOS	5.203	19,68	1.909	41,72	142	26	168	7,12	109,63
56	UBA	7.271	1,86	2.076	5,99	29	5	34	1,44	22,31
57	VICOSA	7.876	3,35	2.898	10,79	56	8	91	3,85	43,05
58	VISCONDE DO RIO BRANCO	7.305	5,07	1.723	12,93	27	6	33	1,4	21,12
59	VOLTA GRANDE	2.577	10,06	582	31,91	2	1	3	0,13	1,71
TOTAL						1710	616	2361	100	

Fonte: IBGE (2000); FJP (2003); e SENAR-MG, 2003.

TABELA 3A Municípios com ações do SENAR segundo o PIB Agropecuário a preços correntes (R\$) e pessoal ocupado no setor agropecuário no ano 2000. Total de eventos realizados entre 1998 e maio/2003. SUL DE MINAS.

Municípios		PIB Agropecuário		Pessoal Ocupado na Agropec.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
1	AIUROCA	5.609	23	1.152	40,06	2	0	2	0,08	1,53
2	ALFENAS	62.932	8,71	4.795	16,541	5	1	6	0,24	4,06
3	ALPINOPOLIS	13.697	27,41	3.102	41,454	3	2	5	0,2	2,76
4	ANDRADAS	35.347	18,77	5.391	32,76	6	3	9	0,35	5,29
5	ANDRELANDIA	6.789	19,48	1.512	32,02	11	6	17	0,67	9,82
6	AREADO	13.105	32,74	2.464	44,372	12	14	26	1,03	12,44
7	BAEPENDI	11.140	23,39	1.410	20,06	2	0	2	0,08	1,53
8	BOA ESPERANCA	35.971	27,62	7.160	42,611	49	2	51	2,01	37,99
9	BOM JARDIM DE MINAS	1.961	11,08	734	29,753	30	13	43	1,7	25,99
10	BOM JESUS DA PENHA	8.010	44,67	1.062	63,06	3	1	4	0,16	2,53
11	BORDA DA MATA	6.209	14,47	2.269	32,281	9	0	9	0,35	6,89
12	BOTELHOS	36.956	59,99	4.543	61,177	13	8	21	0,83	11,81
13	BRAZOPOLIS	9.504	25,4	1.814	35,45	31	9	40	1,58	25,83
14	BUENO BRANDAO	13.877	44,76	3.015	53,382	17	1	18	0,71	13,25
15	CABO VERDE	20.310	49,84	4.547	66,206	1	1	2	0,08	1
16	CACHOEIRA DE MINAS	12.245	38,18	2.135	45,014	20	12	32	1,26	18,1
17	CALDAS	13.979	10,34	2.626	45,535	21	13	34	1,34	19,1
18	CAMBUI	3.291	3,64	2.072	20,252	27	7	34	1,34	22,3
19	CAMBUQUIRA	14.097	32,14	2.138	39,079	25	4	29	1,14	20,07
20	CAMPANHA	20.005	35,43	2.036	32,18	17	5	22	0,87	14,18
21	CAMPESTRE	49.567	54,05	5.811	57,74	34	15	49	1,93	29,52

Continua...

TABELA 3A Continuação.

Nº	Municípios Nome	PIB Agropecuário		Pessoal Ocupado na Agropec.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada dos eventos
		R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	
22	CAMPOS GERAIS	59.072	54,1	7.686	63,784	13	2	15	0,59	10,42
23	CAPITOLIO	8.960	24,7	1.267	32,003	31	5	36	1,42	24,9
24	CAREACU	5.736	28,03	1.062	41,598	15	9	24	0,95	13,58
25	CARMO DA CACHOEIRA	21.097	47,5	3.173	42,611	35	6	41	1,62	28,2
26	CARMO DE MINAS	17.346	43,16	2.292	45,127	6	0	6	0,24	4,59
27	CARMO DO RIO CLARO	50.243	52,87	4.519	48,902	21	15	36	1,42	19,57
28	CARRANCAS	4.731	37,62	612	40,396	15	8	23	0,91	13,34
29	CASSIA	19.419	26,56	2.827	36,633	14	2	16	0,63	11,19
30	CAXAMBU	2.063	2,57	558	6,39	4	1	5	0,2	3,3
31	CONCEICAO DA APARECIDA	20.647	57,12	2.611	57,842	1	0	1	0,04	0,77
32	CONCEICAO DO RIO VERDE	11.522	29,65	2.616	47,008	56	7	63	2,48	44,51
33	COQUEIRAL	12.932	48,56	2.881	62,876	7	1	8	0,32	5,59
34	CRUZILIA	8.299	20,37	1.372	23,513	32	13	45	1,77	27,52
35	ELOI MENDES	21.769	18,98	3.900	39,11	17	1	18	0,71	13,25
36	EXTREMA	2.679	0,98	850	10,71	57	8	65	2,56	45,51
37	FORTALEZA DE MINAS	4.739	4,07	733	45,08	10	0	10	0,39	7,66
38	GUAPE	23.303	50,16	3.324	54,9	18	5	23	0,91	14,95
39	GUARANESIA	10.303	10,31	3.505	41,67	12	4	16	0,63	10,12
40	GUAXUPE	18.481	8,01	4.504	21,99	80	24	104	4,1	66,84
41	HELIODORA	5.663	33,41	1.046	52,43	30	14	44	1,74	26,22
42	ILICINEA	16.524	46,85	3.041	58,56	14	1	15	0,59	10,95
43	ITAJUBA	4.897	0,83	1.861	6	77	10	87	3,43	61,29
44	ITAMONTE	4.800	7,51	1.274	26,51	17	4	21	0,83	13,95

Continua...

TABELA 3A Continuação.

Municípios		PIB Agropecuário		Pessoal Ocupado na Agropec.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
45	ITANHANDU	33.252	42,65	1.039	17,8	13	3	16	0,63	10,65
46	ITAU DE MINAS	2.569	1,79	396	7,52	0	1	1	0,04	0,23
47	JACUI	7.847	42,54	1.840	55,07	5	4	9	0,35	4,76
48	LAMBARI	8.138	14,59	2.041	25,957	49	12	61	2,41	40,31
49	LAVRAS	33.266	8,09	2.846	9,276	52	17	69	2,72	43,77
50	MACHADO	53.602	32,47	5.997	36,543	7	16	24	0,95	9,08
51	MARIA DA FE	7.892	26,76	2.388	40,101	21	10	31	1,22	18,4
52	MINDURI	2.918	17,61	467	32,408	56	24	80	3,15	48,46
53	MONTE BELO	23.132	17,17	3.932	65,089	7	4	11	0,43	6,29
54	MONTE SANTO DE MINAS	32.274	44,83	4.142	42,856	10	0	10	0,39	7,66
55	MUZAMBINHO	14.193	20,25	4.246	44,266	40	6	50	1,97	32,03
56	NATERCIA	6.903	44,98	1.205	51,761	19	7	26	1,03	16,18
57	NEPOMUCENO	47.313	53,35	6.651	57,84	53	22	75	2,96	45,7
58	NOVA RESENDE	15.569	45,43	5.102	68,263	58	17	75	2,96	48,36
59	PARAGUACU	23.599	27,36	3.261	38,315	5	0	5	0,2	3,83
60	PARAISOPOLIS	5.106	8,39	1.312	17,708	43	15	58	2,29	36,41
61	PASSA QUATRO	21.820	30,11	1.101	17,81	2	0	2	0,08	1,53
62	PASSOS	54.679	9,48	5.212	12,986	14	4	18	0,71	11,65
63	PEDRALVA	20.639	52,76	2.160	46,683	30	7	37	1,46	24,6
64	POCO FUNDO	17.835	36,19	4.494	61,326	4	7	11	0,43	4,69
65	POCOS DE CALDAS	25.043	2,22	4.146	6,626	30	2	32	1,26	23,44
66	POUSO ALEGRE	12.187	1,04	4.160	9,024	18	1	19	0,75	14,02
67	POUSO ALTO	8.706	12,65	1.027	39,714	7	4	11	0,43	6,29

Continua.

TABELA 3A Continuação.

Nº	Municípios Nome	PIB Agropecuário		Pessoal Ocupado na Agropec.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada dos eventos
		R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	
68	SANTA RITA DE CALDAS	14.602	42,71	2.080	49,406	5	5	10	0,39	4,99
69	SANTANA DA VARGEM	13.998	47,88	2.558	61,314	30	11	41	1,62	25,53
70	SAO GONCALO DO SAPUCAI	17.754	20,03	3.387	36,263	23	8	31	1,22	19,47
71	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	9.790	32,71	829	34,556	40	11	51	2,01	33,19
72	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	39.168	16,11	6.289	23,446	138	36	174	6,86	114,04
73	SAO VICENTE DE MINAS	3.935	14,77	552	24,977	19	4	23	0,91	15,48
74	SERRANIA	10.057	26,05	1.741	52,173	15	19	34	1,34	15,9
75	SILVIANOPOLIS	8.547	42,16	1.399	49,347	10	2	12	0,47	8,12
76	SOLEDADE DE MINAS	2.989	22,52	519	28,423	4	1	5	0,2	3,3
77	TRES CORACOES	31.967	9,16	4.498	17,224	4	0	4	0,16	3,06
78	TRES PONTAS	50.583	25,54	9.738	41,934	17	3	20	0,79	13,71
79	TURVOLANDIA	8.630	44,11	1.458	65,206	18	8	26	1,03	15,64
80	VARGINHA	17.397	2,76	5.374	11,122	156	41	197	7,77	128,98
TOTAL						1942	589	2536	100	

Fonte: IBGE (2000); FJP (2003); e SENAR-MG, 2003.

TABELA 4A Municípios com ações do SENAR segundo o PIB Agropecuário a preços correntes (R\$) e pessoal ocupado no setor agropecuário no ano 2000. Total de eventos realizados entre 1998 e maio/2003. TRIÂNGULO.

Municípios		PIB Agropecuário.		Pessoal Ocupado na Agropec.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada dos eventos
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	
1	ARAGUARI	97.336	21,19	7.699	17,51	61	24	85	9,23	50,88
2	CAMPINA VERDE	35.027	41,11	2.845	36,47	30	11	41	4,45	24,82
3	CANAPOLIS	43.219	58,1	1.374	30,28	34	21	55	5,97	30,28
4	CAPINOPOLIS	16.890	27,11	1.681	29,31	22	6	28	3,04	17,68
5	CARNEIRINHO	28.097	51,59	1.634	45,25	16	1	17	1,85	12,01
6	COMENDADOR GOMES	31.209	79,75	880	62,68	2	0	2	0,22	1,47
7	CONCEICAO DAS ALAGOAS	46.046	47,63	1.657	23,46	8	11	19	2,06	8,65
8	CONQUISTA	26.428	43,8	1.012	38,77	10	10	20	2,17	9,87
9	FRONTEIRA	9.654	28,38	709	19,52	6	0	6	0,65	4,41
10	FRUTAL	61.793	23,43	5.093	24,72	7	0	7	0,76	5,15
11	GURINHATA	18.435	56,78	1.373	52,01	25	25	50	5,43	24,67
12	INDIANOPOLIS	28.137	65,73	1.448	61,99	4	0	4	0,43	2,94
13	IPIACU	6.956	43,08	674	38,23	2	0	2	0,22	1,47
14	ITAPAGIPE	26.250	28,74	2.461	43,95	34	35	69	7,49	33,81
15	ITUIUTABA	35.709	8,81	4.523	11,87	15	3	18	1,95	11,78
16	ITURAMA	46.846	34,35	1.769	14,22	91	12	103	11,18	69,91
17	LIMEIRA DO OESTE	19.897	61,41	1.086	43,25	49	9	58	6,3	38,29
18	MONTE ALEGRE DE MINAS	51.271	58,68	3.208	42,08	65	4	69	7,49	48,79
19	PRATA	43.074	37,37	3.587	35,53	52	21	73	7,93	43,51
20	SANTA VITORIA	28.120	41,76	2.433	33,41	26	2	28	3,04	19,62
21	TUPACIGUARA	31.404	37,46	2.609	27,9	14	3	17	1,85	11,05

Continua...

TABELA 4A Continuação.

Municípios		PIB Agropecuário.		Pessoal Ocupado na Agropec.			EVENTOS REALIZADOS			Média ponderada dos eventos	
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%		
22	UBERABA	117.729	7,28	8.143		7,18	49	18	67	7,27	40,55
23	UBERLANDIA	159.462	4,48	10.192		4,58	52	13	65	7,06	41,5
24	VERISSIMO	12.806	53,82	683		53,11	3	3	6	0,65	2,96
TOTAL							677	232	909	98,7	

Fonte: IBGE (2000); FJP (2003); e SENAR-MG, 2003.

TABELA 5A Municípios com ações do SENAR segundo o PIB Agropecuário a preços correntes (R\$) e pessoal ocupado no setor agropecuário no ano 2000. Total de eventos realizados entre 1998 e maio/2003. ALTO PARANAÍBA.

Municípios		PIB Agropecuário		Pessoal Ocupado na Agropecuária		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada dos eventos
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	% Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	
1	ABADIA DOS DOURADOS	9.504	35,74	1.015	39,31	3	10	13	1,51	4,27
2	ARAXA	28.540	3,9	3.848	11,49	51	6	57	6,62	42,1
3	CAMPOS ALTOS	34.294	55,26	2.817	49,83	34	15	49	5,69	30,11
4	COROMANDEL	68.431	47,43	4.514	36,39	10	2	12	1,39	8,41
5	IBIA	39.586	31,7	3.268	36,54	69	24	93	10,8	59,92
6	IRAI DE MINAS	11.567	41,44	1.438	51,21	17	0	17	1,97	13,66
7	LAGOA FORMOSA	18.864	42,05	3.498	45,03	3	0	3	0,35	2,41
8	MATUTINA	5.823	27,22	878	51,53	3	2	5	0,58	2,78
9	MONTE CARMELO	58.198	26,7	5.208	25,33	24	2	26	3,02	19,66
10	NOVA PONTE	32.640	45,24	1.210	30	63	28	91	10,57	55,84
11	PATOS DE MINAS	73.188	14,66	8.235	15,24	128	10	145	16,84	104,81
12	PATROCINIO	112.566	29,86	9.408	30,37	96	7	105	12,2	78,48
13	PERDIZES	51.360	58,54	2.620	49,66	32	10	42	4,88	27,58
14	PRATINHA	8.350	64,59	864	62,11	2	3	5	0,58	2,16
15	RIO PARANAIBA	74.490	46,39	3.352	62,77	6	1	7	0,81	5,01
16	SACRAMENTO	42.711	36,74	2.336	24,98	76	23	99	11,5	65,36
17	SANTA ROSA DA SERRA	4.002	23,73	1.032	59,58	5	7	12	1,39	5,32
18	SAO GOTARDO	22.973	23,22	5.716	43,42	36	0	36	4,18	28,93
19	SERRA DO SALITRE	34.488	63,95	2.508	56,97	2	0	2	0,23	1,61
20	TAPIRA	8.673	8,88	639	44,62	14	7	21	2,44	12,55
21	TIROS	15.234	54,04	1.500	49,41	18	3	21	2,44	15,02
TOTAL						692	160	861	100	

Fonte: IBGE (2000); FJP (2003); e SENAR-MG, 2003.

TABELA 6A Municípios com ações do SENAR segundo o PIB Agropecuário a preços correntes (R\$) e pessoal ocupado no setor agropecuário no ano 2000. Total de eventos realizados entre 1998 e maio/2003. CENTRO-OESTE DE MINAS.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
1	ARAUIJOS	5.102	25,65	765	23,29	3	8	11	0,89	4,15
2	ARCOS	9.030	3,74	1.576	11,46	7	0	7	0,57	5,36
3	BAMBUI	20.080	27,71	3.339	33,88	22	4	27	2,18	17,78
4	BOM DESPACHO	22.854	12,3	2.400	13,81	50	8	58	4,68	40,14
5	BOM SUCESSO	17.916	36,4	3.017	44,39	5	0	5	0,4	3,83
6	CAMPO BELO	19.036	10,53	3.984	19,13	37	8	45	3,63	30,19
7	CANDEIAS	15.040	26,02	3.541	54,59	6	0	6	0,48	4,59
8	CARMO DA MATA	6.816	16,24	1.559	33,98	31	15	46	3,72	27,22
9	CARMO DO CAJURU	12.341	19,36	1.315	17,93	17	8	25	2,02	14,87
10	CLAUDIO	7.743	9,05	1.780	17,43	108	43	151	12,2	92,67
11	CORREGO DANTA	5.191	28,47	984	58,33	42	13	55	4,44	35,18
12	DIVINOPOLIS	17.336	1,6	3.329	4,13	37	5	42	3,39	29,49
13	DORES DO INDAIA	11.874	22,49	1.470	23,46	19	8	27	2,18	16,4
14	FORMIGA	27.587	9,41	3.725	13,89	44	7	52	4,2	35,32
15	IGARATINGA	15.348	41,32	619	19,05	1	1	2	0,16	1
16	IGUATAMA	9.919	17,7	825	24,05	10	2	12	0,97	8,12
17	ITAPECERICA	16.777	16,61	1.858	22,24	2	0	2	0,16	1,53
18	ITAUNA	14.009	3,31	1.947	5,83	4	8	12	0,97	4,92
19	LAGOA DA PRATA	13.300	7,2	2.455	14,04	129	12	142	11,47	101,57
20	LUZ	23.622	34,33	2.216	28,97	40	17	57	4,6	34,57
21	MARTINHO CAMPOS	14.797	30,97	1.444	29,61	26	21	47	3,8	24,78
22	OLIVEIRA	17.194	15,17	3.533	22,33	4	0	4	0,32	3,06
23	PERDOES	15.571	21,97	2.541	30,78	17	3	20	1,62	13,71

Continua...

TABELA 6A Continuação.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	% Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
24	PIMENTA	16.433	50,72	2.194	55,52	47	14	61	4,93	39,24
25	PIRACEMA	6.926	28,03	1.536	56,6	0	1	1	0,08	0,23
26	PIUMHI	31.852	27,21	4.272	29,91	171	47	218	17,61	141,84
27	SANTO ANTONIO DO MONTE	21.331	26,44	1.908	16,03	7	1	8	0,65	5,59
28	SAO GONCALO DO PARA	3.272	7,89	495	15,21	21	13	34	2,75	19,09
29	SAO ROQUE DE MINAS	12.303	38,96	1.551	48,87	41	20	61	4,93	36,03
TOTAL						948	287	1.238	100	

Fonte: IBGE (2000); FJP (2003); e SENAR-MG, 2003.

TABELA 7A Municípios com ações do SENAR segundo o PIB Agropecuário a preços correntes (R\$) e pessoal ocupado no setor agropecuário no ano 2000. Total de eventos realizados entre 1998 e maio/2003. NOROESTE DE MINAS.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada dos eventos
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	
1	ARINOS	14.829	40,01	1.904	35,38	110	39	149	14,8	88,1
2	BONFINOPOLIS DE MINAS	15.455	55,57	1.051	43,63	11	1	12	1,19	7,92
3	BURITIS	40.845	54,13	3.120	40,12	32	24	56	5,56	29,51
4	FORMOSO	18.573	74,95	981	50,83	23	23	46	4,57	22,98
5	GUARDA-MOR	27.459	60,48	1.703	51,72	2	0	2	0,2	1,38
6	JOAO PINHEIRO	56.971	36,96	4.914	31,45	97	49	147	14,6	82,18
7	LAGAMAR	11.371	25,06	1.403	43,36	38	9	47	4,67	29,06
8	LAGOA GRANDE	13.374	34,8	1.700	49,94	28	9	37	3,67	22,14
9	PARACATU	79.713	13,87	7.281	26,27	72	20	92	9,14	55,97
10	PRESIDENTE OLEGARIO	51.804	50,74	4.585	57,14	72	62	134	13,31	68,86
11	SAO GONCALO DO ABAETE	8.722	35,47	1.032	47,89	53	29	82	8,14	45,58
12	UNAI	135.959	42,98	7.015	24,09	113	33	146	14,5	88,34
13	VARJAO DE MINAS	19.539	30,51	1.075	53,97	28	11	39	3,87	22,76
14	VAZANTE	13.230	5,83	2.012	27,05	18	0	18	1,79	12,46
TOTAL						697	309	1007	100	

Fonte: IBGE (2000); FJP (2003); e SENAR-MG, 2003.

TABELA 8A Municípios com ações do SENAR segundo o PIB Agropecuário a preços correntes (R\$) e pessoal ocupado no setor agropecuário no ano 2000. Total de eventos realizados entre 1998 e maio/2003. NORTE DE MINAS.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. Na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
1	BOCAIUVA	18.778	2,98	3.788	24,32	99	70	171	7,63	88,26
2	BRASILIA DE MINAS	7.890	22,64	4.542	42,73	160	55	220	9,81	123,55
3	CHAPADA GAUCHA	6.528	61,92	1.272	58,3	9	4	13	0,58	7,24
4	CLARO DOS POÇÕES	5.728	33,74	1.543	51,92	13	20	34	1,52	15,15
5	CORACAO DE JESUS	14.356	31,34	4.375	49,89	53	15	68	3,03	39,85
6	FRANCISCO SA	16.157	36,82	4.813	54,88	26	11	37	1,65	20,74
7	GRAO MOGOL	13.223	39,2	1.687	41,64	103	38	142	6,33	80,36
8	IBIAI	4.279	37,76	1.452	53,44	3	1	4	0,18	2,31
9	JÁIBA	36.668	38,01	5.485	53,95	68	66	134	5,98	66,49
10	JANAUBA	20.833	12,84	5.862	26,37	88	30	118	5,26	67,83
11	JANUARIA	14.417	13,68	8.286	40,3	104	38	144	6,42	81,03
12	JEQUITAI	5.404	25,76	1.408	45,85	87	45	132	5,89	72,11
13	LASSANCE	8.986	50,61	1.251	53,14	4	7	11	0,49	4,94
14	MANGA	6.624	18,18	3.429	48,21	101	36	140	6,24	78,41
15	MONTE AZUL	6.075	14,3	4.285	50,36	34	16	50	2,23	27,66
16	MONTES CLAROS	53.784	3,39	8.859	7,48	137	126	269	12	131,75
17	PIRAPORA	17.401	4,06	2.175	13,07	18	8	26	1,16	14,49
18	PORTEIRINHA	10.565	17,03	3.350	59,71	141	35	176	7,85	104,39
19	RIO PARDO DE MINAS	12.567	26,63	5.260	55,9	29	14	43	1,92	23,71
20	SALINAS	10.163	9,47	4.720	32,56	12	1	21	0,94	8,33
21	SAO FRANCISCO	16.430	24,87	5.513	38,77	59	15	74	3,3	43,8

Continua...

TABELA 8A Continuação.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. Na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	% Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
22	TAIOBEIRAS	11.124	20,16	3.381	32,48	19	14	33	1,47	17,12
23	UBAI	6.681	24,22	1.708	48,45	98	65	163	7,27	85,93
24	VARZEA DA PALMA	9.099	3,75	2.479	23,09	6	3	9	0,4	4,94
25	VARZELANDIA	7.387	23,34	6.087	45,71	6	4	10	0,45	5,27
TOTAL						1477	737	2242	100	

Fonte: IBGE (2000); FJP (2003); e SENAR-MG, 2003.

TABELA 9A Municípios com ações do SENAR segundo o PIB Agropecuário a preços correntes (R\$) e pessoal ocupado no setor agropecuário no ano 2000. Total de eventos realizados entre 1998 e maio/2003. JEQUITINHONHA/MUCURI.

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
1	AGUAS FORMOSAS	5.102	15,14	1.736	32,33	68	22	90	5,58	54,2
2	ALMENARA	8.320	11,67	3.894	30,49	34	30	64	3,97	32,59
3	ATALEIA	10.028	29,71	3.776	60,87	12	2	14	0,87	9,02
4	CAPELINHA	33.972	41,82	6.778	49,48	28	2	30	1,86	20,28
5	CARLOS CHAGAS	19.408	31,02	2.783	30,49	109	24	134	8,31	83,64
6	FELISBURGO	3.404	31,13	723	38,58	44	16	62	3,84	35,6
7	ITAMARANDIBA	20.368	29,71	5.033	48,72	21	3	24	1,49	15,64
8	ITINGA	4.089	17,66	1.678	46,28	9	1	10	0,62	6,62
9	JACINTO	6.339	22,21	1.363	45,22	153	73	230	14,26	128,78
10	JEQUITINHONHA	7.789	18,95	2.615	38,93	65	15	80	4,96	50,07
11	JOAIMA	5.990	19,99	1.782	42,26	51	45	96	5,95	48,89
12	MACHACALIS	2.617	12,27	1.081	42,43	24	10	34	2,11	19,78
13	MALACACHETA	6.546	23,97	2.966	45,79	39	21	60	3,72	33,51
14	MEDINA	7.624	16	3.206	43,91	21	19	40	2,48	20,27
15	MINAS NOVAS	11.586	27,08	5.685	57,33	92	64	156	9,67	83,23
16	NANUQUE	13.624	10,16	2.484	16,28	50	11	61	3,78	38,36
17	NOVO CRUZEIRO	13.187	34,39	6.739	67,93	35	15	50	3,1	28,96
18	PADRE PARAISO	4.098	15,59	2.939	48,41	20	6	26	1,61	15,81
19	PAVÃO	5.611	30,78	1.301	48,67	56	13	69	4,28	43,16
20	PEDRA AZUL	8.513	10,67	1.359	19,37	13	5	18	1,12	10,59
21	RIO DO PRADO	2.201	16,3	1.105	55,84	21	11	32	1,98	17,95

Continua...

TABELA 9A

Municípios		PIB Agropec.		Pess. Ocup. na Agrop.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	dos eventos
22	RUBIM	5.656	33,97	1.623	45,51	22	11	34	2,11	18,67
23	TEOFILO OTONI	27.078	7,5	8.274	16,79	146	46	196	12,15	116,05
24	TURMALINA	3.059	6,02	2.259	40,45	2	1	3	0,19	1,7
TOTAL						1135	466	1613	100	

Fonte: IBGE (2000); FJP (2003); e SENAR-MG, 2003.

TABELA 10A Municípios com ações do SENAR segundo o PIB Agropecuário a preços correntes (R\$) e pessoal ocupado no setor agropecuário no ano 2000. Total de eventos realizados entre 1998 e maio/2003. RIO DOCE.

Municípios		PIB Agropecuário		Pessoal Ocupado na Agropec.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada dos eventos
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	%Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	
1	AIMORES	16.541	21,24	3.336	35,84	30	8	38	2,75	23,99
2	ANTONIO DIAS	8.953	37,71	1.425	42,68	22	8	30	2,17	18,15
3	BOM JESUS DO GALHO	10.481	33,21	3.499	65,29	36	7	43	3,11	28,11
4	CARATINGA	20.537	8,19	8.027	26,21	32	9	41	2,96	25,71
5	COLUNA	3.779	38,6	1.451	46,31	13	5	18	1,3	10,8
6	CONSELHEIRO PENA	16.076	24,91	2.716	34,76	132	38	171	12,36	106,3
7	COROACI	4.858	25,5	2.051	49	14	3	17	1,23	11,01
8	DOM CAVATI	1.829	13,86	406	21,56	14	7	21	1,52	12,05
9	GALLEIA	4.104	20,73	691	30,64	9	4	13	0,94	7,61
10	GOVERNADOR VALADARES	18.639	1,84	5.539	5,75	204	66	270	19,52	166,16
11	GUANHAES	8.900	11,37	2.555	25,12	49	27	77	5,57	42,82
12	INHAPIM	9.000	16,87	4.410	51,59	22	6	28	2,02	17,63
13	IPANEMA	4.609	13,31	2.181	31,84	37	7	44	3,18	28,84
14	IPATINGA	1.010	0,03	1.493	1,87	1	6	7	0,51	2,29
15	ITABIRINHA DE MANTENA	2.813	16,84	1.563	45,23	14	11	25	1,81	13,09
16	ITAMBACURI	10.008	19,68	4.332	44,92	40	15	55	3,98	33,12
17	ITANHOMI	4.077	18,24	1.515	40,88	25	6	31	2,24	19,82
18	ITUETA	8.305	49,43	1.466	61,4	22	10	32	2,31	18,67
19	MANTENA	11.688	17,79	3.329	32,07	9	4	13	0,94	7,61
20	MARLIERIA	1.987	20,45	343	26,78	10	10	20	1,45	9,91

Continua...

TABELA 10A Continuação.

Municípios		PIB Agropecuário		Pessoal Ocupado na Agropec.		EVENTOS REALIZADOS				Média ponderada dos eventos
Nº	Nome	R\$	%/PIB Total	Quant.	% Pes.Ocp/Total	FPR	PS	TOTAL	%	
21	MUTUM	29.675	39,76	7.146	61,76	50	28	79	5,71	43,81
22	PECANHA	21.356	47,98	3.067	53,75	9	9	19	1,37	8,92
23	POCRANE	8.371	11,96	2.585	64,82	17	8	25	1,81	14,5
24	RESPLENDOR	10.280	19,47	1.937	31,51	17	4	22	1,59	13,47
25	SABINOPOLIS	13.338	24,18	2.621	42,96	33	6	40	2,89	25,67
26	SAO JOAO EVANGELISTA	6.395	25,01	2.027	40,04	90	28	124	8,97	73,07
27	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	3.799	29,11	2.829	69,47	3	0	3	0,22	2,19
28	SOBRALIA	2.833	17,21	412	27	22	0	22	1,59	16,07
29	TARUMIRIM	7.966	28,34	2.713	53,88	28	19	47	3,4	25,39
30	VIRGINOPOLIS	8.096	34,61	1.873	41,44	6	1	8	0,58	4,65
TOTAL						1010	360	1383	100	

Fonte: IBGE (2000); FJP (2003); e SENAR-MG, 2003.

ANEXO B
QUESTIONÁRIO APLICADO NA COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO N° __ Data da entrevista: __/__/__ Município: _____

I IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado:	
1 Sexo do entrevistado:	
<input type="checkbox"/>	Masculino.
<input type="checkbox"/>	Feminino.
2 Local de nascimento:	
<input type="checkbox"/>	No município.
<input type="checkbox"/>	Fora do município.
3 Estado civil:	
<input type="checkbox"/>	Casado(a).
<input type="checkbox"/>	Solteiro(a).
<input type="checkbox"/>	Viúvo(a).
<input type="checkbox"/>	Separado(a).
<input type="checkbox"/>	Amigado(a).
4 Idade:	
<input type="checkbox"/>	16 a 27 anos.
<input type="checkbox"/>	28 a 39 anos.
<input type="checkbox"/>	40 a 51 anos.
<input type="checkbox"/>	52 a 64 anos.
<input type="checkbox"/>	Mais de 65 anos.
5 Escolaridade (em anos de escola):	
<input type="checkbox"/>	um ano.
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 4 anos.
<input type="checkbox"/>	Acima de 4 e menos de 8.
<input type="checkbox"/>	Acima de 8 até 11.
<input type="checkbox"/>	Mais de 11.
6 Tempo de residência no local (em anos):	
<input type="checkbox"/>	Menos de um.
<input type="checkbox"/>	1 a 3.
<input type="checkbox"/>	Acima de 3 até 6.
<input type="checkbox"/>	Acima de 6 até 12.
<input type="checkbox"/>	Mais de 12.
7 N° de filhos:	
<input type="checkbox"/>	Nenhum.
<input type="checkbox"/>	Apenas 1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3 ou 4
<input type="checkbox"/>	Mais de 4

8 N° de pessoas residentes no mesmo domicílio:	
<input type="checkbox"/>	Até 2.
<input type="checkbox"/>	3
<input type="checkbox"/>	4
<input type="checkbox"/>	5
<input type="checkbox"/>	Mais de 5
9 Tamanho da renda familiar mensal (n° de Salário Mínimo):	
<input type="checkbox"/>	Menos de um
<input type="checkbox"/>	De 1 a 3
<input type="checkbox"/>	Acima de 3 até 5
<input type="checkbox"/>	Acima de 5 até 8
<input type="checkbox"/>	Mais de 8

II HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO E DA RENDA FAMILIAR

10 N° de pessoas que contribuem na renda familiar:	
<input type="checkbox"/>	Apenas 1.
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	3 a 5.
<input type="checkbox"/>	6 a 8
<input type="checkbox"/>	Mais de 8
11 Qual a atividade econômica que você exerce atualmente:	
<input type="checkbox"/>	Assalariado no comércio, indústria, serviço público, prestação de serviço, empregado(a) doméstico.
<input type="checkbox"/>	Assalariado rural como administrador de fazenda, tratorista, vaqueiro/retireiro, trabalhador polivalente, etc.
<input type="checkbox"/>	Somente produtor rural ou autônomo
<input type="checkbox"/>	Além de assalariado ou autônomo, também é produtor rural.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma, pois sou estudante ou estou desempregado.
12 Está há quanto tempo na atividade informada na questão anterior (em anos):	
<input type="checkbox"/>	Mais de 10 anos.
<input type="checkbox"/>	Acima de 5 até 10 anos
<input type="checkbox"/>	Acima de 2 até 5 anos
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 2 anos
<input type="checkbox"/>	Menos de 1 ano
13 Como assalariado você sempre tem trabalhado em atividades da cidade?	
<input type="checkbox"/>	Sempre, pois só tenho trabalhado em atividades da cidade.
<input type="checkbox"/>	Quase sempre, pois tenho trabalhado mais em atividades da cidade do que do meio rural.
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos, pois tenho trabalhado igualmente em atividades urbanas e rurais.
<input type="checkbox"/>	Muito pouco, pois quase sempre tenho trabalhado em atividades do meio rural.
<input type="checkbox"/>	Nunca, pois sempre tenho trabalhado no meio rural.
14 Na renda familiar, total mensal, Quanto é a participação, sua ou de outros membros, de salário recebido como trabalhador assalariado, urbano ou rural, ou na prestação de serviços em geral:	
<input type="checkbox"/>	Total.
<input type="checkbox"/>	Com mais da metade.
<input type="checkbox"/>	Com a metade.
<input type="checkbox"/>	Com menos da metade.
<input type="checkbox"/>	Com nada.

15 A produção da lavoura e/ou pecuária participa com quanto na renda total da família:	
<input type="checkbox"/>	Com o total.
<input type="checkbox"/>	Com mais da metade.
<input type="checkbox"/>	Com a metade.
<input type="checkbox"/>	Com menos da metade.
<input type="checkbox"/>	Com nada.
16 A agroindústria doméstica (fabricação de queijo, doce, farinha, lingüiça, etc.) participa com quanto na renda total da família:	
<input type="checkbox"/>	Com o total.
<input type="checkbox"/>	Com mais da metade.
<input type="checkbox"/>	Com a metade.
<input type="checkbox"/>	Com menos da metade.
<input type="checkbox"/>	Com nada.
17 Quanto ao destino da produção da agroindústria doméstica (fabricação de queijo, doce, farinha, lingüiça, etc.)	
<input type="checkbox"/>	Toda a produção é vendida.
<input type="checkbox"/>	Quase toda a produção é vendida e muito pouco é para o consumo da família.
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos a metade é vendida e a outra parte é consumida pela família.
<input type="checkbox"/>	Muito menos da metade é vendida e a outra parte é consumida pela família.
<input type="checkbox"/>	Toda a produção se destina ao consumo da família.
18 Quantos aposentados e/ou pensionistas residem no mesmo domicílio?	
<input type="checkbox"/>	Mais de 3.
<input type="checkbox"/>	Três.
<input type="checkbox"/>	Dois.
<input type="checkbox"/>	Apenas um.
<input type="checkbox"/>	Nenhum.
19 O benefício de aposentadoria ou de pensão participa com quanto na renda total da família:	
<input type="checkbox"/>	Com o total.
<input type="checkbox"/>	Com mais da metade.
<input type="checkbox"/>	Com a metade.
<input type="checkbox"/>	Com menos da metade.
<input type="checkbox"/>	Com nada.

III RELAÇÃO COM A TERRA

20 Você Possui terra:	
<input type="checkbox"/>	Sim.
<input type="checkbox"/>	Não.
21 Se afirmativo qual o tamanho (em hectares):	
<input type="checkbox"/>	Acima de 80.
<input type="checkbox"/>	De 30 a 80.
<input type="checkbox"/>	Acima de 15 e menos de 30.
<input type="checkbox"/>	De 5 a 15.
<input type="checkbox"/>	Menos de 5.

22 Como foi adquirida:	
<input type="checkbox"/>	Herança.
<input type="checkbox"/>	Foi comprada.
<input type="checkbox"/>	Parte de herança e parte comprada.
<input type="checkbox"/>	Arrendamento.
<input type="checkbox"/>	Assentamento de Reforma Agrária.
23 Área explorada com lavoura (em hectares):	
<input type="checkbox"/>	Acima de 10.
<input type="checkbox"/>	Acima de 5 até 10.
<input type="checkbox"/>	Acima de 3 até 5.
<input type="checkbox"/>	De 1 a 3.
<input type="checkbox"/>	Menos de 1.
24 Área explorada com pastagem (em hectares):	
<input type="checkbox"/>	Acima de 80.
<input type="checkbox"/>	Acima de 30 até 80.
<input type="checkbox"/>	Acima de 15 até 30.
<input type="checkbox"/>	De 5 a 15.
<input type="checkbox"/>	Menos de 5.
25 Como é a distribuição da mão-de-obra ocupada nas atividades agrícolas (agricultura e pecuária):	
<input type="checkbox"/>	Mais membros da família do que mão-de-obra contratada.
<input type="checkbox"/>	Somente mão-de-obra da família.
<input type="checkbox"/>	Mais contratada que mão-de-obra da família.
<input type="checkbox"/>	Somente mão-de-obra contratada.
<input type="checkbox"/>	Somente eu trabalho.
26 Na sua opinião, existe alguma diferença no desempenho (resultado) do trabalho feito por homem ou mulher , nas atividades produtivas da cidade e/ou ou do meio rural?	
<input type="checkbox"/>	Nenhuma diferença, pois não é o sexo que determina o grau de desempenho no trabalho.
<input type="checkbox"/>	Muito pouca diferença.
<input type="checkbox"/>	Pouca diferença.
<input type="checkbox"/>	Alguma diferença.
<input type="checkbox"/>	Muita diferença, pois o sexo é determinante no desempenho do trabalho.
7 Como você considera a participação feminina com o trabalho que realiza nos serviços domésticos e/ou em outras atividades remuneradas, para ajudar na formação da renda da família?	
<input type="checkbox"/>	Muito importante.
<input type="checkbox"/>	Importante.
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos importante.
<input type="checkbox"/>	Muito pouco importante.
<input type="checkbox"/>	Sem nenhuma importância..

III APOIOS EXTERNOS NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS (LAVOURA, PECUÁRIA E/OU PROCESSAMENTO) E DESTINO DA PRODUÇÃO.

28 Você desenvolve alguma atividade produtiva no setor de agricultura e/ou de pecuária, ou de agroindustrialização:	
<input type="checkbox"/>	Sim.
<input type="checkbox"/>	Não.

29 Se afirmativo, quanto significa algumas modificações que porventura você tenha feito nas práticas agrícolas, manejo, processamento de produtos e/ou nas atividades de pecuária?	
<input type="checkbox"/>	Muito.
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos.
<input type="checkbox"/>	Pouco.
<input type="checkbox"/>	Muito pouco.
<input type="checkbox"/>	Nada, pois não ocorreu nenhuma modificação.
30 O que mais o(a) tem influenciado a modificar as práticas agrícolas e/ou pecuária, ou o processamento de produtos que você desenvolve?	
<input type="checkbox"/>	Os procedimentos utilizados por vizinhos.
<input type="checkbox"/>	O aprendizado adquirido em cursos voltados para a área de atuação.
<input type="checkbox"/>	A orientação técnica dada por extensionistas da EMATER, Sindicato, Cooperativa, contratada, etc.
<input type="checkbox"/>	Reportagens de programas rurais apresentados na televisão, como Globo Rural, etc.
<input type="checkbox"/>	A própria intuição.
31 Quem mais o(a) atende com orientação técnica:	
<input type="checkbox"/>	EMATER
<input type="checkbox"/>	Cooperativa.
<input type="checkbox"/>	Sindicato Rural
<input type="checkbox"/>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
<input type="checkbox"/>	Outros (Assistência Técnica contratada, ONG, Igreja, etc.).
32 Tem verificado algum aumento na sua produtividade ou rendimento nas suas atividades produtivas (lavoura e/ou pecuária e/ou processamento de produtos), ou aumento no seu desempenho no trabalho que realiza?	
<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não
33 Se afirmativo, o que aumentou, com relação ao que você esperava, representa quanto de satisfação?	
<input type="checkbox"/>	Muito satisfeito.
<input type="checkbox"/>	Satisfeito o suficiente.
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos satisfeito.
<input type="checkbox"/>	Pouco satisfeito.
<input type="checkbox"/>	Muito pouco satisfeito.
34 A sua produtividade ou rendimento nas atividades produtivas (lavoura e/ou pecuária, e/ou processamento de produtos) ou o seu desempenho no trabalho tem sido influenciado mais pelo que?	
<input type="checkbox"/>	Mais pela orientação técnica que recebe do que da aplicação de conhecimentos adquiridos em cursos em geral.
<input type="checkbox"/>	Somente pela orientação técnica que recebe.
<input type="checkbox"/>	Somente Pela aplicação de conhecimentos adquiridos em curso(s) que fez.
<input type="checkbox"/>	Mais pela aplicação de conhecimentos adquiridos em cursos do que pela orientação técnica que recebe.
<input type="checkbox"/>	Por nenhum motivo aparente.

35 Quanto ao destino da produção agrícola:	
	Toda a produção é vendida.
	Quase toda a produção é vendida e muito pouco é para o consumo da família.
	Mais ou menos a metade é vendida e a outra parte é consumida pela família.
	Muito menos da metade é vendida e a outra parte é consumida pela família.
	Toda a produção se destina ao consumo da família.
36 Quanto ao destino da produção pecuária (animais e leite):	
	Toda a produção é vendida.
	Quase toda a produção é vendida e muito pouco é para o consumo da família.
	Mais ou menos a metade é vendida e a outra parte é consumida pela família.
	Muito menos da metade é vendida e a outra parte é consumida pela família.
	Toda a produção se destina ao consumo da família.
37 Qual o tamanho do rebanho bovino (Nº de cabeças):	
	Mais de 80.
	Acima de 30 até 80.
	Acima de 10 até 30.
	Até 10 cabeças.
	Não tenho criação de gado.
38 Quantas vacas tem em lactação (nº de cabeças):	
	Mais de 30 vacas.
	Acima de 15 até 30 vacas.
	Acima de 5 e inferior a 15 vacas.
	Até 5 vacas.
	Nenhuma.
39 Qual a produção de leite (litros/dia):	
	Mais de 150 litros.
	Acima de 80 até 150 litros.
	Acima de 50 até 80 litros.
	Entre 20 e 50 litros.
	Menos de 20 litros.

IV SOBRE A RELAÇÃO COM O SENAR:

40 Do total de cursos que você já fez, o(s) do senar representa quanto?	
	O total.
	Mais da metade.
	A metade.
	Um pouco menos da metade.
	Muito menos da metade.
41 Quantos cursos do SENAR você já fez?	
	Mais de 5
	4 ou 5
	3
	2
	Apenas 1.

42 Se você fez mais de um curso pelo Senar, há quanto tempo fez o primeiro curso?	
	Mais de 8 anos.
	De 6 a 8anos.
	De 4 a menos de 6 anos.
	De 2 a menos de 4 anos.
	Menos de 2.
43 Há Quanto tempo fez o último curso do SENAR (em anos):	
	Mais de 8 anos.
	De 6 a 8anos.
	De 4 a menos de 6 anos.
	De 2 a menos de 4 anos.
	Menos de 2.
44 O(s) curso(s) feito(s) por você é(são):	
	Somente de FPR
	Somente de PS
	Mais de FPR do que PS
	Mais de PS do que FPR
	Igualmente de ambos (FPR e PS)
45 Qual era sua expectativa com a realização do(s) curso(s) do SENAR:	
	Aumentar o conhecimento para melhorar a forma de trabalhar.
	Aprender uma nova profissão.
	Aumentar a renda.
	Montar um negócio próprio.
	Começar a trabalhar.
46 Quanto da sua expectativa você considera que tenha sido atendida após a realização do(s) curso(s) que você fez pelo SENAR?	
	Toda.
	Quase toda.
	Em torno da metade.
	Menos da metade.
	Nada.
47 Como considera a relação do(s) curso(s) que você fez pelo SENAR, na qualidade do seu trabalho em geral:	
	Muito importante.
	Importante.
	Pouco importante.
	Quase sem importância alguma.
	Sem nenhuma importância.
48 Em Termos da renda que obtém nas suas atividades produtivas ou pelo trabalho assalariado que realiza, como você considera a contribuição do(s) curso(s) do SENAR:	
	Muito importante.
	Importante.
	Pouco importante.
	Quase sem importância alguma.
	Sem nenhuma importância.

49 Quanto à importância do meio ambiente em nossa vida e à preservação dos recursos naturais, após a realização do(s) curso(s) do SENAR você:	
	Mudou muito, pois não tinha nenhuma conscientização sobre a importância de se produzir preservando os recursos da natureza.
	Mudou, pois aumentou a conscientização que já tinha sobre a importância de se produzir preservando os recursos da natureza.
	Pouco mudou, pois pouca coisa acrescentou na conscientização que já tinha sobre a importância de se produzir preservando os recursos da natureza.
	Muito pouco mudou, pois quase nada acrescentou na conscientização que já tinha sobre a importância de se produzir preservando os recursos da natureza.
	Nada mudou, pois nada acrescentou no que já sabia sobre a importância de se produzir preservando os recursos da natureza.
50 Diante das possíveis dificuldades vividas no dia-a-dia por você e/ou sua família, quer nas suas atividades produtivas e/ou no seu trabalho assalariado, ou ainda na convivência com as demais pessoas do lugar onde você mora e/ou trabalha, como você considera a contribuição do que aprendeu no(s) curso(s) do SENAR para enfrentar e superar tais dificuldades?	
	Muito grande, pois se sente muito bem preparado para enfrentar e superar tais dificuldades.
	Grande, pois acha que se sente preparado para enfrentar e superar tais dificuldades.
	Mais ou menos, pois se sente mais ou menos preparado para enfrentar e superar tais dificuldades.
	Pequena, pois se acha pouco preparado para enfrentar e superar tais dificuldades.
	Muito pequena, pois se acha muito pouco preparado para enfrentar e superar tais dificuldades.
51 O que você considera como resultado mais importante obtido com a realização do(s) curso(s) do SENAR e que representa melhoria na qualidade de vida sua e dos que moram com você.	
	Ter aumentado a renda e podido comprar imóveis (terra e/ou casa de morada) e/ou ter feito melhorias na infra-estrutura (instalações rurais, ampliação e melhoria genética de rebanho, etc.) e/ou a compra de eletrodomésticos.
	Ter aumentado a renda devido ter reduzido os custos de produção na(s) atividade(s) produtiva(s) que exerce.
	Ter aumentado a renda indiretamente pela redução no gasto com remédios em função de ter melhorado a alimentação, em qualidade e quantidade, e as condições de limpeza e de higiene no processamento dos alimentos e produtos em geral.
	Ter melhorado o relacionamento com as pessoas da família, do local onde vive e reside e/ou trabalha.
	Ter aprendido novos conhecimentos sobre o que faz no dia-a-dia das atividades produtivas que executa (produção agrícola e/ou pecuária, e/ou processamento de produtos), na profissão e na vida em geral.
52 Quanto ao(s) curso(s) do SENAR que você fez, como considera os conteúdos programáticos trabalhados pelo(s) instrutor(es), diante das necessidades de conhecimento para executar melhor o seu trabalho nas atividades rurais, como produtor e/ou como trabalhador rural?	
	Muito importante.
	Importante.
	Pouco importante.
	Quase sem importância alguma.
	Sem nenhuma importância.

53 Como você considera a carga horária do(s) curso(s) do SENAR que você fez, quanto ao tempo necessário para entender todo o conteúdo trabalhado?	
<input type="checkbox"/>	Mais do que suficiente
<input type="checkbox"/>	Suficiente
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos suficiente
<input type="checkbox"/>	Pouco suficiente
<input type="checkbox"/>	Muito pouco suficiente
54 Como você considera a metodologia adotada pelo instrutor no(s) curso(s) do SENAR que você fez?	
<input type="checkbox"/>	Excelente, pois facilitou o meu aprendizado de todo o conteúdo trabalhado.
<input type="checkbox"/>	Boa, pois possibilitou o meu aprendizado de quase todo o conteúdo trabalhado..
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos, pois fiquei sem entender alguma parte do conteúdo trabalhado.
<input type="checkbox"/>	Regular, pois ficou muita coisa sem entender do conteúdo trabalhado, devido à linguagem difícil e os exemplos diferentes da realidade do grupo.
<input type="checkbox"/>	Ruim, pois dificulta a gente aprender alguma coisa do conteúdo trabalhado.
55 Como você considera a contribuição dos recursos didáticos (cartilhas, textos, cartazes, etc.) utilizados no(s) curso(s) do SENAR que você fez, na compreensão do conteúdo trabalhado?	
<input type="checkbox"/>	Excelente.
<input type="checkbox"/>	Boa.
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos.
<input type="checkbox"/>	Regular.
<input type="checkbox"/>	Ruim.
56 Como você considera a qualidade da infra-estrutura do local de realização do(s) curso(s) do SENAR que você fez (sala, equipamentos, instalações, etc.)?	
<input type="checkbox"/>	Excelente, pois ajudou muito a compreender o que foi ensinado.
<input type="checkbox"/>	Boa, pois ajudou a na compreensão do conteúdo trabalhado..
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos, pois ajudou, em parte, na compreensão do que foi ensinado.
<input type="checkbox"/>	Regular, pois pouco ajudou na compreensão do que foi ensinado.
<input type="checkbox"/>	Ruim, pois em nada contribuiu para se compreender o que foi ensinado.
57 Com relação aos instrutores do(s) curso(s) do SENAR que participou, você o(s) considera como:	
<input type="checkbox"/>	Excelente, pois além de formação, possui(em) também vasta experiência na área de conhecimento do curso que atua(m).
<input type="checkbox"/>	Bom, pois possui(em) formação e experiência na área de conhecimento do curso que atua(m) .
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos, pois possui(em) formação e alguma experiência na área de conhecimento do curso que atua(m).
<input type="checkbox"/>	Regular, pois apesar de possui(em) formação não possui(em) experiência alguma na área de conhecimento do curso que atua(m).
<input type="checkbox"/>	Ruim, pois além de não possui(em) formação, também não possui(em) experiência alguma na área de conhecimento do curso que atua(m).
58 No(s) curso(s) do SENAR que você participou o que você destaca como mais importante:	
<input type="checkbox"/>	O conteúdo que foi ensinado e as práticas realizadas.
<input type="checkbox"/>	As dinâmicas, as brincadeiras e a interação com os outros participantes.
<input type="checkbox"/>	A técnica e o jeito de ensinar do instrutor.
<input type="checkbox"/>	Os recursos didáticos como cartilhas, apostilas, cartazes, filmes, etc.
<input type="checkbox"/>	O local de realização.

59 Por qual motivo você tomaria novamente a decisão de fazer um do(s) curso(s) do SENAR?	
<input type="checkbox"/>	Para aprender coisas novas e melhorar a qualidade do meu trabalho como trabalhador assalariado ou como produtor rural.
<input type="checkbox"/>	Para aprender coisas novas e melhorar a qualidade do meu trabalho como dona de casa.
<input type="checkbox"/>	Para aprender uma nova profissão.
<input type="checkbox"/>	Para aprender coisas novas e melhorar o meu relacionamento com as pessoas em geral.
<input type="checkbox"/>	Nenhum motivo, pois não faria mais um curso do senar.
60 Mudou de profissão ou de atividade produtiva após a realização do(s) curso(s) do SENAR?	
<input type="checkbox"/>	Sim.
<input type="checkbox"/>	Não.
61 Se afirmativa a questão anterior, como você se sente na nova profissão ou de atividade produtiva?	
<input type="checkbox"/>	Muito satisfeito.
<input type="checkbox"/>	Satisfeito o suficiente.
<input type="checkbox"/>	Mais ou menos satisfeito.
<input type="checkbox"/>	Pouco satisfeito.
<input type="checkbox"/>	Muito pouco satisfeito.

V PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

62 Que organização(ões) sociais você fazia parte antes da realização do(s) curso(s) do SENAR:	
<input type="checkbox"/>	Sindicato Rural (patronal), Cooperativa de produtores, Associação de produtores ou de moradores, Outros.
<input type="checkbox"/>	Sindicato de Trabalhadores Rurais, Cooperativa de produtores, Associação de produtores ou de moradores.
<input type="checkbox"/>	Cooperativa de produtores, Associação de produtores ou de moradores.
<input type="checkbox"/>	Associação de produtores ou de moradores.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma.
63 Que organização(ões) sociais você passou a fazer parte após a realização do(s) curso(s) do SENAR:	
<input type="checkbox"/>	Sindicato Rural (patronal), Cooperativa de produtores, Associação de produtores ou de moradores, Outros.
<input type="checkbox"/>	Sindicato de Trabalhadores Rurais, Cooperativa de produtores, Associação de produtores ou de moradores.
<input type="checkbox"/>	Cooperativa de produtores, Associação de produtores ou de moradores.
<input type="checkbox"/>	Associação de produtores ou de moradores.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma.

64 Com relação à participação em organizações sociais (cooperativa, sindicato, associação, etc.), após a realização do(s) curso(s) do SENAR você:	
	Mudou muito, pois aumentou muito a participação na(s) organização(ões) que faz parte.
	Mudou, pois me senti motivado a aumentar a participação na(s) organização(ões) que faz parte.
	Pouco mudou, pois pouco alterou a minha participação na(s) organização(ões) que faz parte.
	Muito pouco mudou, pois quase nada alterou a minha participação na(s) organização(ões) que faz parte.
	Nada mudou, pois em nada alterou o meu interesse em participar de alguma organização social.
65 Como você considera a contribuição da(s) organização(ões) sociais que você faz parte, na solução dos problemas que você, juntamente com os demais membros, enfrentam no dia-a-dia nas atividades produtivas e da vida em geral:	
	Muito importante, pois através das organizações sociais temos mais condições de resolver nossos problemas.
	Importante, pois as organizações sociais geralmente contribuem na solução dos problemas de seus associados.
	Mais ou menos importante, pois nem sempre as organizações sociais ajudam resolver os problemas de seus associados.
	Quase sem importância alguma, pois na maioria das vezes as organizações sociais não ajudam seus associados a resolverem seus problemas.
	Sem nenhuma importância, pois nunca as organizações sociais ajudam seus associados a resolverem seus problemas.
66 Como é sua participação nas organização(ões) sociais que você faz ou fazia parte:	
	Sempre fez parte da diretoria ou de algum conselho como fiscal, administrativo, etc.
	Quase sempre fez parte da diretoria ou de algum conselho como fiscal, administrativo, etc.
	Algumas vezes fez parte da diretoria ou de algum conselho como fiscal, administrativo, etc.
	Raramente fez parte da diretoria ou de algum conselho como fiscal, administrativo, etc.
	Nunca fez parte da diretoria ou de algum conselho como fiscal, administrativo, etc.

ANEXO C
ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Quais os principais problemas que você e sua família enfrenta onde moram?
- 2) Tem recebido ajuda de algum órgão público ou alguma entidade na solução desses problemas?
- 3) O(s) curso(s) do SENAR que você fez contribuiu de que maneira na solução desses problemas?
- 4) Qual(is) o(s) curso(s) que você fez pelo SENAR?
- 5) Quais os membros da família que participam na composição da renda familiar?
- 6) Como é feita a distribuição do serviço entre os membros da família que trabalham
- 7) O que você entende por desenvolvimento?
- 8) Na sua opinião de quem deve ser a responsabilidade pelo desenvolvimento do local onde você vive com sua família?
- 9) Você acha que o SENAR, por meio dos cursos que realiza no meio rural, contribui com o desenvolvimento?
- 10) Por que?

11) (Se tiver parado de estudar) - Por que você não continuou estudando?

12) Cite os principais aspectos positivos que você acha que o SENAR trouxe para você, sua família e para o local onde você mora?

ANEXO D
TERMO ADITIVO

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS – SENAR – AR/MG, serviço social autônomo, com sede na Av. Carandaí, n. 1.115, 6º e 7º andares, Município de Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob o n. 04.279.189/0001-54, neste ato representado pelo Presidente do Conselho Administrativo, Gilman Viana Rodrigues, inscrito no CPF sob o n. 004.378.756-87, ou pelo Superintendente, Roberto Simões, inscrito no CPF sob o n. 007.299.146-15, doravante denominado **CONVENIENTE**, e

com sede _____, inscrito(a) no CNPJ sob o n. _____, neste ato representando(a) pelo seu Presidente, _____, inscrito no CPF sob o n. _____, doravante denominado(a) **CONVENIADO(A)**, celebram o presente Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnico-Financeira n. ____/____/____, firmado em ____/____/____.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto deste Aditivo, a realização do evento abaixo relacionado e suas respectivas especificações em conformidade com a Programação de Trabalho:

OCUPAÇÃO OU ATIVIDADE: _____
PERÍODO: DE ____/____/____ **A** ____/____/____ **C. HORÁRIA:** _____
N. DE PARTICIPANTES: _____ **VALOR APROVADO:** _____
BANCO: _____ **N. DA AGÊNCIA:** _____
CIDADE: _____ **N. DA CONTA:** _____

CLÁUSULA SEGUNDA

Qualquer alteração na programação do evento deverá ser comunicada, por escrito, ao Gerente do Escritório de Representação Regional antes da data prevista para seu início, sob pena de rescisão deste Termo Aditivo.

Parágrafo único. Havendo alterações na programação do evento advindas de caso fortuito ou força maior, estas deverão ser imediatamente comunicadas ao Gerente do Escritório de Representação Regional.

CLÁUSULA TERCEIRA

Permanecem vigentes e inalteradas todas as cláusulas e condições do Convênio que não foram expressamente citadas neste Termo Aditivo.

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____

SERVIÇO NAC APRENDIZAGEM RURAL
– SENAR – AR/MG

CONVENIADO(A)

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

ANEXO E

SERVIÇO NAC APRENDIZAGEM RURAL – SENAR – AR/MG
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS – SENAR – AR/MG

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO: **FORMAÇÃO PROFISSIONAL RURAL**

PROMOÇÃO SOCIAL

1 – INSTITUIÇÃO PROPONENTE: _____

2 – OCUPAÇÃO OU ATIVIDADE: _____

3 – LOCAL DE REALIZAÇÃO (Fazenda, Comunidade, Escola): _____
Roteiro: _____

Nome do proprietário da fazenda (e apelido): _____
Município: _____ Distância _____ Km
(ida e volta)

4 – NÚMERO DE PARTICIPANTES: _____

5 – IDENTIFICAÇÃO DO(A) INSTRUTOR(A)
Nome: _____
Profissão: _____
Empresa: _____

6 – CARGA HORÁRIA: _____ h

7 – PERÍODO DE REALIZAÇÃO: ____/____/____ a ____/____/____
Horário de início e término dos trabalhos, diariamente: I _____ h T _____ h

SERVIÇO NAC APRENDIZAGEM RURAL – SENAR – AR/MG
 ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS – SENAR – AR/MG

PROPOSTA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO

	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
9.2 ALIMENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES	Quantidade Refeições por Dia	Quantidade Refeições do Evento	Valor Unitário da Refeição(R\$)	Valor Total Refeições do evento (R\$) (B x C)	Instituição Responsável pelos custos
TOTAL ITEM 9.2					
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
9.3 TRANSPORTE	Quantidade de viagens	Distância Percorrida por viagem	Preço por Km (R\$)	Valor Total Transporte (R\$) (A x B x C)	Instituição Responsável pelos custos
9.3.1 Dos participantes (até 400 Km Tipo de veículo ())					
9.3.2 De máquinas ou animais (até 400 Km) Tipo de veículo ())					
TOTAL ITEM 9.3					
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)
9.4 INSTRUTORA	Quantidade de Horas/Aula por Dia	Quantidade Horas/Aula do Evento	Valor Hora/Aula(R\$)	Valor Total (R\$) (B x C)	Instituição Responsável pelos custos
9.4.1 Remuneração					
TOTAL ITEM 9.4					
TOTAL GERAL (9.1 + 9.2 + 9.3 + 9.4)					
10. CUSTOS POR INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL (Coluna E do item 9)				SOMA DOS VALORES (R\$) LANÇADOS NA COLUNA D	
Senar Minas:					
Parceiro:					
Parceiro:					
Parceiro:					
TOTAL GERAL (Este total será igual ao total geral do item 9)					

11. DATA DO PREENCHIMENTO: _____ de _____ de _____

12. NOME DO RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO PROPONENTE: _____

ASSINATURA: _____

13. NOME DO(A) MOBILIZADORA(A):DATA DO PREENCHIMENTO: _____
ASSINATURA: _____

SERVIÇO NAC APRENDIZAGEM RURAL – SENAR – AR/MG
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS – SENAR – AR/MG

PLANO INSTRUCIONAL

INSTRUTOR(A): _____ PROFISSÃO: _____ EMPRESA: _____

OCUPAÇÃO: _____ LINHA DE AÇÃO: _____ NATUREZA DA PROGRAMAÇÃO: _____ TIPO DE PROGRAMAÇÃO: _____
--

QUANTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES	
Nº TOTAL _____ DO SEXO MASCULINO: _____ DO SEXO FEMININO: _____ COM IDADE: de 16 a 18 anos: _____ acima de 18 anos: _____	
PRODUTORES RURAIS: _____	ESCOLARIDADE:
TRABALHADORES RURAIS:	Sem escolaridade: _____
Empregados: _____	Ensino Fundamental: completo _____ incompleto: _____
Desempregados: _____	Ensino Médio: completo _____ incompleto: _____
Autônomos: _____	Ensino Superior: completo _____ incompleto: _____

OBJETIVO GERAL: _____ _____

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: de ____/____/____ a ____/____/____ CARGA HORÁRIA: _____ horas
LOCAL: _____ DATA DE PREENCHIMENTO: _____ de _____ de _____
ASSINATURA DO(A) INSTRUTOR (A): _____

SERVIÇO NAC APRENDIZAGEM RURAL – SENAR – AR/MG
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS – SENAR – AR/MG

PLANO INSTRUCIONAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS		CONTEÚDOS	TÉCNICAS INSTRUCIONAIS	RECURSOS INSTRUCIONAIS	AVALIAÇÃO TIPO E TÉCNICA	CARGA HORÁRIA

ASSINATURA DO INSTRUTOR: _____

ANEXOS F

MODELOS DE GUIA DE ARRECADAÇÃO DO SENAR – MG (Guia da Previdência Social – GPS)

- ♣ **Produtor Rural Pessoa Física: 0,2% sobre o valor da receita bruta proveniente da comercialização de produtores rurais.**

PREVIDÊNCIA SOCIAL INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – GPS		3. CÓDIGO DE PAGAMENTO	2607
		4. COMPETÊNCIA	MM/AAAA
		5. IDENTIFICADOR	CNPJ do comprador
1. NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO:		6. VALOR DO INSS	2,1% sobre o valor da comercialização
		7.	
		8.	
2. VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)		9. VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	0,2% sobre o valor da comercialização (SENAR)
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo inss. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.		10. ATM/MULTA E JUROS	
		11. TOTAL	2,3% sobre o valor da comercialização
12. AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA			
Instruções para preenchimento no verso.			

- ♣ **Produtor Rural Pessoa Jurídica e Agroindústria: 0,25% sobre o valor bruta da produção comercializada.**

PREVIDÊNCIA SOCIAL INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – GPS		3. CÓDIGO DE PAGAMENTO	2607
		4. COMPETÊNCIA	MM/AAAA
		5. IDENTIFICADOR	CNPJ do comprador
1. NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO:		6. VALOR DO INSS	2,6% sobre o valor da comercialização
		7.	
		8.	
2. VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)		9. VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	0,25% sobre o valor da comercialização (SENAR)
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo inss. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.		10. ATM/MULTA E JUROS	
		11. TOTAL	2,85% sobre o valor da comercialização
12. AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA			
Instruções para preenchimento no verso.			

- ♣ **SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO:** Sistema Sindical, Federações Patronais Rurais; Agroindustriais (piscicultura, suinocultura, avicultura e carnicultura) e prestador de mão-de-obra rural legalmente constituído como Pessoa Jurídica.

<p align="center">PREVIDÊNCIA SOCIAL INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – GPS</p>	3. CÓDIGO DE PAGAMENTO	2100
	4. COMPETÊNCIA	MM/AAAA
	5. IDENTIFICADOR	CNPJ do comprador
1. NOME OU RAZÃO SOCIAL/FONE/ENDEREÇO:	6. VALOR DO INSS	(*)
	7.	
	8.	
2. VENCIMENTO (Uso exclusivo INSS)	9. VALOR DE OUTRAS ENTIDADES	5,2% (**)
ATENÇÃO: É vedada a utilização de GPS para recolhimento de receita de valor inferior ao estipulado em Resolução publicada pelo inss. A receita que resultar valor inferior deverá ser adicionada à contribuição ou importância correspondente nos meses subsequentes, até que o total seja igual ou superior ao valor mínimo fixado.	10. ATM/MULTA E JUROS	
	11. TOTAL	2,85% sobre o valor da comercialização
12. AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA		
Instruções para preenchimento no verso.		

(*) Contribuição do empregado + empregador + SAT, menos deduções.

(**) ⇒ 2,5 % SENAR
 ⇒ 2,5% Salário Educação
 ⇒ 0,2% INCRA

ATENÇÃO:
Informar na GFIP os códigos
 ⇒ FPAS: 787
 ⇒ Terceiros? 0515

ANEXO G

Programação quadrimestral das ações do Senar Minas Formação Profissional Rural

Formulário I

Nome do Proponente: _____ Quadrimestre: _____ Ano 2004

Trabalhador (na, no, em)	Meses			
Administração de Associações e Sindicatos Rurais				
Administração de Empresas Agro-Silvo-Pastoris				
Administração de Propriedades em Regime de Economia Familiar				
Apicultura				
Aplicação de Agrotóxicos				
Avicultura Básica				
Avicultura de Corte				
Avicultura de Postura				
Bovinocultura de Corte				
Bovinocultura de Corte / Manut. Instal., Ativ. Complem., Cuid. Sanit. e Reprod.				
Bovinocultura de Corte / Inseminação Artificial				
Bovinocultura de Leite				
Bovinocultura de Leite / Manut. Instal., Ativ. Complem., Cuid. Sanit. e Reprod.				
Bovinocultura de Leite / Alimentação				
Bovinocultura de Leite / Casqueamento				
Bovinocultura de Leite / Inseminação Artificial				
Caprinocultura				
Cerqueiro				
Cerqueiro / Construção de Cercas de Arame Farpado e de Arame Liso				
Cerqueiro / Construção de Cercas Elétricas				
Cultivo de Cogumelos Comestíveis				
Cultivo de Fruteiras Perenes				
Cultivo de Fruteiras Semiperenes (Banana)				
Cultivo de Grãos e Oleaginosas (Feijão)				
Cultivo de Plantas Industriais (Café)				
Cultivo de Plantas Industriais (Café) / Plantio				
Cultivo de Plantas Industriais (Café) / Lavoura em Formação e Produção				
Cultivo de Plantas Industriais (Café) / Colheita e Preparo Pós-Colheita				
Cultivo de Plantas Industriais (Café) / Classificação e Degustação				
Cultivo de Plantas Industriais (Cana-de-açúcar)				
Cultivo de Plantas Medicinais				
Cultivo de Plantas Ornamentais				
Doma Racional de Equídeos				
Equideocultura				
Equideocultura / Equitação para Adestramento Básico				
Equideocultura / Casqueamento e Ferrageamento				
Fabricação Caseira de Melado, Açúcar Mascavo e Rapadura				
Fabricação de Aguardente				
Florestamento				
Floricultura				
Fruticultura Básica				
Hidroponia				

Minhocultura				
Olericultura				
Op. e na Manutenção de Sistemas Convencionais de Irrigação por Aspersão				
Operação e na Manutenção de Colheitadeiras Automotrizes				
Operações e na Manutenção de Motoserra				
Operação e na Manutenção de Ordenhadeira Mecânica				
Operação e na Manutenção de Sistemas de Irrigação Localizada				
Operação e na Manutenção de Tratores Agrícolas				
Ovinocultura				
Piscicultura				
Produção de Carvão Vegetal				
Prod. de Conservas Vegetais, Compotas, Frutos Cristalizados e Desidratados				
Produção de Derivados do Leite				
Suinocultura				
Transformação Caseira de Mandioca				
Transf. Caseira de Produtos de Origem Animal em Embutidos e Defumados				
Tratamento de Madeiras				
Turismo Rural				
Seleiro				
Viveiros de Essências Florestais				
Viveiros				
Total Geral				

Data: ____/____/____

(Nome do Mobilizador)

(Assinatura do Mobilizador)

(Nome do Presidente)

(Assinatura do Presidente)

**Programação quadrimestral das ações do Senar Minas
Promoção Social**

Formulário II

Nome do Proponente: _____ Quadrimestre: _____ Ano 2004

Linhas de Ação/Atividade	Meses			
Alimentação e Nutrição				
Alimentação Materno-Infantil				
Higiene, Conservação e Armazenamento de Alimentos				
Noções Básicas de Nutrição e Alimentação				
Planejamento e Aproveitamento de Alimentos				
Produção Caseira de Alimentos (carne, leite, frutas, legumes, etc)				
Apoio a Comunidades Rurais				
Serviços Comunitários (Programa Cidadão Rural)				
Artesanato				
Cerâmica				
Cestaria e Trançados				
Crochê e Tricô				
Pintura em Tecidos				
Rendas, Bordados e Congêneres				
Tecelagem (Tear)				
Tapeçaria				
Vestuário				
Educação				
Alfabetização de Jovens e Adultos				
Educação Ambiental/Programa Semeando				
Educação para o Trabalho				
Organização Comunitária				
Associativismo				
Administração de Empreendimentos Comunitários				
Cooperativismo				

ANEXO H
PRINCIPAIS OCUPAÇÕES RURAIS EXISTENTES EM MINAS
GERAIS

A Classificação Brasileira de Ocupações – CBO descreve cerca de 157 ocupações existentes no meio Rural. A lista apresentada a seguir, contém 51 das mais comuns no estado de Minas Gerais e das quais o SENAR-MG possui os Conteúdos Programáticos Ocupacionais (CPO):

- Cerqueiro
- Seleiro

Trabalhador na/em/no:

- Administração de Associações e Sindicatos Rurais
- Administração de Empresas Agro-Silvo-Pastoris
- Administração de Propriedades em Regime de Economia Familiar
- Apicultura
- Aplicação de Agrotóxicos
- Avicultura de Corte
- Avicultura de Postura
- Bovinocultura de Corte
- Bovinocultura de Leite
- Caprinocultura
- Cultivo de Cogumelos Comestíveis
- Cultivo de Fruteiras Perenes (Viticultura)
- Cultivo de Fruteiras Semi-Perenes (Banicultura)
- Cultivo de Grãos e Oleaginosas (Feijão)

- Cultivo de Plantas Industriais (Café)
- Cultivo de Plantas Industriais (Cana)
- Cultivo de Plantas Medicinais
- Cultivo de Plantas Ornamentais
- Doma Racional de Equídeos
- Equideocultura
- Fabricação Caseira de Melado, Açúcar Mascavo e Rapadura
- Fabricação de Aguardente
- Florestamento
- Floricultura
- Fruticultura Básica
- Hidroponia
- Minhocultura
- Olericultura Básica
- Operação e na Manutenção de Colheitadeiras Automotrizes
- Operação e na Manutenção de Implementos a Tração Animal
- Operação e na Manutenção de Motosserra
- Operação e na Manutenção de Ordenhadeiras Mecânicas
- Operação e na Manutenção de Sistemas Convencionais de Irrigação por Aspersão
- Operação e na Manutenção de Sistemas de Irrigação por Aspersão Localizada
- Operação e na Manutenção de Sistemas de Irrigação por Aspersão (Pivô-Central)
- Operação e na Manutenção de Sistemas de Irrigação por Superfície e Drenagem
- Operação e na Manutenção de Tratores Agrícolas
- Ovinocultura

- Piscicultura
- Produção de Carvão Vegetal
- Produção de Conservas Vegetais, Compotas Frutos Cristalizados e Desidratados
- Produção de Derivados do Leite
- Suinocultura
- Transformação Caseira de Mandioca
- Transformação Caseira de Produtos de origem Animal em Embutidos e Defumados – Carne de Suíno, Frango, Peixe, Bovino, Caprino e Ovino.
- Tratamento de Madeiras
- Turismo Rural
- Viveiros
- Viveiros de Essência Florestais

Linhas de Ação e Atividades - PS

I Saúde

- Saúde Reprodutiva
- Saúde na Infância e na Adolescência
- Saúde e Alimentação
- Prevenção de Acidentes
- Doenças vinculadas às Parasitoses do Homem e às Zoonoses
- Saúde Bucal
- Saneamento Básico no Meio Rural

II Alimentação e Nutrição

- Noções Básicas de Nutrição e Alimentação
- Higiene, Conservação e Armazenamento de Alimentos
- Alimentação Materno-Infantil
- Planejamento e Aproveitamento de Alimentos
- Produção Caseira de Alimentos (carne, leite, mandioca, cana-de-açúcar, frutas e legumes)

III Artesanato

- Tecelagem
- Cerâmica
- Tapeçaria
- Cestaria e Trançados
- Artefatos de Couro e Pele
- Artesanatos de Rendas, bordados e Congêneres
- Artesanato de Crochê e Tricô
- Pintura em Tecido

IV Organização Comunitária

- Associativismo
- Cooperativismo
- Administração de Empreendimentos Comunitários

V Educação

- Alfabetização de Jovens e Adultos

Educação Ambiental (Programa Semeando)

- Educação para o Trabalho

VI Apoio às Comunidades Rurais

- Serviços Comunitários (Programa Cidadão Rural).